

CORDÉLIA INÊS KIENER

ONGS E IDEOLOGIAS DE DESENVOLVIMENTO: O CASO DO IDACO

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2001

CORDÉLIA INÊS KIENER

ONGS E IDEOLOGIAS DE DESENVOLVIMENTO: O CASO DO IDACO

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

APROVADA: 30 de julho de 2001.

Dóris Aleida Villamizar Sayago

Lourdes Helena da Silva

France Maria Gontijo Coelho

Maria Izabel Vieira Botelho
(Conselheira)

José Roberto Pereira
(Orientador)

À minha filha Khiusha.
À minha mãe e ao meu pai.

AGRADECIMENTO

À Khiusha, minha filha, meu amor, por quem tudo vale a pena e nenhum esforço é grande demais.

À Beatriz, minha mãe, batalhadora e guerreira, cujos pensamentos e mails de apoio, incentivo e amor atravessaram, quase diariamente, o Oceano Atlântico.

A Rene, meu pai, amoroso e paciente, que sempre apoiou meus planos e sonhos e, com muito interesse e orgulho, estava do meu lado quando consegui o título de mestre.

A Maria do Carmo, Sílvio, Gualter, Graziela e Silvinho, meus vizinhos e amigos, e que se tornaram minha família em Viçosa, por todo o apoio e carinho.

A Renata, Clô e Pedro, pelos bons momentos passados no Santa Clara e na Violeira, por pajearem meu cachorro Pupy durante minhas idas ao Rio e pela amizade que nasceu entre nós.

A Luciana, Ângelo e Eliana, o trio do Mundial, pelas tardes deliciosas de muita conversa, fofoca e desabafo.

A José Roberto, meu orientador, pela paciência em me ensinar a aprender, a estudar, e a realizar esta dissertação.

Aos técnicos do IDACO, Carmem, Cláudia, Flaviano, Rodrigo, Marquinhos, Marcus, Júlio e Agostinho, pela disponibilidade em participar deste trabalho e por não terem poupado esforços para me fazerem sentir “em casa” todas as vezes em que estive no Rio de Janeiro

Aos funcionários do IDACO, Angélica, Bia, Luís, Expedita e Lucimar, pelo apoio na disponibilização de relatórios e demais informação escrita, pelos cafezinhos e pelas informações que me permitiram circular pelo Rio, sem me perder.

À família Freitas que me hospedou e recebeu de braços abertos durante meu trabalho no Rio de Janeiro

A todos os professores e funcionários do Departamento de Economia Rural que, de alguma forma, contribuíram na execução deste trabalho.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos.

BIOGRAFIA

CORDÉLIA INÊS KIENER, filha de Rene Kiener e Beatriz Kiener, nasceu na Suíça em 1962, tendo se mudado com a família para Moçambique em 1968 e, posteriormente, em 1973, para o Brasil. cursou o curso de Medicina Veterinária na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo se formado em 1987. Em 1988, foi trabalhar em Moçambique onde morou e trabalhou até 1998 e onde nasceu sua filha Khiusha.

Em Moçambique trabalhou no Ministério da Agricultura e Pescas (atual Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural) de 1988-1993 e na Direção Provincial de Agricultura e Pescas de Cabo Delgado de 1993 a 1995, sempre na função principal de supervisora de extensão rural, na componente pecuária. Durante este período participou de diversas outras atividades como docência da disciplina de extensão rural na faculdade de veterinária e de agronomia da Universidade Eduardo Mondlane e no Instituto Agropecuário de Boane; elaborou e colaborou na elaboração de manuais e material técnico para extensionistas; foi responsável pela sessão de tecnologia pecuária da revista EXTRA, entre outras funções. Em 1995 foi contratada pela ONG denominada HIVOS que atuava na província de Cabo Delgado e desempenhou, inicialmente, a função de responsável pelo departamento de extensão rural e, posteriormente, acumulou a função de coordenação geral da ONG. Foi durante sua experiência profissional que surgiram as inquietações que originaram a proposta de pesquisa apresentado à Universidade Federal de Viçosa, tendo sido aceita para o mestrado em 1999. Defendeu sua tese em julho de 2001.

ÍNDICE

	Página
LISTA DE SIGLAS	ix
RESUMO	xi
ABSTRACT	xiii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Ideologia como categoria do entendimento sociológico deste estudo	6
1.2. Metodologia	9
1.2.1. Da trajetória pessoal ao problema de pesquisa	9
1.2.2. A unidade de pesquisa	12
1.2.3. O método de pesquisa	14
2. A REVITALIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E A LUTA PELA RE- DEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL	18
2.1. A revitalização dos movimentos sociais	18
2.2. O terceiro setor e as ONGs no Brasil	27
2.3. Histórico da criação institucional do IDACO	33

	Página
2.3.1. A criação do IDACO no contexto das lutas sindicais (1983-1988) e o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)	34
2.3.2. As atividades iniciais do IDACO	38
2.3.3. O IDACO e o desenvolvimento sustentável	39
2.3.4. O IDACO e suas parcerias	41
3. CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIDADE	44
3.1. Hierarquia <i>versus</i> igualdade	51
3.2. Individualismo, modernidade e desenvolvimento	57
3.3. A duplicidade de valores na sociedade brasileira	60
3.4. Desenvolvimento sustentável	69
4. O IDEAL DE DESENVOLVIMENTO PELA ÓTICA DAS ONGs	78
5. A IDEOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DO IDACO	86
5.1. Os projetos de desenvolvimento	87
5.2. Desenvolvimento como forma de alcançar melhores condições de vida e cidadania	88
5.3. Desenvolvimento como solidariedade	92
5.4. Desenvolvimento e sustentabilidade	97
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105
APÊNDICES	110
APÊNDICE A	111
APÊNDICE B	115
APÊNDICE C	117
APÊNDICE D	121

LISTA DE SIGLAS

ABC Paulista - Cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano, localizadas em São Paulo.

ABONG - Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais.

AERJ - Associação dos Engenheiros do Rio de Janeiro.

CAC - Centro de Atividades Comunitárias.

CEAR - Comissão Estadual dos Assentamentos Rurais do Rio de Janeiro.

CEDRUS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.

CPT - Comissão Pastoral da Terra.

CUT - Central Única dos Trabalhadores.

DNTR-CUT - Departamento Nacional de Trabalhadores da CUT.

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

FIDA - Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura.

FMI - Fundo Monetário Internacional.

IDACO - Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

NGO - Non Governmental Organization.

ONG - Organização Não Governamental.

ONGs - Organizações Não Governamentais.

ONU - Organização das Nações Unidas.

PROCERA - Programa de Crédito Especial para Áreas de Reforma Agrária.

PRONAF - Programa Nacional de Apoio à Produção Agrícola Familiar.

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária.

SENGE - Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro.

RESUMO

KIENER, Cordélia Inês, M.S., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2001. **ONGs e ideologias de desenvolvimento: o caso do IDACO**. Orientador: José Roberto Pereira. Conselheiros: Maria Izabel Vieira Botelho e Sheila Maria Doula.

A partir da década de 80 verificou-se, no Brasil, o renascer da sociedade civil e de uma nova forma de organização que, embora privada, não possui fins lucrativos e que se distinguiu de outro tipo de organizações como as desportivas, religiosas, recreativas. Estas novas organizações, conhecidas como Organizações Não Governamentais tem atuado, cada vez mais, na definição de políticas públicas, na defesa dos direitos civis e sociais, expondo suas ideologias e estratégias de desenvolvimento. Entendemos, neste trabalho, *ideologia* como idéia-valor conforme definido por Dumont, desempenhando um papel fundamental nas sociedades e nos processos de desenvolvimento não sendo, portanto, uma idéia falsa, secundária ou de interesse limitado. Categorias como *pessoa, indivíduo, mero indivíduo e sujeito* caracterizam diferentes universos de *idéia-valor* e são utilizados para compreender a sociedade brasileira. Muitas ONGs que atuam no contexto da cultura brasileira, marcada pela presença de duplicidade de valores, enfrentam a difícil tarefa de conciliar os valores centrais do individualismo moderno, como a igualdade e liberdade, com os valores tradicionais/holísticos presentes na sociedade brasileira. O trabalho pela cidadania, democracia, solidariedade são considerados, por muitas ONGs, o meio de alcançar a

dignidade, justiça social e desenvolvimento dos segmentos sociais com que trabalham. Neste estudo de caso, procura-se identificar e analisar os valores que orientam as ações e discursos dos membros e funcionários do IDACO, para compreender como esses valores configuram a ideologia de desenvolvimento desta ONG. Conclui-se que esta ONG tem, nos seus objetivos e resultados esperados, forte presença de valores culturais modernos, aliados a formas de desenvolvimento baseados em aumento de produção e de receitas para a promoção de melhoria nas condições de vida de seu público. Esta ONG considera seu público constituído, basicamente, por *meros indivíduos*, que devem se transformar em *sujeitos*, valor máximo da modernidade individualista. Verifica-se, no entanto, que os membros e funcionários do IDACO utilizam-se de valores holísticos para alcançarem parte de seus objetivos e resultados, o que confirma a presença de duplicidade de valores neste tipo de organização, assim como em toda a sociedade brasileira. Termina-se o trabalho sugerindo uma reflexão mais profunda sobre as limitações e conseqüências da imposição de valores do individualismo moderno sobre os valores holísticos que dominaram, até um passado recente, a sociedade brasileira.

ABSTRACT

KIENER, Cordélia Inês, M.S., Universidade Federal de Viçosa, July 2001. **ONGs and development ideologies: the IDACO case**. Adviser: José Roberto Pereira. Committee Members: Maria Izabel Vieira Botelho and Sheila Maria Doula.

From the 80-ies, in Brazil, the renaissance of the civil society has been occurred, as well as a new organization form that, although private, does not aim at lucrative purposes and was distinguished from another kinds of organization such as the sporting, religious, and recreational ones. These new organizations, known as Non Government Organizations have been increasingly acting on definition of the public policies, in defense of the civil and social rights, so exposing their ideologies and development strategies. In this study, the *ideology* is conceived as an idea-value, according to Dumont's definition, as playing a fundamental paper in societies and development processes, so being no false idea or interest-limited idea. Categories such as *person*, *individual*, *mere individual* and *subject* characterize different universes of values and are used to the understanding of Brazilian society. Many ONGs acting in the context of the Brazilian culture, marked by presence of the value duplicities, are facing the hard task to reconciling the central values of the modern individualism, such as the equality and freedom with the traditional/holistic values present in Brazilian society. Many ONGs have considered the work for citizenship, democracy, and solidarity as means to reaching the dignity, and social justice for the social segment with which they

have worked. In this case study, the identification and the analysis of the values guiding the actions and speeches of the members and employees of IDACO are searched in order to understand how these values configure the development ideology of this ONG. It is concluded that this ONG has, in their objectives and expected results, a strong presence of the modern cultural values associated to development forms based on increases of the production and revenues for promoting the improvement in life conditions of their publics. This ONG considers their public basically constituted by *mere individuals*, who should become *subjects*, a maximum value of the individualistic modernity. However, it is verified that the members and employees of IDACO have used the holistic values for reaching a part of their objectives and results, what confirms the presence of the value duplicities in this kind of organization, as well as in whole Brazilian society. This study suggests a deeper reflection on limitations and consequences from value imposition of the modern individualism upon the holistic values that dominated the Brazilian society until a recent past.

1. INTRODUÇÃO

À medida que o homem ocidental foi afastando de Deus as culpas e responsabilidades sobre tudo o que acontecia na terra, crescia a certeza de que, utilizando a razão, muitas de suas perguntas poderiam ser respondidas. O homem começou a acreditar que poderia conhecer e dominar a natureza em seu próprio proveito e passou a considerar-se algo externo à natureza. Esta separação entre homem e natureza foi aumentando à medida que o conhecimento técnico e científico, principalmente através da industrialização, modernizava as sociedades. Nesse sentido, GIDDENS (1991:66), afirma:

“Na maior parte das culturas pré-modernas, mesmo nas grandes civilizações, os seres humanos se viam em continuidade com a natureza.(...) A indústria moderna, modelada pela aliança da ciência com a tecnologia, transforma o mundo da natureza de maneiras inimagináveis às gerações anteriores”.

Os diferentes aspectos da vida cotidiana como o saber fazer, economia, natureza, comunidade que, no mundo tradicional, faziam parte de uma totalidade, passaram a ser compartimentadas, estudadas e, até, vividas separadamente, dando início a um processo de especialização, desenvolvimento técnico e científico jamais visto em eras e sociedades anteriores. O avanço técnico científico aliado às transformações econômicas e políticas, romperam as barreiras das formas tradicionais de poder e saber e deram início ao processo de modernização ocidental. Esta transformação no conhecimento, que se tornou progressivo e cada vez mais incerto quanto aos resultados no futuro, é característico da modernidade.

Ao estudar a modernidade, GIDDENS (1991), afirma que há vários aspectos e valores que estavam presentes nas sociedades tradicionais e continuam presentes nas sociedades modernas, como a família ou o trabalho, mas há outros aspectos que são característicos da modernidade como, por exemplo, a “reflexibilidade” que é fundamental para as mudanças e avanços das sociedades. Para GIDDENS e PIERSON (2000:79), nas sociedades tradicionais *“as adversidades que as pessoas padecem, costumam ser vistas como acaso do destino”* e pouco se faz, comparando às sociedades modernas, para descobrir se existem causas racionais de tais acontecimentos e sua possível mudança. Mitos, símbolos, e crenças são perpetuados pelas comunidades dando significado às suas rotinas e ações e, mesmo quando há adaptações, à luz de novas informações ou situações, o passado é honrado e valorizado e *“na balança do tempo o lado passado está muito mais abaixo, pelo peso, do que o do futuro”* (GIDDENS, 1991:31). Enquanto isso, nas sociedades modernas, a reflexibilidade promove o contínuo e radical questionamento e alterações das práticas sociais, do conhecimento e das certezas.

“A reflexibilidade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter” (idem, 1991:45).

Assim, ao substituir o saber tradicional pela razão reflexiva, a certeza do conhecimento, contrariamente ao inicialmente suposto, tornou-se mais incerto do que anteriormente porque *“não podemos nunca estar seguros de que qualquer elemento dado deste conhecimento não será revisado”* (idem, 1991:46).

Seguindo a esteira da reflexibilidade, os caminhos do *desenvolvimento*, principalmente no século XX, também são questionados continuamente não só em sua concepção e condução mas, principalmente, em seus resultados.

Para ELIAS (1994), o termo *desenvolvimento*, assim como civilização ou modernidade, são carregados de juízos de valor e representam os processos vividos nos países pioneiros como o único caminho viável para os demais países. A partir do século XIX, a crescente convicção de um futuro melhor através das mudanças provocadas pela industrialização e por mudanças sociais e políticas começou, no ocidente, a superar o pessimismo dos que defendiam interesses mais tradicionais. Havia a certeza que este desenvolvimento era sinônimo de progresso e de melhorias nas condições de vida da população em geral. As descobertas na área da saúde, o acesso à educação, o aumento da produção alimentar e dos bens de consumo manufaturados e industrializados que

passaram a ser acessíveis a um crescente número de pessoas indicava um caminho desejável a ser seguido por outras nações.

Nações com diferentes situações econômicas, políticas, geográficas, ambientais, com diferentes valores religiosos, éticos, culturais, e com diferentes histórias de dependência e dominação passaram a incorporar aspectos do modelo de desenvolvimento dos países pioneiros.

Embora o modelo de desenvolvimento moderno dos países pioneiros como a Inglaterra e os Estados Unidos da América fosse um conjunto de transformações na área econômica, política e social, o modelo que se expandiu, com maior rapidez foi o econômico: o modelo capitalista industrial de produção. Segundo GIDDENS (1991:63), *“desde as suas origens o capitalismo é internacional em seu escopo”*. A implementação deste modelo econômico resultou em efeitos desejados como o aumento quantitativo e qualitativo da produção no setor primário e secundário mas, também, resultados não desejados como a concentração de renda, êxodo rural, empobrecimento das populações em geral e entre muitos outros aspectos negativos uma crescente degradação ambiental. Segundo análise de ELIAS (1994), agora que o progresso da ciência e da tecnologia, estimulado pelo sistema capitalista de economia é real, e não mais um ideal como era nos anos das luzes, a crença em seus benefícios como forma de melhorar toda a condição humana já não tem a força dos séculos anteriores.

A reflexibilidade sobre o modelo de desenvolvimento capitalista industrial, adotado pela maioria dos países, aponta para o fato de que, sendo basicamente econômico, o modelo descuidou das prioridades sociais e negligenciou questões ambientais. A partir dos anos 60 setores organizados da sociedade civil que não estavam satisfeitos com os resultados sociais, econômicos e ecológicos provocados pelo modelo capitalista, começaram a debater e reivindicar, junto aos seus governos, formas alternativas de desenvolvimento que promovessem mais equidade, justiça social e sustentabilidade ambiental.

No Brasil, o desenvolvimento moderno, baseado no crescimento econômico copiado de modelos internacionais, teve forte impulso durante o regime político autoritário instalado em 1964, o que favoreceu o surgimento de forças de oposição, não só contra os efeitos negativos do desenvolvimento econômico e social mas, também, contra o regime político vigente.

Entre os oponentes a estes regimes (econômico e político) estavam intelectuais que tentavam, através de suas entidades de base, como sindicatos e associações,

reformular políticas e ideais para uma nova sociedade mais participativa, menos excludente e mais equitativa. O ideal da igualdade e da democracia era a bandeira destas entidades. Muitos destes intelectuais, com experiência acumulada durante as atividades sindicais e tendo participado direta ou indiretamente de diversas organizações sociais foram os mentores de um novo tipo de organização da sociedade civil conhecida, hoje, como Organização Não Governamental (ONG).

O termo ONG (Organização Não Governamental) surgiu, pela primeira vez, em 1940, em documentos da Organização das Nações Unidas (ONU) fazendo referência a *“um universo extremamente amplo e pouco definido de instituições”* (LANDIM, 1993:11) e abrigou, durante anos, inúmeras organizações que, em comum, possuíam apenas o fato de serem Não Governamentais e sem fins lucrativos. Cabiam nesta definição desde organizações recreativas como os clubes de futebol até organizações caritativas ligadas às Igrejas.

Na América Latina e, especialmente, no Brasil a trajetória de parte das organizações que, agora, se enquadram no conceito de ONG, teve sua base nos centros populares de educação, promoção e assessoria e atuaram, a partir dos anos 60, ligadas à promoção da educação popular e direitos humanos em oposição aos regimes autoritários. Segundo LANDIM (2000:13), estas entidades pioneiras *“surgem mais próximas às igrejas cristãs na sua vertente popular, as que então se ligam fundamentalmente aos movimentos comunitários, de bairros de periferia e sindicais”*.

A partir da década de 80, com o fim do regime autoritário, a intensificação da cooperação internacional e a implementação de políticas de descentralização do poder público, as ONGs começaram a multiplicar-se e afirmar-se como atores participantes no processo de desenvolvimento, ampliando suas atividades para áreas que, anteriormente, eram de responsabilidade quase exclusiva do Estado, como a saúde, educação, produção e comercialização agropecuária, entre outras. As ONGs participam, não só, através da implementação dos mais variados tipos de projetos de desenvolvimento social e econômico nas áreas urbanas e rurais mas, também, através de debates e campanhas que discutem e apontam caminhos para modelos de desenvolvimento socialmente mais justos e sustentáveis.

O termo *desenvolvimento sustentável* é já de uso corrente nos mais variados discursos e, teoricamente, aponta caminhos diferentes para situações diferentes, abordando condições e necessidades específicas de cada país,

não só em termos econômicos, mas também sociais, culturais e ambientais, tanto das gerações atuais como das gerações futuras. A busca de soluções para problemas como a pobreza, a exclusão social e os danos ambientais passam a ser abordados de forma sistêmica e não mais como aspectos independentes, econômico, social, cultural, ambiental, passíveis de soluções isoladas, ou de forma seqüencial .

Segundo FERGUSON (1997), assim como na Idade Média não se questionava Deus e posteriormente não se questionava a necessidade de civilizar os povos recém descobertos, também hoje, não se questiona mais que o *desenvolvimento* tornou-se um valor moderno, procurado por todas as nações. Mas há diferentes idéias sobre o que é e como se promove o desenvolvimento, e estas diferentes idéias baseiam-se em diferentes concepções ideológicas que, por sua vez, fundamentam-se em diferentes valores culturais.

Deste modo, pretende-se, neste estudo compreender quais são os valores que orientam a concepção ideológica de desenvolvimento da ONG denominada Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO), que atua no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Para alcançar esse objetivo, este estudo está organizado em quatro capítulos, além da introdução e considerações finais. Na parte dos anexos são apresentados, uma tabela contendo os principais projetos do IDACO, um mapa com a localização da área de atuação do IDACO, o roteiro de questões orientadores das entrevistas e a relação dos funcionários e membros do IDACO entrevistados para a pesquisa.

Na parte introdutória são apresentados os objetivos deste trabalho, dando ênfase especial às categorias de entendimento sociológico *Modernidade e Ideologia*. Ainda nesta parte, são apresentados os aspectos metodológicos que orientaram a elaboração deste trabalho.

No capítulo 2, resgata-se o histórico da revitalização da sociedade civil brasileira, ainda durante o regime militar, analisando como os movimentos para a redemocratização do Brasil contribuíram para o surgimento de organizações da sociedade civil que acabaram abraçando outras causas subjacentes à democracia como a luta contra a exclusão social e econômica, a reforma agrária e por um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

No capítulo 3, inicialmente, é feita uma análise dos valores centrais que orientam as sociedades modernas e as sociedades tradicionais, comparando e interligando individualismo e holismo. Posteriormente, é identificada a trajetória do processo de desenvolvimento, desde o capitalismo industrial até o desenvolvimento sustentável, analisando os valores que têm orientado as diferentes concepções e fases do *desenvolvimento*. Esta análise parte de um contexto mais global para, depois, centrar-se na sociedade brasileira.

No capítulo 4, são analisadas as concepções de desenvolvimento das ONGs e os principais valores culturais que as orientam na sociedade brasileira.

No capítulo 5, são identificados e analisados os valores que orientam as ações e o discurso de desenvolvimento do Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO).

1.1. Ideologia como categoria do entendimento sociológico deste estudo

Devido à importância que a *ideologia* tem como categoria do entendimento sociológico para o desenvolvimento deste estudo, torna-se necessário apresentar as diferentes definições desta categoria uma vez que são, não só diversos, como também contraditórios.

Inicia-se a discussão retornando ao debate esclarecedor de LOWY (1985), que ao fazer o resgate histórico da ideologia, afirma que o termo foi utilizado pela primeira vez pelo filósofo francês Destutt de Tracy, em 1801, como o “estudo das idéias”. Na opinião de Tracy, a interação dos organismos vivos com o meio ambiente daria origem às idéias através da percepção sensorial e, portanto, poderiam ser estudadas pela análise científica materialista. A ideologia assim considerada, era um subcapítulo da zoologia. Quando Napoleão, alguns anos mais tarde entrou em conflito com Destutt de Tracy e seus companheiros, utilizou o termo “ideólogos” para classificá-los como homens que estão fora da realidade, invertendo, desse modo, completamente o sentido inicial do termo. Desse modo, “ideologia” que inicialmente remetia a aspectos concretos da biologia, transformou-se num conceito que remetia à metafísica, ao mundo abstrato e especulativo. Segundo LOWY (1985), este foi o sentido que permaneceu ligado à palavra e passou a entrar no uso corrente da linguagem.

Segundo LOWY (1985), Marx resgatou o termo na primeira metade do século XIX e, utilizando a interpretação napoleônica, que remetia ao mundo abstrato das idéias, deu-lhe uma conotação pejorativa, relacionando-o a falsas idéias, e ilusões. Marx, em seu livro “A Ideologia Alemã”, utilizou o termo com significado de *“ilusão, falsa idéia, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as idéias aparecem como motor da vida real”* (LOWY, 1985:12). Mais tarde, Marx ampliou o significado do termo afirmando que os indivíduos tomam consciência da realidade por meio de formas ideológicas como a religião, filosofia e a moral, que representam os interesses da classe dominante.

Para MARX e ENGELS (1989), as idéias dominantes eram resultantes dos interesses e condições materiais das classes dominantes e, enquanto as classes dominadas não tivessem consciência própria, não teriam como mudar sua situação de classe.

“Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência e, conseqüentemente pensam (...) como seres pensantes, como produtores de idéias, que regulamentam a produção e distribuição dos pensamentos da sua época; suas idéias são portanto as idéias dominantes de sua época” (idem, 1989:47).

A ideologia era, assim, a forma encontrada pelas classes dominantes para impor suas idéias como sendo as únicas universalmente válidas. Para Marx, a alteração das idéias e valores dominantes ocorre quando uma nova classe, com outros interesses, passa a impor suas idéias à sociedade. Foi assim com as idéias e valores da aristocracia que, posteriormente, foram substituídos pelas idéias e valores da burguesia.

Continuando seu resgate histórico, LOWY (1985:12) afirma que Lênin utilizou o termo para se referir a *“qualquer concepção da realidade social e política, vinculada a certas classes sociais”*. Para Lênin, a ideologia deixa de ter o significado pejorativo atribuído por Marx e passa a designar diferentes doutrinas sociais ligadas às diferentes classes sociais. Assim, passa a haver mais de uma ideologia, a ideologia burguesa e a ideologia proletária, cada uma ligada às condições sócio-econômicas específicas.

Devido a diferentes interpretações do conceito, LOWY (1985:13), afirma que Karl Mannheim vem apresentar, em seu livro “Ideologia e Utopia”, uma *“ tentativa sociológica de pôr um pouco de ordem nessa confusão”*. Neste

livro, apresenta o termo ideologia e o termo utopia como fazendo parte de um mesmo fenômeno: a ideologia total. Tanto utopia como ideologia estão ligados a interesses e posições de classes sociais mas, enquanto ideologia representa concepções, idéias e teorias que servem para manter o sistema e a ordem já estabelecidos, a utopia refere-se a idéias e doutrinas que tentam modificar o sistema no futuro. Segundo LOWY (1985:13), o termo “ideologia total” pode induzir a uma confusão conceitual e designa um novo termo: “visão social de mundo” que representaria *“todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, idéias e orientações cognitivas”*. Portanto, a visão social do mundo poderia ser utópica ou ideológica mantendo a orientação dialética de Mannheim.

Uma forma diversa de interpretação do termo ideologia, sem remetê-lo a conflitos entre classes sociais e sem compartimentar o saber em setores isolados como ciência, filosofia, ideologia, etc., encontra-se no pensamento de Dumont, o qual trata a ideologia como parte integrante da cultura das sociedades e que determina toda a forma de perceber e “estar no mundo”. Dumont deu novo significado ao termo *ideologia* ao estudar o sistema de castas da Índia. Este sistema de castas, segundo o autor, só se sustenta porque sua ideologia é compreendida e aceita por todos os membros da sociedade indiana. Para DUMONT (2000), a ideologia é a interação entre frações que compõem o ser e o saber das sociedades. Neste sentido, cultura e ideologia estão muito entrelaçadas e o termo ideologia afasta-se muito da sua inicial conotação política como referência a um sistema de poder e dominação.

“Não tomo como ideologia o que permaneceria depois de ter eliminado aquilo que é tido como verdadeiro, racional, científico, mas ao contrário, tudo que é socialmente pensado, acreditado, atuado, a partir da hipótese de que há uma unidade viva disto tudo, escondido sob as nossas distinções habituais” (idem, 2000:35).

Entretanto, ele acredita que a articulação de todos os elementos que compõem a ideologia não exclui a contradição ou o conflito.

DUMONT (1992) afirma que nenhum sistema social se guia unicamente pela ideologia e há fenômenos que, não sendo ideológicos, como os fenômenos econômicos e políticos, poder e território são concomitantes ao sistema ideológico. Estes fenômenos não podem ser analisados como preferenciais, sufocando a ideologia mas, também, não podem ser subestimados. Eles devem ser relacionados à ideologia que os acompanha e estudados conforme a posição que a sociedade estudada lhe dá, pois “é só

com a relação à totalidade assim reconstituída que a ideologia assumirá seu sentido sociológico verdadeiro” (DUMONT, 2000:89). No caso do estudo do sistema indiano de castas, Dumont colocou os aspectos político e econômico em segundo plano por considerar o aspecto ideológico como fundamental ao sistema. Portanto, Dumont conceitua “ideologia” como o conjunto de idéias, valores e crenças que orientam as ações de grupos ou sociedades e que, aliados aos aspectos não ideológicos compõem um sistema social determinado.

1.2. Metodologia

1.2.1. Da trajetória pessoal ao problema de pesquisa

A “inquietação” dessa pesquisa teve origem durante os anos de minha atuação profissional na área de desenvolvimento rural em Moçambique, entre 1988 a 1998, primeiramente em uma instituição governamental, o ministério da Agricultura de Moçambique atuando em um projeto de extensão rural financiado pelas Nações Unidas e posteriormente, junto a uma Organização não Governamental holandesa que atua em Moçambique. Apesar de diferentes públicos e diferentes implementadores de projetos, observei que a linha de pensamento que orientava as ações de desenvolvimento rural em geral e agrícola, em particular, era sempre muito parecida. Havia grande preocupação com o aumento de produção e da renda dos produtores, mudanças das práticas agropecuárias visando o aumento da produtividade, comercialização e participação democrática das populações rurais. Estas preocupações eram sempre estimuladas pelas agências financiadoras¹, conhecidas, também, como agências doadoras, que exigiam a presença de termos como *gênero, sustentabilidade, empoderamento, aumento de renda, participação*, entre outros, nos projetos por eles financiados. A discussão e elaboração dos projetos de desenvolvimento ficavam, quase sempre, sob a responsabilidade dos diretores e de técnicos que, por sua vez, eram influenciados pela literatura e pelos resultados dos projetos de desenvolvimento dos países doadores.

¹ Como ONU, FMI, FIDA, Governos europeus, bem como agências não governamentais do hemisfério norte (Europa e América do Norte).

Os programas de extensão rural implementados em Moçambique, pelo Ministério da Agricultura, foram, inicialmente, financiados pelo Banco Mundial e pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, tendo como referência as experiências de países onde a extensão rural já estava em funcionamento, como Israel e Índia. Destes países vieram vários consultores para orientar a implementação da estrutura organizacional da extensão rural em Moçambique. A experiência de trabalho no campo e os fracos resultados quanto à participação das populações locais logo permitiu aos técnicos de campo verificar a necessidade de iniciar a elaboração de uma proposta de adequação do método de extensão à realidade cultural Moçambicana, em que associativismo e cooperativismo, conhecido na Europa e em outros países, e fundamentais para o desenvolvimento do método, não conseguiam se consolidar. Assim o método “Treinamento e Visita”², tão estimulado pelo Fundo Monetário Internacional, tornou-se Método Treinamento e Visita “modificado” mas, não antes de sofrer restrições por parte dos financiadores. A experiência e o conhecimento da realidade cultural foram fundamentais para adequar o sistema de extensão e para obter um maior retorno em termos de aceitação e participação das populações locais. Apesar das mudanças no método, os objetivos gerais de aumento de produção e produtividade agropecuária no setor familiar continuavam sendo os objetivos centrais do Governo Moçambicano, uma necessidade em um país em processo revolucionário e com grande *déficit* alimentar.

Mais tarde, em 1993, já num outro contexto político e econômico nacional, com o fim da guerra civil e do regime socialista e com a abertura de mercado, fui trabalhar numa Organização não Governamental holandesa, denominada HIVOS³. Lá verifiquei que os objetivos gerais também giravam em torno do aumento da produção e produtividade, mas havia ainda a preocupação das questões ligadas ao gênero, ao fortalecimento do poder local, ao aumento da participação da população nos processos de participação, entre outros. Estas preocupações tinham sua origem, quase sempre, no doador que estipulava suas macro-metas a partir da Holanda. Apesar desta ONG permitir uma grande flexibilidade na elaboração e implementação dos planos de

² Em inglês Training and Visit, método de organização e planejamento do Serviço de Extensão. Intercalando visitas técnicas a campo e treinamentos específicos dos agricultores, espera-se que os agricultores sejam capazes de aumentar, e diversificar sua produção.

³ “Humanist Institute for Co-operation with Developing Countries” - HIVOS, é uma Organização Não Governamental holandesa voltada para o desenvolvimento econômico e cultural na África, Ásia e América Latina.

atividades, suas macro-metas acabavam influenciando na escolha das atividades no âmbito local. Para as populações locais preocupações como gênero, empoderamento, meio ambiente, não constavam como prioridade nos diagnósticos participativos que os consultores realizavam, mas acabavam sendo incluídos no plano de trabalho porque pertenciam ao universo das preocupações de desenvolvimento humanitário da HIVOS.

Em várias instâncias discutia-se o problema da sustentabilidade dos resultados dos projetos financiados e implementados por agências estrangeiras que duravam, apenas, o tempo de seu financiamento, período em que havia dinheiro para transporte, material, salários, treinamentos, mas, logo que o financiamento acabava o projeto era esquecido e a população voltava a viver sem se ter beneficiado de quase nenhuma mudança real e sustentável.

Considero, pessoalmente, que para além do problema da sustentabilidade econômica, que é fundamental para o sucesso de projetos de desenvolvimento, existem outros aspectos que influenciaram o fracasso de vários projetos. Entre estes, encontra-se a imposição de idéias e valores que, sendo comuns e aceitos em boa parte do mundo moderno globalizado, são transferidos, sem análise detalhada dos valores culturais de uma população que, na sua grande maioria, não tem acesso sequer à energia elétrica e ao sistema formal de educação e que continua muito diferente da população europeia, americana, japonesa ou mesmo brasileira, em termos culturais.

Destes desafios partilhados pela prática profissional em Moçambique, nasceu o desejo de estudar as idéias e os valores das pessoas que elaboram e definem projetos de desenvolvimento e analisar como estes valores pessoais influenciam a elaboração de projetos nas ONGs que são destinados a um público que vive uma realidade social, cultural e econômica muito diferente destes agentes. Portanto, ao procurar compreender essas idéias e valores que definem a concepção de desenvolvimento do IDACO, estou, na verdade, procurando compreender e redefinir minhas próprias idéias e valores sobre desenvolvimento, de forma a perceber a mim mesma espelhando-me no IDACO. Assim, procuro identificar e analisar, em termos teóricos, as concepções ideológicas de desenvolvimento rural; descrever e analisar a trajetória histórica do IDACO e dos projetos executados entre o período de 1988 a 2000; identificar e analisar os projetos de desenvolvimento elaborados pelo IDACO.

1.2.2. A unidade de pesquisa

Definido o tema de pesquisa, o passo seguinte foi elaborar critérios de seleção da ONG que correspondessem às expectativas deste estudo. Assim, além dos critérios de distância e facilidade de acesso, que constituíam preocupação concreta e limitante para a realização da pesquisa, foram elaborados outros quatro critérios ligados diretamente à história e atuação das ONGs, quais sejam:

a) Área temática: deveria ser selecionada uma ONG que trabalhasse com desenvolvimento rural, área de minha experiência acadêmica e profissional de mais de 10 anos.

b) Tempo de atuação: deveria ser selecionada uma ONG que tivesse um período histórico de atuação que permitisse analisar as transformações ocorridas. Esta análise histórica torna-se importante para compreender como as influências do macro ambiente influenciam as idéias e valores das pessoas que estão à frente das Organizações Não Governamentais.

c) Fonte de financiamento: deveria ser selecionada uma ONG que utilizasse recursos financeiros de agentes externos para poder analisar a influencia desta relação na elaboração e implementação dos projetos e, se possível, avaliar o grau de autonomia das idéias e valores do pessoal da ONG.

d) Área geográfica de atuação: deveria ser selecionada uma ONG que tivesse atuação numa área geográfica que permitisse a existência de variações nas necessidades identificadas nos projetos. Ações muito localizadas podem mascarar os valores e idéias das ONGs pois tendem a atender uma realidade muito específica. Ao ampliar suas atividades para realidades diferentes é possível analisar melhor as idéias e valores centrais que orientam as ações das ONGs.

Após listagem de quatro ONGs, selecionadas pelo site da Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais (ABONG), e tomando como referência a leitura de LANDIM (1993), foram realizados contatos, através de e-mail, com cada uma delas para apresentar o interesse de pesquisa. Das quatro ONGs contatadas, uma localizada na cidade de São Paulo e outra no estado do Paraná não responderam, enquanto uma terceira, com sede no estado do Rio de Janeiro afirmou já possuir estudantes realizando pesquisas e que, portanto, não poderia disponibilizar-se para mais este trabalho. Obtive resposta favorável da ONG denominada Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO), que possui sede e atuação no estado do Rio de Janeiro e que se enquadrava nos critérios preestabelecidos como pode ser observado a seguir.

Área temática: Tendo como objetivo central mudanças estruturais na sociedade brasileira, em geral, e rural em particular, o IDACO atua na área rural do Estado do Rio de Janeiro por meio de ações de desenvolvimento rural, promovendo projetos de comercialização, crédito, produção agropecuária e florestal e meio ambiente. Trabalha com produtores de assentamentos rurais, representados em suas associações e cooperativas, apoiando e incentivando o trabalho e a resolução de problemas de forma coletiva.

Ano de fundação: Foi fundada em 1988, época em que houve a intensificação da criação de ONGs no Brasil⁴. Sua idealização e fundação ocorreram num contexto histórico marcado pela redemocratização do país. Em 2000 já possuía 12 anos de atuação o que possibilitou a análise da sua trajetória histórica, dos projetos executados e das mudanças internas da organização.

Fonte de financiamento: Beneficia-se de financiamento externo (estrangeiro) que representa 45% do total de seu orçamento⁵. Das suas receitas, apenas menos de 10% são obtidos a nível interno, o que permitiu analisar as relações de autonomia/dependência na definição e implementação de projetos frente aos diferentes financiadores internacionais e nacionais, governamentais e não governamentais.

Área de atuação geográfica: Abrange vários municípios do Estado do Rio de Janeiro, o que possibilitou a análise de projetos implementados em realidades ambientais e sociais diversas.

Contaram, ainda, como aspectos favoráveis de escolha do IDACO, a localização relativamente próximo de Viçosa, e o fato desta ONG ter aceitado participar da pesquisa.

1.2.3. O método de pesquisa

Tendo em vista o objetivo deste estudo e a ONG escolhida, o método mais apropriado para realizar a pesquisa foi o “Estudo de Caso”. Bogdan, citado em TRIVIÑOS (1987:134-135) divide os estudos de caso em três categorias: Histórico-organizacionais, Observacionais e História de vida. As categorias “histórico organizacional” e “observacional” estão intimamente

⁴ Segundo LANDIM (2000), 44,1% das ONG's do Brasil, pesquisadas até 1994, foram fundadas no período entre 1985 e 1989.

⁵ Informação obtida no site da ABONG sobre o IDACO.

relacionadas com os objetivos deste estudo, pois analisou-se a trajetória histórica do IDACO, bem como a observação e análise das concepções de desenvolvimento rural utilizadas para a elaboração de seus projetos e de suas estratégias de ação para o desenvolvimento rural.

A coleta e sistematização das informações sobre o IDACO seguiram um processo circular de pesquisa que, segundo ALENCAR (1999), permite que as pressuposições iniciais guiem uma primeira coleta de informações, para posterior análise e discussão. A primeira coleta de informação, também chamada de exploratória, serviu de subsídio para uma definição mais precisa de novas coletas de informações, tornando a coleta e análise um processo interativo.

Neste contexto, a primeira visita ao IDACO foi realizada entre os dias 24 e 26 de julho de 2000. Esta primeira visita teve como principal objetivo a apresentação da proposta de trabalho e confirmar a possibilidade da realização deste trabalho junto aos funcionários, técnicos, colaboradores e fundadores do IDACO. Confirmada a disponibilidade do IDACO para participar da pesquisa deu-se início ao processo de seleção de informação e material escrito, disponível no IDACO. Entretanto, neste primeiro encontro não foi possível coletar toda a informação escrita desejada, tais como relatórios, planos de atividades, estatutos, acordos institucionais, pois o IDACO estava em processo de avaliação interna e muito material por mim requisitado estava nas mãos dos consultores responsáveis pela avaliação.

Em uma segunda visita, realizada em outubro de 2000, foram coletadas informações escritas existentes sobre a Organização, tais como projetos, relatórios, planos de ação, atas de assembléias e estatutos.

De volta a Viçosa, a informação coletada no IDACO foi lida, selecionada, analisada e sistematizada e iniciou-se o processo de cruzamento da informação disponível com as referências teóricas previamente selecionadas. Este trabalho permitiu identificar a necessidade de aprofundamento de questões específicas de interesse para a pesquisa e, através de processo circular de coleta e sistematização de informação, definir o objetivo da próxima visita ao IDACO, bem como estruturar o roteiro de perguntas que serviu de guia para as entrevistas com os funcionários do IDACO e que pode ser consultado em anexo.

A terceira visita ao IDACO, com o objetivo de realizar as entrevistas semi-estruturadas, só pôde ser realizada em janeiro de 2001 devido à sobrecarga de trabalho a que o IDACO estava submetido durante todo o mês de dezembro. Somente em janeiro

de 2001 a equipe técnica do IDACO mostrou-se disponível para a realização das entrevistas mas, mesmo assim, houve dificuldade para a realização das entrevistas pois uma atividade não prevista exigiu intenso trabalho da equipe técnica. Durante o período da realização de campo, o IDACO contava com seis funcionários efetivos atuando na área técnica e executiva de projetos, dos quais foram entrevistados cinco⁶. Estas entrevistas⁷ foram gravadas em fita cassete e, posteriormente, transcritas e analisadas.

Nesta terceira visita foram, ainda, coletadas algumas informações escritas que não haviam sido disponibilizadas durante a segunda visita como o Estatuto e a ata de fundação do IDACO e diversos manuais técnicos.

As informações colhidas nas três visitas foram analisadas à luz dos referenciais teóricos que guiaram a pesquisa desde sua concepção, dando a base para a elaboração do índice como proposta de trabalho e, posteriormente, a primeira versão da tese. Durante este processo identificou-se a necessidade de realizar entrevistas em profundidade com a equipe de coordenação e alguns membros fundadores atuantes na direção do IDACO para que se fechasse o ciclo de informações necessárias. Assim, uma quarta visita ao IDACO foi realizada entre os dias 10 e 14 de julho de 2001, altura em que a segunda versão da tese estava praticamente pronta, necessitando apenas a confirmação de algumas informações e aprofundamento de questões que não haviam ficado completamente esclarecidas nos documentos e entrevistas anteriormente colhidas e analisadas.

Nesta quarta visita foi possível entrevistar o coordenador administrativo, o diretor coordenador geral, um dos membros fundadores do IDACO e um colaborador francês que está ligado ao IDACO desde sua fundação. As informações colhidas nestas últimas entrevistas serviram para fechar questões colocadas no início da pesquisa. Este processo de aproximação sucessiva é previsto em pesquisas do tipo qualitativa.

Assim, de um total geral de 12 de funcionários efetivos, existentes no período da pesquisa, não foram entrevistados um técnico de campo, por não ter havido disponibilidade de tempo, e quatro funcionários ligados à

⁶ A lista com relação de funcionários entrevistados e breve histórico de cada um consta nos anexos.

⁷ Roteiro de perguntas que serviu de base para as entrevistas semi-estruturadas consta nos anexos.

contabilidade, secretaria e apoio que, embora não estando diretamente ligados na execução e tomadas de decisão sobre os projetos do IDACO, foram fundamentais na disponibilização de informações escritas, realização de fotocópias, marcação de entrevistas e apoio em geral na minha estada na cidade do Rio de Janeiro.

Em todas as etapas as informações coletadas foram analisadas utilizando a estratégia de Triangulação de Informações para checar a necessidade de continuar ou não o processo de coleta e dar coesão ao corpo do trabalho. Segundo TRIVIÑOS (1987:138-139), a triangulação consiste no estabelecimento de três dimensões analíticas:

- a) *Processos e produtos centrados nos atores sociais* - respostas obtidas dos membros, dirigentes e contratados da ONG, por meio de entrevistas semi-estruturadas.
- b) *Elementos produzidos pelo meio dos atores sociais* - informações obtidas por meio de análise de documentos produzidos pelo IDACO e pelo meio de redes de ONGs à qual está ligada.
- c) *Processos e produtos originados pela estrutura sócio-econômica do macro ambiente social* - construção histórica e teórica sobre o tema em estudo.

2. A REVITALIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL EA LUTA PELA REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL

Este capítulo apresenta um breve resgate histórico da reorganização da sociedade civil durante o regime militar, principalmente através dos sindicatos e das associações, inicialmente na luta pela implementação dos direitos trabalhistas já adquiridos, quer no âmbito urbano quer rural e, posteriormente, na ampliação desta luta para o restabelecimento de um regime democrático, com o pleno exercício dos direitos políticos, civis e sociais e a conquista de novos direitos. Fazem parte desta análise os movimentos organizados dos trabalhadores e demais setores urbanos e as organizações rurais, pois é a partir destas organizações que se esboça um novo tipo de organização da sociedade civil, as ONGs, que lentamente organizam-se e institucionalizam-se na sociedade brasileira. Grande parte dos idealizadores e dirigentes das atuais ONGs vieram de movimentos criados ou reorganizados durante o regime militar, especialmente na década de 70, dentre eles, os fundadores do IDACO.

2.1. A revitalização dos movimentos sociais

As lutas dos trabalhadores urbanos, nos movimentos sindicais, tiveram forte influência nas mudanças políticas ocorridas durante o regime militar. Logo após o golpe militar de 1964 o governo decretou uma lei que determinava como seriam feitos os reajustes salariais, fato que tirou grande parte da força representativa dos sindicatos dos trabalhadores. Segundo SADER (1988), os dirigentes dos sindicatos acabaram se

acomodando e passaram a funcionar, muito mais como gerentes do aparelho burocrático do que agentes ativos na luta por melhorias das condições dos trabalhadores. Esta acomodação por parte dos dirigentes sindicais fez nascer uma oposição, uma corrente sindical renovadora que questionava a tradicional organização hierárquica sindical e que passou a ser conhecida como “novo sindicalismo”⁸. A atuação do novo sindicalismo teve forte influência no processo de redemocratização do país, embora seu objetivo inicial fosse a revogação da política salarial e negociações diretas com a patronagem, liberdade sindical e a conquista de melhores condições de trabalho nas empresas.

Ao longo da década de 70, os sindicatos dos metalúrgicos do ABC paulista foram fundamentais na estruturação deste “novo sindicalismo”, e sua influência se espalhou por outros sindicatos dos grandes centros urbanos no Brasil. O novo sindicalismo atuava no estreito espaço entre as pressões das bases e a legalidade do regime militar e foi, segundo SADER (1988), por atuar sempre dentro da legalidade, que o novo sindicalismo conseguiu crescer. Os conflitos trabalhistas, especialmente a questão salarial passou a ser debatida abertamente com destaque na imprensa. O discurso, inicialmente, era de reconciliação com o governo, não havendo intenção explícita de oposição ao regime pois a luta era por justiça salarial e reposição da dignidade e do valor do trabalhador. À medida que foi ganhando força, o discurso do novo sindicalismo, principalmente nos jornais internos dos sindicatos, se não contestava a legitimidade do governo ou seus propósitos, também já não o aplaudia como em tempos anteriores. Lentamente o discurso de reconciliação passou a ser discurso de contestação. Segundo RODRIGUES (1990), a ação dos sindicalistas “autênticos” e a ala “lulista”⁹ foram fundamentais para o fortalecimento das organizações dos trabalhadores dentro das empresas e para as negociações diretas com elas. Os discursos dos dirigentes passaram a apelar para o engajamento de todos os trabalhadores nas lutas e atos sindicais por melhores salários, significando o engajamento uma conscientização da luta e não mais a aceitação passiva das propostas dos dirigentes. Ao analisar o discurso de Lula¹⁰ em 1979, SADER (1988) conclui que, na luta contra a injustiça e opressão

⁸ O novo sindicalismo, também chamado de sindicalismo autêntico surgiu no início dos anos 70 e caracterizou-se por lutar contra o esvaziamento e perda de representatividade sindical ocorrido durante o regime militar. Articulando-se sempre na estreita margem da legalidade este movimento logrou tornar públicas as reivindicações e interesses de seus associados.

⁹ Apoiantes das idéias do sindicalista Luís Inácio da Silva, o Lula.

¹⁰ Luís Inácio da Silva, o Lula, tomou posse em 1975 como presidente do Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, S.P.

salarial frente aos grandes empregadores, era a dignidade dos trabalhadores que estava em jogo e a luta não era um enfrentamento político contra o governo e sim por justiça salarial.

Dirigentes de destaque, como Lula, queriam mostrar que as lutas e a mobilização dos trabalhadores, através de diferentes atos e greves, era uma mostra que o povo sabia, sim, mobilizar-se por causas importantes, contrariamente ao que era dito nos discursos das autoridades dominantes. Embora não fosse admitido no discurso, as lutas dos trabalhadores começavam a extrapolar as questões salariais e começavam a apelar para a conscientização dos trabalhadores para as condições de vida em geral.

“Assim, as experiências vividas pelos trabalhadores ganhavam uma dimensão histórica ao projetar desse modo as insatisfações operárias no plano do enfrentamento político (ainda que não o identificasse como tal), Lula não só encarava um desejo social difuso e até então não formulado como ainda abria um campo semântico para o encontro entre diversos movimentos que anunciava a presença sufocada e inquietante dos trabalhadores” (SADER,1988:193).

No entanto, nem todos os segmentos sociais tinham, nessa altura, a mesma força, legitimidade e canais de expressão como os trabalhadores tinham por meio de seus sindicatos. Segundo SADER (1988), enquanto os trabalhadores lutavam, principalmente, na esfera da produção, um grande número de pequenos movimentos sociais representando interesses de segmentos que não se incluíam nas classes trabalhadoras, lutavam, principalmente, na esfera da reprodução; era o caso das donas de casa, favelados, trabalhadores precários. Estes grupos tinham a

“consciência da falta de poder de barganha e pressão na esfera da produção. Desenvolvendo suas reivindicações na esfera da reprodução, não dispunham de um poder no nível econômico para sustentar seus movimentos” (idem, 1988:198).

O plano legal também não se mostrava viável como base de reivindicação e as barganhas de promessas eleitoreiras, existentes antes de 64, desapareceram com a instauração do regime militar. Assim estes grupos, desamparados legalmente e sem a força dos trabalhadores organizados, encontraram na Igreja um forte aliado. Através do discurso da justiça, solidariedade e dignidade a Igreja foi um forte aliado destes movimentos sociais. Em seu estudo, SADER (1988) analisa grupos de mães que, embora já existissem até mesmo antes de 64, passaram a se reconhecer como agentes e sujeitos de suas mudanças a partir da década de 70. Estes grupos de mães, assistidos inicialmente por entidades filantrópicas e caritativas, passaram a ter maior autonomia e poder de participação e decisão a partir do momento em que se libertaram da influência benévola das senhoras de fora da comunidade. A Igreja teve papel importante na

autonomia destes e de outros grupos. Autonomia, esta, que se fez não sem dificuldades, mas que transformou os grupos de receptores passivos de donativos e atenção caridosa em grupos ativos de discussão e conscientização da realidade e promotores de mudanças nas suas respectivas comunidades. Ao analisar estudos de ações coletivas de grupos favelados urbanos, BOSCHI (1987:46) ressalta a importância de mediadores, entre os quais a Igreja tem papel de destaque: *“Invariavelmente a Igreja exercia papel fundamental no fornecimento de recursos materiais ou na organização de campanhas de resistência ou protesto”*.

Com o apoio da Igreja e através de reflexões sobre a vida cotidiana das pessoas, os grupos sociais foram ganhando força para realizar mudanças pessoais e na comunidade.

“Padres, freiras e leigos usavam o método Paulo Freire para aulas de alfabetização, promoviam reuniões de casais em que chamavam a atenção para um novo sentido da existência humana, organizavam cursos profissionalizantes onde também opunham a necessária dignidade do trabalhador ao individualismo amoral da sociabilidade capitalista. Vinculavam, assim, o cristianismo à idéia de uma existência comprometida com a justiça social, com a solidariedade, com a participação consciente na vida coletiva. Nesse sentido, a expansão dos clubes de mães é inseparável da expansão das comunidades de base no mesmo período” (SADER, 1988:203).

Foi a partir da reflexão de situações semelhantes vividas pelas donas de casa que começaram a ser discutidas soluções, ações de reivindicação a órgãos públicos e ações coletivas para solucionar problemas da comunidade. As lutas do dia-a-dia eram o aprendizado da cidadania, o modo pelo qual pensavam suas privações enquanto injustiças sociais e assim, surgiam sugestões para a mobilização e transformação dessas realidades, quer através de ações próprias como mutirões, quer como luta de mudanças políticas. O movimento do custo de vida, analisado por Sader, é um exemplo desta expansão de atividades para o campo político.

Segundo SADER (1988), esta expansão das atividades dos grupos sociais, inicialmente voltados para problemas internos, para depois sair para o nível comunitário e de reivindicações políticas trouxeram algumas dificuldades na concepção das organizações e de sua atuação. Enquanto a organização interna baseava-se na disposição de seus membros, nas relações pessoais e de confiança, a lógica do enfrentamento político *“exigia maior organização, eficácia, impessoalidade e num ritmo de atuação que se adaptasse ao ritmo das transformações políticas”* (SADER, 1988:219). Segundo BOSCHI (1987) à medida que estes grupos e movimentos tinham que se organizar para alcançar seus objetivos, iniciava-se o processo de sua estruturação e, muitas vezes, sua institucionalização, apesar das freqüentes dificuldades, conflitos internos e falta de

participação mais ampla. Muitas das ONGs atualmente existentes tiveram suas bases em associações e grupos de interesses específicos que, iniciando suas atividades de modo informal, tiveram que se reestruturar para melhor alcançar seus objetivos. LANDIM (1993) estuda este caminho para a institucionalização, que será abordado na seção 2.2. deste capítulo.

A reestruturação de grupos locais, como forma de pressão e reivindicação, passou a ocorrer em outras categorias sociais como associações ou grupos de favelados, de bairros, de profissionais. Segundo BOSCHI (1987:41)

“as manifestações coletivas na forma de associações organizadas, esporádicas ações de massas ou movimentos sociais mais amplos tornaram-se um instrumento político privilegiado para expressar o protesto e encaminhar demandas”.

Neste movimento de revitalização da sociedade civil, as associações de profissionais liberais tiveram, também, importante papel. Embora partissem de situação sócio-econômica e de capacitação acadêmica diversa da dos grupos comunitários de base, as associações de profissionais liberais lutavam igualmente por mudanças na estrutura política vigente no país. Segundo BOSCHI (1987), o movimento de greves no setor industrial, em 1978, abriu caminho para um novo tipo de movimento: o movimento de profissionais assalariados de classe média, entre os quais se encontravam médicos, professores, atores, jornalistas, engenheiros. Ao analisar dados do Registro civil das pessoas jurídicas do Rio de Janeiro, BOSCHI (1987) verificou que, embora nos primeiros anos o regime militar tenha diminuído a atividade associativa, não a inibiu por completo e sua reativação coincidiu com a reativação da sociedade civil, como pode ser visto no Quadro 1.

Quadro 1 - Associações voluntárias no Rio de Janeiro, por tipo e tamanho entre 1946 e 1980

Período/tamanho/tipo	1946-1964		1965-1980		Total
	0-100 membros	101 e mais	0-100 membros	101 e mais	
Moradores	1	3	6	13	23
Profissionais e técnicos	2	31	1	19	53
Outros*	1	14	1	12	28
Total	4	48	8	44	104

Fonte: Adaptado de BOSCHI (1987:108).

* Inclui associações de auxílio mútuo, religiosas, filantrópicas, ecológicas e feministas.

As organizações dos engenheiros no estado do Rio de Janeiro, como a Associação e Clube de Engenharia, fazem parte das que ganharam novo ímpeto após 1978 e das quais surgem diversos fundadores do IDACO. Para BOSCHI (1987:106), a organização de profissionais e de moradores são movimentos complementares da classe média para “*vocalizar o protesto e abrir canais de participação política*”.

Embora as associações de profissionais já existissem antes de 1964, elas ganharam nova força com as lutas políticas contra o regime militar. As novas associações já não mantinham o caráter eminentemente técnico, nem se dedicavam exclusivamente aos temas da categoria. Parte delas passou a recrutar seus membros por local de trabalho, incluindo os setores público e privado, o que para BOSCHI (1987), mostra o interesse maior em resolver problemas específicos daquele grupo de profissionais, o que não incluía, necessariamente toda a categoria profissional. Com greves e diversos tipos de manifestações públicas, estas organizações estavam preocupadas, não só com os problemas econômicos e de condições de trabalho do setor mas, também, em desempenhar um papel progressista “*expressando ao público suas demandas e defendendo as causas da democratização*” (BOSCHI, 1987:112).

Assim, diversos membros de associações profissionais tornaram-se militantes na luta pela redemocratização do país.

“Uma das características marcantes dos movimentos grevistas de profissionais no período é que as demandas não eram restritas unicamente às reivindicações econômicas de um dado setor. Pelo contrário, é nítida a consciência da necessidade de redemocratização a um nível político mais amplo, o que poderia ser viabilizado a partir de âmbito mais restrito das associações de representação profissional” (BOSCHI, 1987:114).

Como as associações de profissionais mantinham considerável autonomia frente ao controle do Estado, elas tiveram forte influência na ativação, mobilização e transformação da dinâmica interna de seus respectivos sindicatos, lutando por maior autonomia e formas mais democráticas de gestão interna. Durante as manifestações e greves organizadas, principalmente pelos profissionais da saúde e da educação, havia sempre a preocupação de sensibilizar a população em geral para problemas que a afetavam diretamente como o sistema de educação, saúde, os pacotes econômicos e

mesmo a política governamental em geral. Em seu estudo BOSCHI (1987) aponta que as organizações dos engenheiros do estado do Rio de Janeiro tiveram, também, intensa participação nas manifestações contra as políticas governamentais.

Para BOSCHI (1987), a nova militância dos profissionais de classe média enquanto ator político tem seu equivalente, para os trabalhadores, no novo sindicalismo. Foi esta luta, esta abertura para problemas que transcendiam os interesses de categoria que abriram caminhos para a consolidação das organizações profissionais como local de reflexão e luta por mudanças estruturais, pela redemocratização, pela cidadania.

“Novos valores, novas formas de organização e um potencial de estímulo à mudança política e social constituem um aspecto do ímpeto associativo da classe média em anos recentes” (BOSCHI, 1987:139).

Estes movimentos urbanos tiveram seu equivalente nas áreas rurais. Lutando, principalmente, pela reforma agrária, movimentos sociais existentes antes de 1964, ganharam nova dinâmica e reestruturação nas suas lutas nas décadas seguintes. As associações camponesas ganharam algumas lutas ainda antes do golpe militar de 1964, como por exemplo, a regulamentação da sindicalização rural em 1962 e a aprovação do estatuto do Trabalhador Rural em 1963, que dava aos trabalhadores rurais alguns dos direitos que os trabalhadores urbanos já haviam conquistado. Segundo MEDEIROS (1989), apesar destas conquistas e o número crescente de organizações rurais, o poder dos proprietários contava com o apoio do Congresso Nacional que evitava a aprovação de reformas que pudessem modificar a estrutura fundiária. Desse modo, a luta pela reforma agrária transitou para o regime militar e passou a ser a maior bandeira das lutas das organizações camponesas.

Segundo MEDEIROS (1989), o governo militar fechou muitos sindicatos e muitos de seus dirigentes foram perseguidos, de forma que, principalmente a partir de 1965, os sindicatos perderam muito de sua força de expressão e reivindicação. O desenvolvimento do país passou a ser orientado pela política econômica que era ditada pelo governo, sem muita manifestação das forças sociais. Foi neste contexto que, em 1964, foi aprovado o Estatuto da Terra, que atendia muito mais os interesses econômicos do Governo do que a expectativa de reforma agrária dos camponeses. A reforma agrária passou a ser tratada como tema essencialmente técnico, com propósitos de modernização da agricultura de forma a *“aumentar a produtividade agrícola e criar uma classe média rural, de perfil empresarial”* (idem, 1989:87). Grandes programas de desenvolvimento, como a modernização da agricultura, foram substituindo o discurso

governamental da reforma agrária pela colonização que, em sua essência, estimulava a transferência de agricultores para áreas despovoadas do Brasil, na expectativa de aumentar a produção e transformar práticas tradicionais de agricultura.

Assim como o sindicalismo urbano, no início do regime militar, as organizações camponesas baseavam suas ações na luta pela implementação de direitos já adquiridos, agindo dentro da legalidade e utilizando formas administrativas e jurídicas para encaminhar a maior parte de suas reivindicações, quer contra os patrões, quer contra o Estado. O medo da repressão impedia outras formas de manifestação e muitas vezes os sindicatos acabaram desempenhando papel puramente assistencialista. Durante esta fase, bem como durante todo o regime militar, a Igreja esteve presente apoiando a organização dos camponeses. Para MEDEIROS (1989), a Igreja Católica, representada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em diversas regiões do país serviu como canal de comunicação institucional para denunciar violências e injustiças no campo, passando a adquirir *“importância na formação de uma consciência nacional em relação à problemática do campo”* (idem, 1989:113).

As mudanças econômicas implementadas pelo regime militar mostraram, na década de 70, os seus efeitos negativos e, se para o trabalhador urbano elas representaram arrocho salarial, para os trabalhadores rurais elas representaram o êxodo rural e o aumento do trabalho temporário. O resultado foi a intensa oposição tanto ao governo, como ao modelo de desenvolvimento.

“A maré oposicionista crescia, culminando, em 1978, com as grandes greves do ABC paulista. A luta pela reposição salarial, as mobilizações pela anistia, as crescentes denúncias sobre conflitos no campo criavam um novo clima” (idem, 1989:86).

MEDEIROS (1989) afirma que quando, em 1979, ocorreu o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, o clima de contestação era evidente. A luta pela reforma agrária continuava sendo a grande bandeira do movimento e constituía-se, agora, não só numa luta por justiça social mas, também, num marco fundamental para a redemocratização do país:

“Não se pode pensar em democracia, de fato, no Brasil, sem que se integre a massa de assalariados, parceiros, arrendatários, posseiros e pequenos proprietários minifundistas, que constituem a classe dos trabalhadores rurais à vida do país. E essa integração só se fará através da reforma agrária” (idem, 1989:117).

Durante este Congresso, começavam a ser apontados e questionados os limites do Estatuto da Terra quanto à sua capacidade de modificar a estrutura fundiária brasileira e promover a reforma agrária. A liberdade sindical e a criação de uma central

sindical também estavam nas pautas de discussão como forma de maior participação dos trabalhadores rurais na mudança do modelo político. Com estas manifestações, as organizações rurais juntavam-se às organizações urbanas e a reforma agrária ganhou novo espaço, passando a fazer parte da pauta de reivindicações no processo de redemocratização.

No início dos anos 80, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conhecido sob a sigla MST, surgiu como novo ator político na luta pela reforma agrária. Segundo MEDEIROS (1989), grupos de diversas origens, como colonos descontentes com as condições encontradas nas novas terras, atingidos por barragens e trabalhadores rurais parceiros, assalariados e arrendatários deram origem ao MST que tinha como lema “*a terra não se ganha, se conquista*” (MEDEIROS, 1989:150). Em 1985 realizou-se o I Congresso do MST, onde novas formas de reforma agrária foram discutidas. Esta discussão deu origem a um conjunto de resoluções que envolviam, entre outras, a extinção do Estatuto da Terra e a participação dos trabalhadores rurais na elaboração de novas leis que envolvessem a reforma agrária. Os resultados deste Congresso foram encaminhados ao Ministério de Reforma Agrária e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), embora houvesse poucas esperanças de que suas demandas fossem ouvidas. Entretanto, novas ocupações, especialmente no sul do país, vinham ocorrendo.

Segundo MEDEIROS (1989:176), no início do governo Sarney (1985-1989) foi apresentado à sociedade o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que teve três tipos de reação: os sindicatos rurais apoiaram o plano; a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o MST denunciaram a “*falta de vontade política*” para implementar reformas concretas e imediatas; e os proprietários de terras formularam uma oposição radical contra o Plano.

Foi neste contexto de luta e pressão pela reforma agrária que muitos atores, hoje atuantes em ONGs de desenvolvimento rural, se engajaram na luta pela reforma agrária e pela justiça social. Como poderemos ver adiante, foi neste contexto que o IDACO foi fundado.

2.2. O terceiro setor e as ONGs no Brasil

A abertura política e a redemocratização dos países da América Latina foram conquistadas, em parte, graças à mobilização e pressão de diferentes setores da

sociedade civil organizada, seja em sindicatos de trabalhadores, organizações profissionais, grupos de assessoria aos movimentos sociais, seja em grupos mais localizados como de donas de casa, de moradores, de grupos étnicos específicos. Dentre estes, os grupos de assessoria começaram a ganhar espaço de discussão e decisão como atores autônomos e deram origem a um novo tipo de organização social, as Organizações Não Governamentais.

As ONGs cresceram em número e em atuação, na mesma medida em que crescia a participação da sociedade civil como um todo e foram, durante a década de 80, sinônimo de terceiro setor. No entanto, o terceiro setor abrange um grupo muito maior e variado de atores da sociedade civil e, portanto, torna-se necessário conceituar melhor estes dois termos.

O conceito de terceiro setor é, segundo CARDOSO (1997), um processo ainda em construção e abarca uma gama de organizações que, não sendo governamentais, possuem fins públicos e, sendo privados, não buscam o lucro econômico. Ao analisar o terceiro setor FERNANDES (1997:25) faz um resgate do conceito que é uma tradução da língua inglesa *third sector* e faz parte do “*vocabulário sociológico corrente nos Estados Unidos*”. Para o mesmo conceito na Inglaterra o termo utilizado é *charities*, enquanto na Europa o mais comum é a utilização do termo Organizações Não Governamentais. Segundo FERNANDES (1997), na América Latina e, especificamente no Brasil, o mais corrente é o termo sociedade civil, resgatado durante a luta contra os governos autoritários, uma vez que ONG tem significado mais restrito a determinado tipo de organização, como veremos adiante. A compreensão do termo “terceiro setor” passa por diversos conceitos e abrange diferentes tipos de organizações, instituições e formas de intervenção mas possui algumas características específicas em comum, podendo ser entendido como um setor composto por,

“organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais de caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil” (idem, 1997:27).

Ultimamente setores sociais de empresas privadas têm, também, contribuído para atividades no terceiro setor.

Segundo OFFE (1998:37), o terceiro setor atua como “*uma válvula de escape nas deficiências do Estado e do mercado*”, enquanto CARDOSO (1997) considera o

terceiro setor, no Brasil, um conceito ainda em processo de fortalecimento mas, que já possui

“um papel insubstituível na mobilização de recursos humanos e materiais para o enfrentamento de desafios como o combate à pobreza, à desigualdade e à exclusão social” (idem, 1997:9).

Neste vasto e genérico campo das organizações que compõem o terceiro setor, as Organizações Não Governamentais são parte integrante e atuante, mas possuem características específicas que as têm distinguido progressivamente de outras organizações do terceiro setor como os grupos recreativos, as bibliotecas, as igrejas, os clubes comerciais, etc.

Segundo MENESCAL (1996), a sigla ONG é uma tradução da língua inglesa do termo “Non-Governmental Organizations” (NGO) e foi utilizado, em 1950, pela Organização das Nações Unidas (ONU) para denominar Agências Internacionais de interesse público como a Organização Internacional do Trabalho ou o Conselho Mundial das Igrejas mas, ao longo das últimas décadas, a conceituação de ONGs ampliou-se bastante.

A partir dos anos 60, a Organização das Nações Unidas estimulou a formação de programas de cooperação internacional que tinham, como principal meta, promover projetos de desenvolvimento no “terceiro mundo”. Esta cooperação internacional estimulou a formação de Organizações Não Governamentais, especialmente na Europa e nos Estados Unidos. Para FERNANDES (1997), em muitos países do “terceiro mundo” a criação de ONG foi sendo estimulada para dar continuidade a projetos e programas de desenvolvimento que recebiam financiamento externo.

Apesar da proliferação de ONGs, estas não são alvo de um consenso quanto ao seu papel e importância e as opiniões vão do otimismo à mais severa crítica. Para THIAN (1996:25),

“o aparecimento crescente de organizações locais e da sociedade civil, não poderiam estar a acontecer em tempo melhor. Este fenômeno é o resultado da passagem de uma atitude de indiferença e de fatalismo para uma atitude de autodefesa e participação” .

Para outros autores como James Petras, citado por THOMPSON (1997) as ONGs são instrumentos do neoliberalismo encarregadas de conter explosões sociais e promovem um

“novo tipo de colonialismo e dependência cultural e econômica (...) seus projetos são planejados ou, pelo menos, aprovados, de acordo com as normas prioritárias dos centros imperialistas ou suas instituições” (idem, 1997:41-42).

No Brasil, a origem das ONGs teve vários pontos de partida. Em alguns casos, as ONGs surgiram como institucionalização de projetos, em outros, como uma transformação de grupos de assessoria a movimentos sociais, ou ainda a partir de grupos de pessoas ligadas a temas específicos como gênero, violência, meio ambiente, entre outros. Contrariamente ao que se pensava que iria acontecer com o fim do regime autoritário, os grupos de assessoria, em vez de diminuírem, acabaram ganhando espaço e autonomia, transformando-se em ONGs e, juntamente com as de outras origens, são, atualmente, organizações reconhecidas e ativas na vida social, política e econômica do país.

A busca de uma identidade, a necessidade de definir juridicamente o espaço que as ONGs já estavam conquistando e o aumento da parceria com o setor governamental, conduziu a um processo de negociação que, iniciado em junho de 1997, culminou com a aprovação da lei n.º 9.790, de 23 de março de 1999 que dispõe “*sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo Parceria e dá outras providências*”. A lei não expressa o termo ONG mas disciplina as organizações que se auto intitulam ONG e que pretendem recorrer a recursos públicos para desenvolverem suas atividades.

Podem qualificar-se à lei, as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que respeitem os objetivos sociais e estatutários previstos. Sob esta perspectiva ficam excluídos 13 tipos de organizações incluindo as igrejas, sindicatos, organizações partidárias, cooperativas, sociedade comerciais, fundações públicas. A lei indica 12 finalidades que devem atender os objetivos sociais das instituições candidatas a tal qualificação. Os objetivos devem estar ligados a aspetos sociais, culturais, de combate à pobreza, de cidadania, direitos humanos, educação gratuita, defesa de meio ambiente e do patrimônio cultural, entre outros, ressaltando sempre o aspeto não lucrativo da organização. A lei afirma, ainda, que “*a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ação correlatas...*”. Embora esta lei represente um passo rumo à identidade das ONGs é, também, alvo de reflexões, uma vez que a parceria dará ao Estado maior poder de controle sobre as ONGs. Neste sentido, GRAZIANO DA SILVA (1998) chama atenção para o risco das ONGs se tornarem Organizações *Neo* Governamentais, reduzindo assim a sua autonomia frente ao Estado e comprometendo seu poder transformador.

A abrangência possível na definição das ONGs, acaba se refletindo na grande variedade de objetivos, campos e formas de atuação assinaladas por GOHN (1997), com a seguinte subdivisão:

- Campo de Assistencialismo, que atua por meio de filantropia.
- Campo Desenvolventista, que atua por meio dos programas de desenvolvimento, articulando-se em redes de cooperação internacional, com objetivo de transformação auto sustentável nas condições de desenvolvimento sócio econômico do público.
- Campo da Cidadania, que atua por meio de ONGs criadas a partir de movimentos sociais que lutam por justiça e direitos sociais, cidadania e democracia.

Esta subdivisão não é estática e nem excludente e uma mesma ONG pode abranger mais de um campo de atuação, como é o caso do IDACO que atua no campo desenvolvimentista e de cidadania. A abrangência de atuação das ONGs depende, não só dos ideais de seus fundadores mas, também, das metas dos financiadores e das necessidades e interesses do público alvo.

Diante da flexibilidade e abrangência do conceito de ONG, optou-se pelo conceito dado por SCHERER-WARREN (1995:165), qual seja :

“organizações formais, privadas, porém com fins públicos e sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano ou local) ou ao nível macro”.

Das ONGs existentes no Brasil, grande parte depende de financiamento externo para sua manutenção e para a execução das atividades. LANDIM (2000:11), informa que 75,9% das fontes de recursos das ONGs brasileiras, filiadas à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), vieram de Agências Internacionais de Cooperação Não Governamental e apenas 9,3% dos recursos provinham da venda de produtos/serviços e doações individuais. Esta dependência pode influenciar a forma e área de atuação das ONGs brasileiras pois os financiadores possuem seus próprios objetivos, critérios de trabalho e exigências para liberar os financiamentos. SOGGE (1997:66), ao referir-se às relações e pressões dos doadores sobre as ONGs, na América Latina, diz: *“O Banco Mundial pretende claramente que as ONGs sejam contratadas para tarefas de serviço social e de desenvolvimento rural”*. Para que

possam concorrer aos fundos de Agências Financiadoras Internacionais e, também, aos fundos governamentais, as ONGs têm procurado adaptar-se aos interesses dos financiadores. Segundo GRAZIANO DA SILVA (1998:120), as fontes de financiamento são cada vez mais disputadas entre o crescente número de ONGs e esse fator tem

“obrigado a que as ONGs se voltem cada vez mais para suas necessidades internas, obrigando-as muitas vezes a empreender projetos que nada têm a ver com suas preocupações fundamentais em nome de sua própria sobrevivência”.

As ONGs estão envolvidas e comprometidas, também, com as necessidades e interesses de diferentes categorias de “*público atendido*”, também denominado “*público alvo*” ou “*público atingido*” tais como jovens, menores abandonados, portadores de deficiências físicas ou doenças, idosos, produtores rurais, minorias étnicas e outros.

As políticas públicas nacionais e as preocupações de âmbito global, como meio ambiente, cidadania, gênero, discutidas em redes e foruns internacionais e nacionais, são igualmente alvo de reflexão e discussões que servem de subsídio para as atividades das ONGs .

A atuação das ONGs na promoção do desenvolvimento rural é uma realidade há alguns anos e, segundo LANDIM (2000:8), até meados de 1980, 44,3% das ONGs atuantes no Brasil trabalhavam com a categoria “camponeses/produtores rurais”. A presença das ONGs como participantes na promoção do desenvolvimento rural faz parte de um processo de mudança, relativamente recente, na concepção de desenvolvimento. Segundo KISIL (1997), a partir de meados de 1970 o Estado passou a ter uma interferência e um poder de decisão menor nas ações de desenvolvimento dando abertura para que a sociedade civil, por meio das ONGs, pudesse, junto ao Estado e ao Mercado, pressionar a incorporação de aspetos sociais, culturais e ambientais no processo de desenvolvimento.

Embora muitas ONGs tenham sido criadas depois da redemocratização do Brasil, as mais antigas surgiram como grupos de assessoria a organizações sociais que, partindo de causas específicas de um público restrito, como donas de casa ou moradores de bairros, ampliaram sua atuação durante a luta pela redemocratização do país e, agora, juntamente com as ONGs mais recentes, participam de um processo mais amplo de desenvolvimento, lutando por justiça social, cidadania e sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica, tendo a possibilidade de assim, manifestar “*suas*

perspectivas particulares sobre como se deve proceder com relação a desenvolvimento” (RIBEIRO, 2000:133).

O IDACO faz parte do grupo de ONGs que tiveram sua idealização ainda durante o regime militar e, passada a fase de redemocratização política no país, luta por mudanças estruturais que conduzam à democracia plena com justiça social, ampla participação e desenvolvimento sustentável, como poderá ser visto na próxima seção.

2.3. Histórico da criação institucional do IDACO

O Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO), é uma Organização Não Governamental, brasileira, fundada em 1988 e que atua na área urbana e rural do estado do Rio de Janeiro. De acordo com seu estatuto, sua missão é lutar por mudanças estruturais, por uma sociedade mais justa, contra a exclusão, a fome e a miséria e sua idealização e fundação tiveram origem, ainda durante o regime militar, no processo de revitalização dos movimentos sindicais, no apoio à luta popular pela redemocratização do país e pela reforma agrária. Num dos seus “folders” de divulgação pública o IDACO afirma-se como uma instituição cuja

“trajetória se confunde com a reorganização da sociedade civil que ocorreu depois de longo período de repressão da ditadura militar, em especial com a ampliação e consolidação dos espaços que hoje ocupam as organizações não governamentais na luta pela implementação de políticas públicas voltadas para um desenvolvimento mais justo e democrático” (COMUNIDADE SOLIDÁRIA, s.d.).

O IDACO institucionalizou-se para poder apoiar, de forma mais organizada, a luta pela reforma agrária e um de seus primeiros trabalhos foi a implementação de um projeto de cooperação com a França, o “*Chantier*”¹¹. Este projeto propunha estabelecer intercâmbio técnico e cultural entre sindicalistas, alunos, professores e agricultores franceses e brasileiros, apoiando a organização e desenvolvimento de sindicatos e associações das comunidades carentes da cidade do Rio de Janeiro e dos assentamentos rurais do Estado do Rio de Janeiro.

O IDACO iniciou suas atividades através de projetos de apoio a atividades sindicais e, de acordo com dados documentais, nestes 12 anos de atuação, passou por fases de reestruturação e redefinição que corresponde, de certa forma, as

¹¹ Chantier, em francês significa “canteiro de obras” tem como principal objetivo o intercâmbio de conhecimentos. Segundo seu coordenador na França, Gilles Maréchal, este projeto envolve muita solidariedade e pouquíssimos recursos financeiros.

transformações da realidade social, política, econômica e ambiental tanto nacional, como internacional. Da análise dos documentos disponíveis foi possível identificar quatro fases que, embora não estejam explicitamente separadas, nem identificadas como tal pelo IDACO, representam, para análise neste trabalho, diferentes estágios nas atividades e metas do IDACO.

2.3.1. A criação do IDACO no contexto das lutas sindicais (1983-1988) e o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

Informações colhidas em vários jornais e relatórios do IDACO citam que, na década de 80, durante o regime militar, os trabalhadores começaram a reorganizar e fortalecer suas organizações de base, dando um novo impulso aos sindicatos, cooperativas e associações, com intuito de obter maior poder de reivindicação e maior consciência política. Neste contexto surgiu o movimento dos engenheiros no Rio de Janeiro que através do Clube de Engenharia, o Sindicato dos Engenheiros do estado do Rio de Janeiro (SENGE) e da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Rio de Janeiro (AEARJ), tinha como objetivo democratizar as entidades de classe. Sobre este período BOSCHI (1987:114) esclarece que *“é nítida a consciência da necessidade de redemocratização a nível político mais amplo, o que poderia ser viabilizado a partir do âmbito mais restrito das associações de representação profissional”*. Profissionais comprometidos com o processo de redemocratização do Brasil assumiram a direção do Clube de Engenharia, do SENGE, e da AEARJ. Alguns dos profissionais ligados a estas organizações participaram, em 1985, da criação do Ministério da Reforma Agrária, mas *“logo ficou claro que este trabalho seria rapidamente interrompido pela ação das forças contrárias à Reforma Agrária e o desenvolvimento sem apartheid social”* (IDACO, 1994:7). Neste período veio ao Brasil uma delegação da Confederação Francesa Democrática do Trabalho com intuito de participar do processo de organização da Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 1983, e estabelecer contatos com o SENGE, dando-se, assim, início a uma cooperação entre Brasil e França na promoção de atividades sindicais e do meio rural.

Em 1984, alguns dos membros fundadores do IDACO estiveram envolvidos na criação do Centro de Atividades Comunitárias (CAC), cujo objetivo era realizar atividades de educação popular e saúde em São João do Meriti e a Associação de Pedra de Guarativa, no estado do Rio de Janeiro. O CAC, existe até hoje e é considerado como *“entidade irmã do IDACO, com trabalhos articulados e apoio mútuo”* (IDACO, 1994:8), foi a organização que sediou, em 1987, a primeira experiência piloto do “Chantier” que se realizou em São João do Meriti. O CAC marcou, para seus fundadores, o início de um novo tipo de mobilização social e possibilitou adquirir a experiência necessária para, posteriormente, criar e institucionalizar o IDACO.

A cooperação entre Brasil e França continuou crescendo com visitas entre os técnicos dos dois países. Em 1987, Gilles Marechal, representando o Ministério francês da agricultura, visitou áreas de assentamento rural no estado do Rio de Janeiro e em contato com Agostinho Guerreiro, diretor regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) entre 1985-1988, elaborou o projeto de financiamento do primeiro “Chantier rural”, através da parceria com o Instituto Belleville que mantém forte ligação com o setor sindical na França.

O projeto Chantier foi o propulsor da criação do IDACO, pois a dificuldade de implementação do PNRA, aprovado em 1985, e a instabilidade das instituições governamentais ligadas à área rural deram início à idealização de uma estrutura que pudesse dar seguimento mais estável ao projeto financiado pela França e às ações já iniciadas.

“Não bastavam apenas pessoas de boa vontade. Grande parte das iniciativas só existiu e cresceu pela consciência de que era preciso haver uma organização em torno das idéias” (IDACO, 1999:17).

Assim, no dia 16 de novembro de 1988, com a presença de 12 membros, realizou-se a Assembléia Geral que iria fundar, oficialmente, IDACO e aprovar seu estatuto. O IDACO constituiu-se judicialmente como uma sociedade civil, sem fins lucrativos reunindo,

“personagens com papel de destaque no movimento social, econômico e político, que já atuavam no cenário da resistência ao regime militar e ditatorial durante os 20 anos que dominou o país e buscar soluções de interesse da maioria do povo, o IDACO somou experiências vivas da luta pela democratização, cidadania, repartição de renda, reforma agrária, pelos índios, pelo meio ambiente, igualdade de direitos entre os brasileiros, entre negros e brancos, homens e mulheres. Acresceu, também, a experiência da luta por uma nova ordem mundial, por maior igualdade entre os povos e países” (IDACO, 1991:6).

Os objetivos do IDACO, expressos em seu estatuto¹² são:

- a) Incentivar a promoção das comunidades rurais e urbanas, através de ações participativas;
- b) estimular a organização e a solidariedade, através de atividades, organismos, associações e cooperativas;
- c) promover ações de educação, formação, capacitação nas áreas consideradas essenciais para o desenvolvimento;
- d) elaborar e prover projetos, prestar serviços, assessoria e assistência às comunidades e suas organizações;
- e) realizar e estimular eventos, encontros, cursos e seminários que instrumentalizem os objetivos propostos;
- f) apoiar as manifestações da cultura, do saber e das artes populares;
- g) promover e incentivar pesquisa e experimentação em:

¹² Estatuto do Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária, foi aprovado pelos seus membros em 16 de dezembro de 1988 e aprovado pelo registro Civil das Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro em 31 de janeiro de 1989.

- *tecnologias adaptadas a cada região e comunidade*
- *sis temas de produção familiar e comunitária*
- *realidade social*

- h) promover trabalhos específicos com crianças, jovens e mulheres;*
- i) estimular o intercâmbio entre comunidades e suas organizações bem como entre elas e instituições públicas ou privadas a nível nacional e internacional;*
- j) estimular e promover a articulação interinstitucional das organizações que atuam como objetivos próximos ou semelhantes;*
- l) publicar e divulgar estudos, resultados, análises e assuntos de interesse (IDACO, 1988).*

Em termos organizacionais a estrutura do IDACO é a seguinte:

Direção composta por :

Conselho de Administração
Diretor Coordenador Geral
Diretor Vice-Coordenador Geral
Diretor Técnico

Equipe administrativa composta por :

Coordenador Administrativo
Contador
Secretaria e Apoio

Equipe técnica, atualmente composta pelos seguintes setores:

Desenvolvimento Rural
Fundo de Crédito Popular
Capacitação
Comunicação

Ao Conselho de Administração cabe trabalhar o nível estratégico, dando o posicionamento político da instituição; a equipe de administração determina o aspecto tático e organizativo das estratégias já definidas, e o corpo técnico executa as atividades, operacionalizando as atividades programadas. Esta estrutura organizativa foi, durante seus 12 anos de atuação, preenchido por variável número de funcionários, dependendo dos projetos em execução e financiamento disponível.

O IDACO conta ainda, na definição e execução de seus projetos, com uma vasta rede de colaboradores como as prefeituras, a EMATER, o MST, os dirigentes das organizações locais, a Universidade Federal do Rio de Janeiro entre outros que variam conforme os projetos e o local de sua realização

A amplitude dos objetivos gerais e a rede de colaboradores permitem ao IDACO atuar num variado campo de ação, abarcando, desse modo, diferentes aspectos que compõem o processo de desenvolvimento e facilitam, também, a captação de recursos em diferentes fontes de financiamento. Esta estratégia é freqüente nas ONGs desenvolvimentistas que, para atingir os objetivos a que se propõem, trabalham em diversas frentes de atuação, com público variado, e articulam-se com diversos parceiros e financiadores.

2.3.2. As atividades iniciais do IDACO

Segundo KISIL (1997), a grave crise mundial do petróleo da década de 1970 diminuiu drasticamente a capacidade econômica e política dos Estados em promoverem o processo de desenvolvimento que, até então, caracterizava-se pelo crescimento econômico, mas sem a devida equidade. A perda de capacidade de intervenção do Estado e a crescente atuação do mercado, acabaram abrindo espaços para que outras organizações começassem a atuar na esfera política, econômica e social. Assim, as ONGs iniciaram atividades que antes eram de responsabilidade exclusiva do Governo, e as comunidades redescobriram que seriam capazes organizar e lutar por si e para si.

No Brasil, o fim do período de ditadura militar, a legalização dos partidos políticos, a constituição de 1988 que ampliou os direitos da sociedade civil, a diminuição da capacidade de intervenção do Estado em setores que anteriormente dominava, foram alguns dos marcos que abriram as portas para a crescente participação da sociedade civil na definição e implementação de políticas e programas de desenvolvimento. Neste período, ou seja, entre 1985 e 1989, foram criadas 44,1% das ONGs brasileiras existentes até 1993 entre as quais se encontra o IDACO. As ONGs começaram a atuar nas áreas temáticas em que o Estado perdia campo de atuação e onde as forças do mercado tinham pouco interesse em intervir e, por isso mesmo, as marcas de exclusão social e econômica se faziam cada vez mais presentes.

As atividades iniciais do IDACO eram voltadas basicamente para a área rural, junto às comunidades e organizações sociais e populares, com objetivo de “*cooperar na construção de uma sociedade efetivamente mais justa e democrática*” (IDACO, 1999:13). Neste âmbito realizou, entre outras, as seguintes atividades: assessoria na criação da Comissão Estadual dos Assentamentos Rurais do Estado do Rio de Janeiro (CEAR), em 1989; cooperação de trabalho com o Departamento Nacional de Trabalhadores da Central Única dos Trabalhadores (DNTR-CUT); apoio na organização sindical dos trabalhadores rurais das áreas assalariadas (cana-de-açúcar).

Posteriormente, ampliou sua atuação e passou a trabalhar, também, com comunidades rurais e urbanas que não estavam abrangidas pela mobilização das organizações sindicais e participou de ações de caráter mais amplo como campanhas nacionais pela ética política, contra a fome e a exclusão, pela terra. Outros financiadores, públicos, projetos e objetivos ampliaram as atividades do IDACO. Já em

1994, o IDACO reconhecia que seu trabalho “*transcende em muito aquela visão setorial/sindical dos primeiros anos (...) sua inserção se dá numa esfera de problemas que atingem toda a sociedade e perpassam por outros segmentos que não o sindical*” (IDACO, 1994:9).

2.3.3. O IDACO e o desenvolvimento sustentável

A terceira fase do IDACO diz respeito à sua participação na elaboração de idéias e ações para o processo do desenvolvimento sustentável e que engloba não só a sustentabilidade ambiental mas, principalmente, a sustentabilidade econômica¹³. O modelo de desenvolvimento tradicional, implementado até a década de setenta, era sinônimo de progresso e levava em consideração, prioritariamente, aspectos ligados ao crescimento econômico, pouco relacionado com a esfera social e nenhuma relação com a esfera ambiental (KISIL, 1997). A questão ambiental e as formas de desenvolvimento agrícola, que eram discutidas por grupos isolados na década de 60, como forma alternativa à modernização da agricultura, não pesava nas decisões sobre o desenvolvimento (VEIGA, 1998).

A partir dos meados dos anos 70 a preocupação ambiental passou a ganhar novos contornos políticos e diplomáticos e os representantes de vários países começaram a discutir a degradação ambiental. Nessa altura, multiplicaram-se propostas de novas formas de desenvolvimento que pudessem rever a imposição dos interesses econômicos frente aos interesses sociais e às condições ambientais, abordando o desenvolvimento de forma mais sustentável. Embora esteja, atualmente, presente no discurso de muitos setores da sociedade, foi através do desenvolvimento rural, da agricultura sustentável e da preocupação com a degradação ambiental que o termo ganhou força e é nestas áreas que, até agora, existe maior número de propostas.

Segundo KAIMOWITZ (1998), as ONGs que trabalham para o desenvolvimento rural tem, através de sua atuação junto às comunidades rurais, importante papel na pesquisa, implementação e divulgação de atividades que promovam desenvolvimento e agricultura sustentável. Elas agem, também, através da participação na discussão de políticas públicas, promoção de intercâmbio técnico, metodológico e de

¹³ O IDACO utiliza em seus documentos a definição de auto-sustentabilidade, referindo-se à capacidade das comunidades gerarem e gerirem sozinhas suas necessidades econômicas.

informações entre redes de interesses, realização de atividades conjuntas, concentrando esforços e maximizando recursos.

Os projetos de desenvolvimento do IDACO possuem a componente ambiental, enquanto preservação de recursos naturais, como uma das preocupações, mas esta preocupação, observada em seus relatórios, não se apresenta desligada da preocupação principal que é o bem estar das populações, procurada, principalmente, através de projetos de sustentabilidade econômica para seu público.

Na procura de caminhos que conduzam a um desenvolvimento sustentável, o IDACO trabalha de forma articulada em nível regional, junto às comunidades, e em âmbito estrutural, junto aos Governos, agências financiadoras e redes de interesses.

“Tão importante quanto estar com o pé na produção de alimentos, na comercialização, na pesquisa da violência contra a mulher, nas obras de saneamento, nos assentamentos, é ter o outro pé em áreas de influência de decisão mais gerais, como forma de tentar influenciar nos destinos do estado do Rio de Janeiro e do Brasil” (IDACO, 1994:9).

Deste modo, ao mesmo tempo que trabalha com projetos específicos voltados para o desenvolvimento de assentamentos rurais, fez-se representar em atividades de alcance macro, como a ECO-92, as Campanhas Nacionais de Reforma Agrária, Campanha da “Ética na Política”, Campanha da “Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida”. Assim, o IDACO pretende-se uma instituição de ação imediata mas, também, mediadora da reestruturação das relações de poder na sociedade.

2.3.4. O IDACO e suas parcerias

Segundo ARMANI (2000), vários fatores têm contribuído para que as ONGs brasileiras procurem reestruturar seu funcionamento e organização, tornando-se mais eficientes em seus resultados, mais transparentes em sua administração e mais profissionais em sua atuação. Boa vontade já não é suficiente para a captação de recursos e implementação de projetos. Entre os fatores que forçaram estas mudanças podem-se citar a redução de verbas das Agências financiadoras internacionais para projetos na América Latina e seu redirecionamento para países africanos e do leste europeu, o aumento da rigorosidade na liberação de verbas das organizações governamentais e não governamentais nacionais e o crescente número de ONGs brasileiras que necessitam financiamento para suas atividades.

Neste contexto, o IDACO está, atualmente, vivendo uma fase de reestruturação e aperfeiçoamento, tanto a nível organizacional como executivo. Através de uma consultoria externa, funcionários, membros e dirigentes do IDACO estão discutindo e reavaliando seus objetivos e, principalmente, seus indicadores e métodos de monitoria e avaliação, para que novos projetos e atividades possam ser definidos e negociados com seus parceiros e financiadores.

As atividades e projetos do IDACO levam em conta três grandes objetivos gerais :

- *Buscar melhor qualidade de vida e de trabalho para as famílias de pequenos produtores rurais, permitindo sua permanência no campo;*
- *Fortalecer as organizações comunitárias, suas iniciativas, suas alianças e independência;*
- *Contribuir para a reflexão crítica destas famílias, dando condições efetivas de participação, autogestão e conquista da cidadania (IDACO, 1994:18).*

Para atingir seus objetivos o IDACO executou, ao longo dos seus 12 anos de atuação, muitos projetos e programas, apresentados de forma sintética no Quadro 1B do Apêndice B.

Desde a sua fundação em 1988, o IDACO utiliza como estratégia de atuação a promoção de relações interinstitucionais e parcerias no Brasil e no exterior. Parceiros internacionais e nacionais colaboram tanto financeiramente como técnica e metodologicamente na elaboração e condução de atividades. Adaptando-se às exigências, necessidades e especificidades de cada projeto o IDACO tem mantido relações de parceria com Universidades, EMATER, INCRA, MST, EMBRAPA, Prefeituras Municipais, Secretarias de Agricultura e Abastecimento, entre outras. No âmbito internacional, já manteve relações de trabalho e, ou, financiamento com ONGs e instituições da França, Estados Unidos, Portugal, Irlanda, Inglaterra, entre outras, com as quais pretendia *“discutir os problemas do planeta, ainda que isso possa parecer uma pretensão. E é mesmo! Mas, a verdade, é que esses parceiros têm o poder de repercutir suas e nossas colocações”* (IDACO, 1994:12). Acreditando na necessidade e potencialidade das relações de parceria e cooperação, o IDACO afirma, entretanto, ter como princípio manter sua autonomia e a independência frente aos parceiros, partidos, Igreja, Estado e movimentos sociais.

O IDACO considera que os problemas locais são resultados de sistemas de desenvolvimento nacional e mundial e, somente articulando estas duas esferas, será possível realizar um trabalho de transformação.

“Sem perder as dimensões do cotidiano e das reais necessidades de nosso povo, é preciso saber articular questões locais e regionais com as grandes questões nacionais e internacionais” (IDACO, 1994:6).

Assim sendo, a metodologia utilizada pelo IDACO, é descrita em seus documentos, como sendo a busca de um desenvolvimento auto sustentado e uma sociedade mais justa, baseando-se em dois níveis de articulação: local/regional e nacional/internacional.

O nível local compreende a atuação junto às lideranças, comunidades e associações na identificação das necessidades e interesses locais. Trabalhando com métodos participativos, o IDACO intervém na realidade local, através de projetos que contemplam um variado campo de atuação, entre eles: introdução e adaptação de técnicas agropecuárias; trabalho com produtores-multiplicadores; implementação de campos e unidades agro-industriais demonstrativos; organização de variados tipos de cursos e treinamentos como gerenciamento de transporte, contabilidade e beneficiamento de alimentos; financiamento de crédito urbano a baixos juros; fornecimento de insumos e assessoria técnica; visitas de trocas de experiência entre assentamentos. Por meio de assessoria, trabalha na organização e fortalecimento de organizações comunitárias, treinamento de lideranças locais e fortalecimento de grupos de mulheres (IDACO, 1994).

Em seus documentos sobre projetos e programas, o IDACO afirma que espera que as comunidades tenham, como resultado de suas atividades, aumento da produção e produtividade, diversificação da produção e dos produtos comercializados, preservação do meio ambiente, melhorias na organização da comunidade o que resultaria, como conseqüência geral, o aumento da renda e a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais. Estes dois objetivos gerais, o aumento da renda e a melhoria na qualidade de vida, estão explícitos na documentação do IDACO desde sua fundação, em 1988.

No nível nacional e internacional, procura articular para modificar os modelos de desenvolvimento e sociedade adotados pelo Brasil e que, na opinião de alguns fundadores e dirigentes do IDACO, foram impostos pelos países desenvolvidos, sendo as principais causas do desemprego, da exclusão social, miséria e fome. Segundo um dos membros fundadores, a luta do IDACO procura,

“dar conseqüência à verdadeira idéia de democracia e desenvolvimento, numa perspectiva socialista e criticar o uso destes conceitos, ainda hoje adotados para definir sociedades profundamente injustas e desiguais, que negam as relações de solidariedade, fraternidade, liberdade e cooperação sejam elas capitalistas ou não” (IDACO, 1991:5).

Deste modo, a atuação no âmbito nacional e internacional compreende a participação em manifestações públicas, passeatas, comícios, feiras, conferências nacionais e internacionais, pressão por mudança nas políticas públicas e econômicas, contra os efeitos negativos da globalização econômica, caracterizando, assim, a articulação de atividades de caráter local, nacional e internacional. Para melhor intervir na realidade nacional o IDACO é membro de diversas comissões e instituições que participam do debate das políticas públicas e das grandes preocupações nacionais e estaduais, entre elas a Associação Brasileira das ONGs (ABONG); o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no campo; o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS).

3. CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIDADE

O termo *desenvolvimento* é, segundo RIBEIRO (2000), um dos termos mais inclusivos e divulgados na literatura, no senso comum e na esfera acadêmica. Neste termo cabem os mais diferentes aspectos como a cidadania, industrialização, Estado-nação. Sua amplitude permite as mais diferentes interpretações e interesses que, muitas vezes, são contraditórias em seus efeitos e em suas causas. No entanto não se pensa na modernidade sem pensar em desenvolvimento pois ela é “*algo como uma religião secular, inquestionável*” (RIBEIRO, 2000:131) e “*se opor a ela é uma heresia que é quase sempre severamente punida*” (Maybury-Lewis, citado por RIBEIRO, 2000:131).

A modernidade, no entanto, não substituiu completamente algumas formas e valores atribuídos às sociedades tradicionais e, portanto, em maior ou menor grau, valores da tradição e da modernidade interagem no processo de desenvolvimento.

Atualmente discute-se muito os efeitos do desenvolvimento capitalista industrial adotado, principalmente, pelos países ocidentais e que, durante muito tempo, supôs um progresso econômico, tecnológico e científico ilimitado. Este desenvolvimento tem no individualismo o valor cultural central, pois os indivíduos, mediante contrato social¹⁴ colocam-se em igualdade no que se refere a direitos e deveres, promovendo seu progresso pessoal sem se preocupar com o esgotamento dos recursos naturais ou das conseqüências sociais.

¹⁴ O significado de contrato social aqui refere-se ao conceito e às atribuições apresentadas por Rousseau.

Uma nova forma de desenvolvimento, mais preocupado com assuntos ecológicos, sociais e culturais vem ganhando cada vez mais destaque. O valor central deste desenvolvimento estaria num ponto intermediário entre o individualismo e o holismo, havendo maior preocupação com o “todo” que com o individual em que o aspecto econômico passaria, numa linha de hierarquia, a não mais constar no topo. Fazendo referência ao Partido Verde Alemão, Nandani Lynton, citado por RIBEIRO (2000:149), afirma que “*a ideologia verde tenta balancear o igualitarismo típico do individualismo moderno com uma visão orgânica holística da natureza e da comunidade humana*”.

Algumas idéias dominantes no século XVIII, levavam a crer que todas as nações poderiam alcançar o mesmo “desenvolvimento” e assim sair dos “*níveis mais baixos*” bastando, para isso, seguir “*uma espécie de receita mantida, secretamente, ou não pelos Estados nações que lideram a “corrida para um futuro melhor”*” (RIBEIRO, 2000:141).

No entanto, vários autores, entre eles BENDIX (1996), afirmam que, análises históricas e comparativas, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, colocaram em dúvida a universalidade da evolução dos estágios, postulada nas teorias da evolução social e mostraram que o desenvolvimento pode tomar caminhos diferentes daqueles tomados nos países onde o processo de desenvolvimento iniciou, ou está mais avançado.

“A crença na universalidade dos estágios evolutivos foi substituída pela compreensão de que o momentum dos eventos passados e a diversidade das estruturas sociais conduzem a diferentes caminhos de desenvolvimento, mesmo quando as mudanças de tecnologia são idênticas” (BENDIX, 1996:35).

É comum utilizar exemplos do desenvolvimento de alguns países ocidentais para classificar outros, caracterizando-os como modernos ou tradicionais, desenvolvidos ou subdesenvolvidos, dependendo do estágio em que se encontram. Contudo, tradição e modernidade não são mutuamente excludentes, não existe um marco zero através do qual a sociedade tradicional passa a ser moderna. Entretanto, há aspectos que surgiram apenas com a modernidade como a revolução industrial, o avanço do conhecimento científico e o surgimento dos Estados nação.

Segundo BENDIX (1996), o termo modernização ficou em moda depois da Segunda Guerra Mundial e é associado ao que é moderno, remetendo, geralmente, a aspectos tecnológicos desenvolvidos nas últimas décadas como

os aviões a jato ou o desenvolvimento da energia nuclear. Mas o processo de modernização é mais antigo e, embora o homem tenha sempre tentado melhorar os meios de produção e de vida. O “moderno” ganhou evidência com a revolução industrial e as invenções do século XVIII, como a máquina a vapor. Este autor considera que a revolução industrial coincidiu com a revolução política na França e a independência dos Estados Unidos e associa a modernidade à democratização das sociedades que, ao destruir privilégios de pequenas elites aristocráticas, promoveu o desenvolvimento da igualdade de direitos.

A modernidade, como sinônimo de desenvolvimento social e político, refere-se *“a todas as mudanças sociais e políticas que acompanharam a industrialização em muitos países da civilização ocidental”* (BENDIX, 1996:39). Nesse sentido, a modernidade é compreendida como resultado da conjugação dos diferentes fatores do processo de modernização. Passam a ser fenômenos pertencentes à modernidade as grandes mudanças na organização social, como a urbanização, o acesso à educação, a democracia e a mobilidade social. Este autor distingue modernização de modernidade, afirmando que existem processos de modernização, como a difusão da medicina moderna, que foram adotados isoladamente de outros atributos da sociedade moderna. Deste modo, uma sociedade pode ter aspectos relativos à modernização sem ser uma sociedade moderna.

Por outro lado, o termo “industrialização” refere-se às mudanças econômicas produzidas por tecnologias que são baseadas *“em fontes de autoridade inanimadas bem como no desenvolvimento contínuo da pesquisa científica”* (BENDIX, 1996:39), e que, de forma contínua e ininterrupta, modificaram e continuam a modificar antigas formas de produção de bens e serviços induzindo mudanças sociais e políticas. Assim, o termo “desenvolvimento” é utilizado por BENDIX (1996) para definir as mudanças econômicas, sociais e políticas ocorridas nas duas esferas, industrialização e modernização. Embora tenha tomado dos países pioneiros as mudanças com as quais caracterizou o termo desenvolvimento, BENDIX (1996) chama atenção de que estas classificações conceituais não podem induzir a considerações de que desenvolvimento pode significar *“apenas o que veio a significar em algumas sociedades industriais”* (idem, 1996:40).

Para ALMEIDA (1998), as mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas entre o século XVIII a XX denominavam-se, inicialmente, “progresso” e estavam

imbuídas de significação positiva, de avanço, de melhorias. Para RIBEIRO (2000:142), o progresso gerou a crença de um futuro melhor do que o passado graças a *“uma série de melhoramentos que os homens serão capazes de inventar”*. Além disso, ALMEIDA (1998:34), considera que este progresso, embora estimulado pelo avanço dos conhecimentos científicos, *“não era restrito apenas ao campo das ciências mas, sobretudo, referia-se a melhorias das condições de vida, no sentido das liberdades políticas e do bem estar econômico”*. Foi durante o século XX que o termo progresso passou a ser substituído pelo termo “desenvolvimento”, que possuía, inicialmente, também uma conotação favorável de crescimento, evolução na direção ao mais e melhor. A partir de 1930, o desenvolvimento ocorrido em alguns países da Europa passou a ser considerado como algo possível e, até necessário, de ser transferido para os demais países, *“a noção de desenvolvimento não se impõe somente como evidente, mas também como universal. O desenvolvimento é um bem para todos os lugares”* (ALMEIDA, 1998:37).

Segundo BENDIX (1996), existe uma forte corrente intelectual que distingue tradição e modernidade referindo-se, respectivamente, às sociedades não desenvolvidas ou pré-industriais e às sociedades desenvolvidas ou industrializadas. Ambos os termos referem-se à organização social, política e econômica das sociedades estudadas e muitos cientistas consideram tradição e modernidade como mutuamente excludentes, ou seja, as sociedades alcançam a modernidade mediante superação de formas tradicionais de organização social, política e econômica. A revolução industrial na Inglaterra e a revolução política na França no final do século XVIII provocaram mudanças tanto na produção como nas relações sociais destas sociedades, o que levou estudiosos europeus a considerarem que, em longo prazo, a modernidade expulsaria a tradição de todas as sociedades e, através de estágios evolutivos, a industrialização geral tornaria as sociedades e os países cada vez mais parecidos entre si.

Esta corrente intelectual que contrapõe a tradição à modernidade apontava o declínio da criatividade individual e da fraternidade humana como fruto da industrialização e das modificações nos modos de produção. De Bonald, citado em BENDIX (1996) contrapõe o trabalho agrícola e artesanal, que representa a tradição, ao trabalho industrial, que representa a modernidade, afirmando que a indústria aumentou a riqueza material mas produziu, também, mal estar cívico e decadência moral pois *“a indústria não alimenta todas as idades nem todos os sexos”* (idem, 1996:337) e o trabalhador

da indústria trabalha em situação de sedentarismo e “movimenta os dedos mas nunca a mente”. Em contrapartida, a agricultura promove o trabalho unido da família, há tarefas adequadas a todas as faixas etárias e sexos, e o resultado final do trabalho é conhecido e valorizado por todos que o executaram. A mudança na forma de produção trouxe, conseqüentemente, mudanças nas relações de trabalho e De Bonald analisa que nas sociedades de tradição as relações entre “amo” e “servo” freqüentemente se desenvolviam “*em agradáveis relações e ligações pessoais; há comunicação pessoal, cortesia afabilidade, proteção de um lado, respeito e gratidão do outro...*” enquanto que na relação de trabalho das sociedades modernas “*o capitalista e o trabalhador pertencem a espécies diferentes, e têm pouca comunicação individual (...)*O agente ou homem de negócios paga ao trabalhador seus salários, e aí termina a responsabilidade do empregador” (BENDIX, 1996:340).

Para Smelser, citado em BENDIX (1996), este tipo de contraste entre modernidade e tradição serviu *aos insatisfeitos do industrialismo* que viam a sociedade de tradição de forma romântica, e chama a atenção para o fato de que quando a modernidade afeta as sociedades de tradição não transforma, somente, os aspetos benignos da interdependência pessoal na família e ou na comunidade, mas também “*a falta de privacidade, suas crueldades e opressões personalizadas, das quais nenhum membro da casa podia escapar previamente*” (BENDIX, 1996:361). Assim, Smelser considera que somente tendo atenção constante aos “*ativos e passivos de cada estrutura pode-se evitar as implicações ideológicas do contraste ideal típico entre tradição e modernidade*” (idem, 1996:361).

A observação destas mudanças, ocorridas basicamente na Europa a partir do final do século XVIII, levou os cientistas a formularem postulados que BENDIX (1996:361) definiu como sendo “*a idéia de que a sociedade tradicional e a sociedade moderna constituem dois sistemas de variáveis interdependentes*” concebendo “*a transição como a tradição em declínio e a ascensão da modernidade*”.

Segundo BENDIX (1996) a imagem que Marx faz no livro “O Capital” considerando o país desenvolvido industrialmente como representando a imagem do futuro dos países mais atrasados é errônea, pois considera as sociedades como sistemas fechados onde as transformações, uma vez iniciado

o mesmo processo de produção, irão, inevitavelmente, seguir o mesmo rumo em todos os países. Pensando as sociedades como sistemas fechados e autônomos não se dá a devida importância à influência *que “a imitação internacional e a iniciativa governamental, o nacionalismo e a difusão de idéias tinham em países que seguiam na esteira da industrialização inglesa”* (idem, 1996:348). Para TILLY (1984), é muito difícil delimitar as fronteiras de uma sociedade pois a vida social, através dos fluxos de comunicação, de mercado, de interesses pessoais, de valores morais e religiosos entre outros critérios, ultrapassa qualquer fronteira política estando, assim, sob múltiplas influências externas.

Admitindo a existência desta influência de fronteiras e informações, TILLY (1984) considera que os países em desenvolvimento podem escolher, adotar e, se necessário, adaptar inovações técnicas evitando ou minimizando alguns problemas já conhecidos no país pioneiro, ou outros países mais avançados. Países em desenvolvimento podem, ainda, selecionar as tecnologias que mais lhe convêm, modificando assim as etapas que o país pioneiro seguiu.

Esta tendência intelectual que contrapõe a tradição à modernidade e que prevê, através de fases, um determinismo no desenvolvimento das nações foi, segundo Bendix, construída sob impulsos morais ou reformadores que, utilizando a experiência histórica européia, construiu tipos ideais para contrastar tradição e modernidade e, posteriormente, fazer generalizações sobre o período de transição. Para BENDIX (1996), o que ocorreu na Europa do final do século XVII foi, na verdade, o culminar de uma continuidade que remontava à Grécia clássica e que promoveu uma ruptura histórica num tempo e lugar com atributos específicos, a Inglaterra. A sociedade inglesa teve atributos e condições específicas, não encontradas em outras sociedades e que vinham sendo construídos antes da era moderna, portanto, não seria correto utilizá-los para, de forma atemporal e generalizada, classificar a modernidade para todas as outras sociedades.

Em seus estudos, TILLY (1984) também critica a teoria dos estágios evolutivos e afirma que os cientistas têm abandonado esta teoria face às dificuldades de enquadrar, nas últimas décadas, a realidade dos novos Estados, principalmente da África e Ásia, em estágios preestabelecidos e que,

mesmo experiências européias, têm tido dificuldade de se adequarem a estágios estandardizados. Para ALMEIDA (1998), quanto mais a idéia de progresso é extrapolada para todos os países, quanto mais se considera que o progresso pode ser alcançado de forma similar em todas as partes do mundo, *“mais se trata de uma crença, de uma representação a priori, enfim, uma ideologia”* (idem, 1998:34). Para este autor, não se pode negar que a idéia de progresso evocava avanço, melhorias, crescimento, evolução mas, cada vez mais, questiona-se se esse progresso é automático e aplicável para todos os países.

Embora haja aspetos comuns nas sociedades desenvolvidas como por exemplo a urbanização, a difusão do conhecimento e a especialização do trabalho, isto não significa, na opinião de BENDIX (1996) e TILLY (1984), que todos os problemas e sucessos do processo de desenvolvimento possam ser encaixados em modelos abstratos de análise do desenvolvimento. O processo de desenvolvimento depende de escolhas e resultados que, feitos pelos países num determinado período da história, irão afetar outras escolhas e resultados no futuro.

Uma sociedade inteiramente moderna, sem nenhum vestígio de tradição não existe na realidade e mesmo que haja processos semelhantes no caminho para a modernidade, como por exemplo a industrialização, a alta produtividade promovida pela tecnologia, alta freqüência da população à escola e a urbanização, as sociedades *“inglesa, francesa, alemã, russa ou japonesa, são tão diferentes entre si atualmente quanto sempre foram”* (BENDIX, 1996:44). Sobre este ponto, DUMONT (1994), considera que as nações modernas do oeste europeu, no século XIX, compartilharam a ideologia moderna durante o seu desenvolvimento mas, ao mesmo tempo, diferenciaram-se entre si de forma a constituírem subculturas nacionais ou variações nacionais da ideologia moderna. A variação entre nações ocorreu porque as mudanças não ocorrem ao mesmo tempo, na mesma seqüência nem nos mesmos domínios em todos os países.

Para BENDIX (1996), as experiências de modernização dos países mais desenvolvidos servem como modelo para os países menos desenvolvidos que realizam, assim, um *“atalho à modernidade”*, evitando as dificuldades dos países pioneiros. Ao se apropriarem ou evitarem tecnologias e processos de

modernização das sociedades pioneiras os países atrasados estruturam novos caminhos e os resultados de desenvolvimento.

Portanto, para analisar o processo de desenvolvimento de qualquer sociedade é necessário compreender que *“a estrutura interna, desenvolvida historicamente, de um país e a emulação induzida por desenvolvimentos econômicos e políticos no exterior afetam o processo de modernização de cada país”* (BENDIX, 1996:371).

Considera-se que a impossibilidade de rotular as sociedades atuais como completamente modernas ou tradicionais deve-se, também, ao fato de haver aspectos subjetivos, ou seja, valores que orientam as escolhas, as recusas e as ações de desenvolvimento e que estão presentes em diferentes graus de variação nas sociedades. Assim, em termos subjetivos, a “hierarquia” constitui valor central de sociedades com fortes traços tradicionais ou holísticas e a “igualdade” constitui valor central de sociedades com fortes traços modernos ou individualistas. Estes aspectos serão analisados a seguir.

3.1. Hierarquia versus igualdade

Ao estudar o sistema de castas na Índia, Louis Dumont, sociólogo francês, apresentou e analisou os valores centrais que orientam a sociedade indiana e as diferenças fundamentais dos valores presentes nas sociedades modernas.

DUMONT (1992) afirma que o sistema de castas Indiano e o nosso sistema social (o moderno) são completamente opostos em sua ideologia e que, de modo geral, não há grande interesse em compreender aquele sistema social, tão oposto ao nosso. Pessoas que não analisam o sistema de castas podem considerá-lo como um atraso para milhões de indianos e desejar a sua destruição, porque consideram-no como *“uma instituição que é uma negação dos direitos do homem e surge como obstáculo ao progresso econômico de meio bilhão de pessoas”* (DUMONT, 1992:49). No entanto, DUMONT (1992) observa que nunca se verificou que pessoas que vivem na Índia tivessem sugerido proposta semelhante, seja porque essa tarefa é irrealizável, seja porque são perceptíveis os aspectos positivos deste sistema.

Dumont acredita que, ao estudar o sistema hierárquico da sociedade de castas pode-se entender o seu oposto que é o igualitarismo da sociedade moderna. Para esta tarefa é necessário, no entanto, uma disposição para reconhecer e compreender outros valores, diferentes dos da sociedade moderna e aceitá-los como parte de uma verdade, diferente da modernidade. Segundo DUMONT (1992),

“se houver recusa a isso [apreender intelectualmente outros valores], então será inútil tentar compreender o sistema de castas, e será impossível, no fim das contas, ter de nossos próprios valores uma visão antropológica” (idem, 1992:50).

Para ele, não se pode considerar as idéias, os valores e as crenças como tendo função secundária nas sociedades, pois tanto a hierarquia no sistema de castas, como o igualitarismo nas sociedades modernas regem os demais aspectos sociais e políticos, são *“realidades primeiras, e das mais cerceadoras, da vida política ou da vida social”* (idem, 1992:51).

Nas sociedades modernas, os valores cardinais são a igualdade e a liberdade e consideram o “indivíduo” como a essência humana. Este homem, este indivíduo é quase absoluto e nada está acima ou abaixo dele, e seus direitos são limitados apenas pelos direitos iguais de outro indivíduo. O conjunto destes indivíduos formaria a sociedade moderna.

Entender-nos como parte de um todo social e aceitar a percepção sociológica do homem é, segundo DUMONT (1992), a única forma que permite compreender as sociedades tradicionais que, desconhecendo os valores de igualdade e liberdade, possuem apenas a idéia coletiva de homem. Esta é, também, a forma para melhor conhecer e entender os valores modernos, contrapondo-os com os valores tradicionais.

Enquanto nas sociedades tradicionais cada homem particular contribui para uma ordem global e a sociedade é um fim, nas sociedades modernas cada homem elementar encarna a “humanidade inteira”, a sociedade é o meio e a vida individual é o fim. DUMONT (1992), chama atenção para o paradoxo de que a idéia individualista cresceu a partir do século XVIII, com a divisão social do trabalho, ou seja, justamente quando os homens começaram a depender cada vez mais uns dos outros, crescia também o individualismo. Desse modo, enquanto nas sociedades mais simples *“no plano de fato, elas justapunham particularidades idênticas (solidariedade mecânica) e, no plano do pensamento viam a totalidade coletiva; a sociedade moderna, ao contrário, age em conjunto e pensa a partir do indivíduo”* (idem, 1992:59).

Para compreender melhor o conceito de igualdade para as sociedades modernas, DUMONT (1992) faz referência ao estudo de Tocqueville sobre a democracia e o valor da igualdade na América, na França e na Inglaterra. Dumont considera que Tocqueville identificou com muita propriedade as diferenças entre a sociedade tradicional, aristocrática da França pré-revolução e a sociedade democrática, pós-revolução. O caráter individualista originado com a igualdade e a democracia, rompeu os elos das ligações e relações sociais mais amplas e o comprometimento com as gerações passadas e futuras. Cada indivíduo, cada cidadão predispôs a isolar-se com sua família e amigos, afastando-se da sociedade como um todo, cumprindo seus deveres para com os seus semelhantes de forma clara, definida e restrita às leis oficiais abstratas. Tocqueville diferencia individualismo do egoísmo afirmando que,

”o individualismo é uma expressão recente que uma idéia nova faz nascer. Nossos pais só conheciam o egoísmo. O egoísmo é um amor apaixonado e exagerado por si mesmo que leva o homem a relacionar tudo apenas a si e a se preferir a tudo. O individualismo é um sentimento refletido, pacífico que dispõe cada cidadão a se isolar da massa de seus semelhantes e a se retirar à parte com sua família e seus amigos; de tal sorte que, tendo assim sido criada uma pequena sociedade para seu uso, ele abandona de bom grado a grande sociedade” (Tocqueville citado por DUMONT, 2000:65).

O individualismo moderno foi contrastado, por Tocqueville, com o sistema aristocrático francês, onde todos os cidadãos estavam colocados em postos fixos acima ou abaixo uns dos outros e desse modo faziam parte de elos que ligavam gerações e camadas sociais, e onde o homem cumpria, de boa vontade, seus deveres para com os outros. Neste contraste entre a França pré e pós-revolução, realizado por Tocqueville, está representada a diferenciação entre um mundo hierárquico e holístico, e um mundo igualitário e individualista, de modo semelhante ao que faz Dumont ao estudar as castas indianas.

Segundo DUMONT (1992), a hierarquia, na maior parte dos casos, está de alguma maneira identificada com o poder, mas o caso das castas indianas mostra que esta correlação não é necessária. As castas não se restringem a áreas geográficas e nem a similitudes, existem intocáveis e brâmanes por toda a Índia e as castas se dividem e subdividem ao longo de todo o país e dentro de si mesmas. As castas não devem ser vistas como elementos isolados que constituem um todo, mas como um sistema que pode ser entendido sob dois aspectos: o empírico e o ideológico. O aspecto empírico refere-se a um conjunto concreto de castas situadas num espaço geográfico dado mas, estas castas, mesmo isoladas geograficamente, repousam sobre alguns aspectos comuns, o que remete à análise ideológica para entender as castas como *“um sistema de idéias e*

valores, um sistema formal, compreensível, racional, um sistema no sentido intelectual do termo” (DUMONT, 1992:85) .

Para entender o sistema de castas, a partir da visão indiana, pode-se ir às escolas dos Hindus, onde é possível ver as idéias e valores sistematizados e verificar que o estatuto hierárquico das castas está separado do poder, diferentemente da sociedade moderna onde poder e hierarquia estão interligados.

No entanto, DUMONT (1992) admite que nenhum sistema social é guiado unicamente pela ideologia e há fenômenos que, não sendo ideológicos, como os econômicos, ecológicos, políticos, e território são concomitantes ao sistema ideológico. Estes fenômenos não podem ser analisados como preferenciais, sufocando a ideologia mas, também, não podem ser subestimados. Eles devem ser relacionados e estudados conforme a posição que a sociedade estudada lhe dá. No caso do sistema de castas indiano Dumont colocou os aspectos políticos e econômicos em segundo plano por considerar o aspecto ideológico como fundamental ao sistema.

O sistema hierárquico de castas não é um sistema linear fixo entre dois pontos extremos, ele possui princípios que definem a sua estrutura, e estes princípios são compreendidos e aceitos pela sociedade. Enquanto na sociedade moderna a estrutura é considerada um sistema de objetos onde cada um tem função definida e a relação de cada elemento forma o todo, na sociedade tradicional o todo é a rede de relações dos elementos e não há elementos isolados, *“a interdependência dos elementos do sistema é tão estrita, que eles desaparecem sem resíduo quando se faz o inventário das relações entre eles: sistema de relações, em suma, e não mais sistema de elementos”* (DUMONT, 1992:91). Neste contexto a separação e o isolamento das castas na sociedade indiana são comandados pela hierarquia e faz-se por submissão ao conjunto, fato que seria difícil de ser compreendido pela sociedade moderna que considera o elemento, o indivíduo, como referência fundamental e poderia considerar a separação de grupos humanos uns dos outros na sociedade de castas semelhante à segregação moderna de grupos de indivíduos .

Para DUMONT (1992:94), a base de toda a ideologia das castas baseia-se na oposição do Puro e do Impuro e o conjunto *“está fundado na coexistência necessária e hierarquizada de dois opostos”*. Assim a hierarquia que, fundada numa oposição, parece isolar e separar as castas, na verdade, promove uma relação e uma interdependência que promove o conjunto da sociedade. Os dois extremos deste sistema

são os "Brâmanes" e os "intocáveis" que apesar de separados, completam-se nas funções do conjunto da sociedade.

A sociedade de castas tem como valor básico para a vida em sociedade, a aceitação da hierarquia e da ordem para que, cada pessoa em sua posição hierárquica, colabore para o bem coletivo. A sociedade moderna individualista, por sua vez, possui como valores centrais a igualdade e a liberdade transformando cada pessoa num elemento atomizado na sociedade. Esta concepção do homem, como indivíduo pleno de liberdade de escolha, faz com que *"alguns valores, em vez de emanarem da sociedade, são determinados pelo indivíduo para seu próprio uso"* (DUMONT, 1985:269). Para DUMONT (2000), a maior parte das civilizações foi do tipo holista e a civilização moderna é uma exceção neste quadro. No entanto, o contraste entre holismo/individualismo e hierarquia/igualdade não é nem fixa, nem meio único de vida social.

"No plano lógico o holismo implica na hierarquia e o individualismo na igualdade, mas na realidade, nem todas as sociedades holistas acentuam a hierarquia no mesmo grau, nem as sociedades individualistas a igualdades" (idem, 2000:14).

Este fato ocorre, segundo DUMONT (2000), porque as sociedades individualistas também possuem como valor a liberdade e a combinação entre o grau de igualdade e de liberdade irá determinar o tipo de individualismo. Do mesmo modo a hierarquia é, nas sociedades holistas, combinada a outros elementos. A Índia é o caso extremo de holismo que separou a hierarquia do poder num grau difícil de encontrar noutras sociedades holistas.

Assim, verificamos que holismo e individualismo, que são traços de caráter ideológico estão ligados a outros elementos do sistema social e que o nível e a forma como estas relações se dão, irá constituir as particularidades das sociedades.

Na distinção entre ideologia moderna e ideologia tradicional Dumont não enquadra as sociedades em duas categorias internamente idênticas. Para ele, as ideologias comuns não excluem *"absolutamente, as diferenças nacionais e, no interior de cada país, as diferenças nacionais, regionais, etc."* (DUMONT, 2000:29), mas existem traços básicos que podem distinguir a ideologia moderna/individualista da ideologia tradicional/holista, pois a China e a Índia, por exemplo, poderão ter entre elas diferenças, mas se comparadas à

Alemanha ou à França serão semelhantes, mantendo traços da ideologia holista, enquanto Alemanha e França terão traços da ideologia individualista. São, portanto, os valores gerais e englobantes que caracterizam as sociedades como tradicionais ou holistas e individualistas ou modernas, e não traços ou idéias isoladas em determinados segmentos da sociedade.

Embora reconheça a limitação de ter realizado o estudo de ideologias utilizando apenas como caso a Índia, Dumont considera o estudo e a comparação oportuna para “aperceber”, não a ideologia tradicional, mas sim a ideologia moderna. As comparações servem não só para verificar os efeitos desejados da ideologia moderna mas, também, para verificar os efeitos involuntários desta mesma ideologia. DUMONT (2000), exemplifica os efeitos involuntários do fim da hierarquia tomando como referência a escravidão que, ao ser abolida pelo igualitarismo e pela liberdade, provocou o racismo e a estratificação social. Sem querer considerar escravidão ou hierarquia melhores ou piores do que racismo e estratificação social, chama atenção para o fato de que *“a ideologia tem, apenas dentro de certos limites, o poder de transformar sociedades, e que o desconhecimento destes limites produz o contrário da intenção original”* (DUMONT, 2000:23). O totalitarismo é outro efeito involuntário da ideologia moderna e apesar de ser, por vezes, confundida com holismo, *“não representa uma concepção tradicional, ingênua da sociedade como um todo e, portanto, não é um holismo”* (idem, 2000:24). Nesta concepção, totalitarismo é uma tentativa de submeter o indivíduo das sociedades modernas, por meio da força, ao primado da sociedade como totalidade.

DUMONT (2000) considera que existe uma relação constante entre as representações e os fatos, o ideológico e o não ideológico, que formam uma dualidade necessária e complementar para evitar o idealismo ou o materialismo puro. Pode-se apreender a ideologia de um país ao analisar a produção intelectual, reconhecendo o social e o não social e as relações que existem entre eles. No mundo moderno a economia ocupa um lugar de destaque na ideologia do homem moderno. O desenvolvimento procurado pelos países modernos tem representado, ao longo dos últimos dois séculos, progresso econômico, deixando para segundo plano os aspectos ambientais e sociais.

“A economia repousa sobre um julgamento de valor, uma hierarquia implícita; a categoria supõe a exclusão ou a subordinação de qualquer coisa” (DUMONT, 2000:40).

No sistema de desenvolvimento moderno, o econômico teve supremacia sobre outros aspectos do contexto social e guiou as ações dos homens na busca incessante por progresso econômico e bem estar material. Ao se discutir o desenvolvimento sustentável, como veremos adiante, a hierarquia de valores que, até hoje, guiaram o processo de desenvolvimento passa a ser repensada e o aspecto econômico passa a ser um elemento de avaliação na busca do desenvolvimento, mas não o único.

3.2. Individualismo, modernidade e desenvolvimento

Quando se discute o desenvolvimento, é comum pensar numa divisão do mundo em dois pólos: países desenvolvidos ou primeiro mundo e países não desenvolvidos, em desenvolvimento ou terceiro mundo. Segundo RIBEIRO (2000), essa hierarquia serviu durante muito tempo para alimentar a crença de que *“há um ponto que pode ser alcançado seguindo-se uma espécie de receita mantida, secretamente, ou não, pelos Estados-nações que lideram a ‘corrida’ para um futuro melhor”* (idem, 2000:141). No entanto, a existência de dois blocos internamente uniformes é, cada vez mais, posta em dúvida pois apesar dos países desenvolvidos possuírem algumas características semelhantes como a urbanização, o crescimento da produção agroindustrial, o melhoramento a bens básicos como saúde e educação, reconhecem-se, também, as diferenças internas e específicas dos países, sejam eles do bloco desenvolvido ou não. DUMONT (1994), considera que isto acontece pela interação entre dois diferentes modos de ser: um, o novo modo de ser, que é universalista, que difunde e impõe idéias e tecnologias globalizadas; e outro, que é específico de cada lugar e que representa a tradição e a diversidade.

Para DUMONT (1994), já não existem sociedades exclusivamente tradicionais, que não tenham tido influência das idéias, dos objetos, e da tecnologia da modernidade e que as culturas são na verdade uma mistura entre o velho e o novo. No entanto, o contato entre culturas não se dá no seu todo e sim em pontos específicos como religião, forma de solidariedade,

tecnologia, dentre outros. Este contato diferenciado irá refletir-se num modo específico de interação, que resultará em novos aspetos das culturas postas em contato. Sob o impacto do contato entre a civilização moderna e a tradicional podem ocorrer três situações: a sociedade tradicional desaparece; a sociedade tradicional se recolhe e evita o contato; ou, o que é mais comum, existe uma interação à qual DUMONT (1994) chama de “aculturação”. Esta aculturação é definida por alguns autores como unilateral, ou seja, a sociedade dominante interfere e altera a sociedade tradicional, mas Dumont considera que a aculturação ocorre nos dois sentidos e ambas sociedades, a moderna e a tradicional, acabam sendo transformadas pela troca e empréstimos de aspetos específicos de cada uma.

DUMONT (1994) distingue alguns aspetos ideológicos entre a sociedade moderna e a tradicional: o individualismo (moderno) é oposto ao holismo (tradicional). O individualismo separa valores de fatos e idéias enquanto no holismo há uma integração entre estes aspetos e a idéia-valor forma uma só unidade. O individualismo compartimenta o conhecimento em “caixas” homogêneas e específicas, enquanto no holismo existe inter-relação entre todo o conhecimento.

DUMONT (1994) considera que o individualismo pode ser percebido de forma pura em alguns aspetos da vida social nas sociedades modernas, especificamente no campo político, através de leis igualitárias mas, em outros aspetos, o mais comum é que o individualismo se combine a aspetos tradicionais. A não realização do individualismo puro não significa o enfraquecimento da ideologia individualista e um exemplo disso é a expansão contínua e crescente busca da “igualdade”.

Ao estudar a modernidade no Brasil, FIGUEIREDO (1995:29), cobcou em questão o individualismo como forma exclusiva de sociabilidade e afirma que o individualismo puro é “*mais uma ideologia do que uma realidade*”. Também DUMONT (1994), considera que o individualismo puro é utópico, não existe, sua aplicação pura torna-se difícil e conclui que sob o impacto da civilização dominante, a maioria das sociedades acaba aculturando-se e criando representações *ad hoc*. Estas representações são uma síntese em maior ou menor intensidade da integração e mistura de idéias e valores dos dois tipos de sociedades. A dupla via de troca de valores faz com que alguns valores das sociedades tradicionais acabem sendo englobadas pela civilização dominante e passam, com o tempo, a pertencer à cultura dominante.

“A configuração individualista que nós isolamos como característica da modernidade foi, na verdade, através da história, combinada com noções, valores e instituições consideradas como contrárias em maior ou menor grau” (idem, 1994:15).

Segundo DUMONT (1994), a sociedade alemã cultivou o individualismo antes que qualquer outra sociedade através da religião. A Reforma Luterana, ocorrida na Alemanha, promoveu crescente culto ao individualismo, ao desenvolvimento da personalidade, que se dava através da relação direta e individual com Deus mas, nos aspectos sociais e políticos, continuava a cultivar a vida em comunidade, negando o individualismo. Deste modo, a Alemanha mantinha características holísticas na comunidade, através da subordinação às autoridades políticas e sociais, ao mesmo tempo em que desenvolviam o individualismo religioso. A forma como foram combinados aspectos do holismo e do individualismo configurou a identidade cultural dos alemães e de cada uma das sociedades modernas.

A modernidade é, portanto, o resultado de diversas formas de aculturação e a presença e interação de aspectos e valores tradicionais marcam as diferenças no processo de desenvolvimento das sociedades.

No Brasil esta interação entre valores modernos e tradicionais caracteriza o que SOARES (1999) chama de duplicidade de valores na sociedade brasileira e que molda seu desenvolvimento social, político e econômico.

3.3. A duplicidade de valores na sociedade brasileira

Vários estudos, entre os quais DAMATTA (1990), FIGUEIREDO (1995), SOARES (1999), SOUZA (1999) e ARAÚJO (2000) analisam a existência de valores tradicionais, modernos e, até, pós-modernos na sociedade brasileira, identificando o momento, o objetivo e a forma como são utilizados e articulados. Contrapondo categorias como “indivíduo” a “pessoa”, “sujeito” a “mero indivíduo”, “protestante ascético” ao “malandro brasileiro”, estes autores analisam como os valores interferem no comportamento social e no processo de desenvolvimento do Brasil.

Reiterando a idéia de outros autores que consideram a realidade do desenvolvimento brasileiro uma complexa combinação entre tradição e

modernidade, SOARES (1999) caracteriza esta situação não como uma passagem de uma era pré-moderna para a modernidade, mas sim a própria maneira do Brasil ser moderno.

Para SOARES (1999), a rápida urbanização da população brasileira nos últimos 30 anos, embora seja um aspecto comum das sociedades modernas, não significa que o Brasil esteja seguindo o mesmo caminho de outras sociedades para chegar à modernidade pois as formas tradicionais de ser e agir dominantes durante longo período histórico do Brasil ainda estão muito presentes nos dias de hoje, embora, cada vez mais, mesclados aos valores da modernidade.

Para SOARES (1999), a exclusão e a falta de equidade, aliadas ao aumento do PIB e da democratização, significam que o desenvolvimento no Brasil segue pelo caminho autoritário e que as ligações e os pactos conservadores estiveram sempre presentes no caminho do desenvolvimento.

“Vínculos de conciliação entre oligarquias urbanas e rurais, entre segmentos conservadores e progressistas da burguesia brasileira têm sido, por vezes, colocados em risco, mas desde 1930, nunca rompidos” (idem, 1999:226).

Este autor concorda com outros estudos que consideram que o pano de fundo cultural brasileiro foi *“profundamente marcado e fortemente moldado por valores hierárquicos”* (idem, 1999:226). Tais valores são compreendidos como aqueles que moldam,

“expectativas e os comportamentos de que a humanidade não é naturalmente igual e composta de individualidades independentes, mas, ao contrário, as pessoas são diferentes e ocupam, naturalmente, níveis diferentes de poder e relevância social” (idem, 1999:227).

O Brasil seria, portanto, uma sociedade onde o valor tradicional de hierarquia e o valor moderno de igualdade estariam presentes, mas em doses diferentes, prevalecendo a dimensão hierárquica.

Para SOARES (1999), a abertura para o mercado capitalista exige a presença de valores culturais individualistas e estes estão se ampliando para além do aspecto do empreendimento econômico. As relações sociais e de trabalho que antes eram regidas pela hierarquia estão tomando um caminho que nem é o do individualismo e igualdade da modernidade (como tipo ideal), nem é mais o da hierarquia (que, na sua forma pura, exige responsabilidade e deveres de ambas as partes), caracterizando, assim, especificidades do modelo de desenvolvimento brasileiro.

“A complexidade mostra seus múltiplos e integrantes lados, interfaces e dinâmicas quando observamos o entrosamento entre hierarquia e individualismo num contexto de tendências híbridas e de um arcabouço sociológico ambivalente” (idem, 1999:229).

Para Soares, a modernidade não está eliminando as relações de hierarquia, mas está permitindo que a hierarquia seja vista apenas como uma relação de dominação.

“O que falta hoje, graças à erosão imposta à hierarquia pela mesclagem com o igualitarismo, é o dever da responsabilidade, da proteção e do cuidado. (...) A hierarquia, dadas as condições atuais de sua reprodução cultural, está reduzida a uma relação de poder unilateral e a um conjunto de símbolos, valores e práticas que se tornam simples instrumento ideológico de dominação social” (SOARES, 1999:231).

Este autor considera que o individualismo e a hierarquia, na sua forma híbrida estão sendo utilizados de forma instrumental pelas classes dominantes que dela se servem para manter as desigualdades, enquanto que as massas percebem, na duplicidade, uma forma de fracasso pessoal por não conseguirem modificar sua situação apesar das “oportunidades iguais” do mercado. Esta situação compõe o que SOARES (1999) denomina de um “*quebra-cabeça individualista igualitário hierárquico*”, e pode promover dois tipos de situação, ambos indesejáveis para o desenvolvimento do país:

- a) Uma submissão ao destino e às formas de dominação hierárquicas conduz a um personagem tímido, submisso e que não participa na vida pública e política;
- b) Uma hierarquia que não pressupõe mutualidade promove um indivíduo que utiliza a hierarquia como puro instrumento de dominação levando e usando o individualismo como sinônimo de vantagem pessoal máxima, a qualquer custo.

Segundo SOARES (1999), a dualidade do atual sistema tem alterado as relações entre pessoas e os compromissos explícitos e implícitos de ambas as partes, anteriormente, existentes. Estes compromissos estão sendo alterados para relações contratuais entre indivíduos desiguais e que, por uma questão de política de sobrevivência, são aceitos mas nem sempre vão ao encontro dos interesses da parte socialmente mais fraca.

Assim, tradição e modernidade estão interagindo de forma particular no Brasil e esta especificidade é que deve ser compreendida como a forma brasileira de ser moderna, “*a complexidade das presentes contradições é uma maneira brasileira de ser moderno*” (1999:235). Segundo o estudo¹⁵ de ARAÚJO (2000:121) “no Brasil,

¹⁵ Pesquisa efetuada no Distrito Federal por um grupo de professores da UNB sobre valores e comportamento político eleitoral, em 1998.

indicadores de tradicionalismo extremado convivem com atitudes, igualmente extremadas de modernidade e pós-modernidade”.

Outro autor que estuda a interação de valores na sociedade brasileira é Roberto DaMatta. Para ele, há duas formas que orientam a organização social, sendo uma hierárquica, tradicional, que remete a regras de respeito e honra e no qual a relação é entre “*pessoas*” e uma outra forma moderna, individualista, que segue as regras universalistas da lei à qual estão submetidos os “*indivíduos*”. A passagem de uma forma à outra se dá sob diversas situações, quase sempre por interesse ou necessidade de uma das partes envolvidas.

Ao analisar a expressão “você sabe com quem está falando”, DaMatta (1990), identifica uma separação entre posições sociais que, pelas várias e freqüentes situações em que é usada, demonstra a existência e a aceitação de uma estrutura hierárquica na sociedade brasileira. Neste caso a estrutura hierárquica remete à situação de poder e não a uma ideologia de subordinação holística como nas castas indianas, mas mesmo assim, a hierarquia pertence ao grupo de valores tradicionais, que se opõe ao igualitarismo.

Para DAMATTA (1990), o povo brasileiro parece ser avesso aos conflitos e, embora eles existam, prefere não abordar o tema diretamente, apegando-se, oficialmente, mais aos aspectos positivos e universalizantes da identidade brasileira e que não remetam ao conflito. No entanto, o conflito está presente em toda a sociedade brasileira e DaMatta chama atenção para o erro de se “*perder de vista as dialéticas da vida social e tomar uma das posições como tendo razão, achando que somente ela representa uma visão correta da nossa realidade social*” (DAMATTA, 1990:149). Deste modo, “Você sabe com quem está falando?” é analisada como uma expressão que deixa à mostra situações de conflito da sociedade brasileira onde as aspirações igualitárias e universalistas se chocam com o “esqueleto hierarquizante”.

Na sociedade moderna, a igualdade remete ao cumprimento de leis abstratas que garantem direitos e exigem deveres para o bom funcionamento da sociedade mas, como nem todos os indivíduos conhecem ou compreendem as leis, acabam se submetendo à hierarquia que, no caso brasileiro, significa submeter-se ao poder ou influência de alguém “superior”.

DAMATTA (1990) considera que a sociedade brasileira é movida por sistemas de dominação onde a hierarquia tem papel importante e,

consequentemente, o respeito e a consideração são valores fundamentais para se evitar o conflito. Este conflito não se constitui como numa crise que propõe mudanças no sistema, mas sim como uma revolta, que é *“pessoalmente circunscrito e assim resolvido”* (idem, 1990:149).

Este aspecto é importante pois os brasileiros não relacionam a dominação ao sistema, aos valores e princípios da nossa sociedade hierarquizante e sim, às pessoas a quem estão diretamente ligados como, por exemplo, um mau patrão. Desse modo, não existe a tentativa de, por meio de uma crise, tentar modificar o sistema todo. O mesmo pode acontecer quando o patrão é bom, então, não há a relação de que este cumpriu suas obrigações legais e sim de que é uma pessoa boa e que tem consideração pelos subordinados. Mesmo que a pessoa “superior” hierarquicamente não tenha a menor intenção de usar sua posição, muitas vezes as pessoas que se beneficiaram assim o fazem. Isto faz lembrar o papel que cumpriu o coordenador do IDACO quando era diretor regional do INCRA, como pode ser analisado a partir de uma entrevista realizada com um dos técnicos do IDACO.

“Ele é muito conhecido nessa região [referência a alguns assentamentos onde o IDACO atua] justamente por isso, na cabeça dos agricultores foi ele que deu o título da terra para eles, então há uma relação muito forte nisso aí” (Entrevistas, 2001).

Deste modo, a pessoa, mais do que a instituição ficou guardada e é valorizada na memória dos assentados beneficiados.

A expressão “Você sabe com quem está falando” é socialmente estabelecida e não é, portanto, um modismo passageiro. Utilizada em diferentes esferas sociais, tanto entre pessoas de níveis sócio-econômicos diferentes, para realçar e demarcar esta diferença, como entre pessoas de posição sócio-econômica iguais, para delimitar outros fatores que as diferenciam. Assim, a expressão é sempre utilizada para demarcar diferenças pressupondo-se que possa haver um dominante e um dominado.

Aquele que utiliza esta expressão possui sempre uma identidade social que, a seu ver, o faz superior ao outro. Esta identidade fica anônima enquanto o seu detentor achar que ela não precisa ser utilizada mas, logo que este se sinta de alguma maneira afrontado por alguém que considere inferior, a identidade sai do anonimato e torna-se instrumento de dominação. A saída do anonimato com a apresentação de uma identidade que possa trazer algum tipo

de vantagem, é característica de sociedades que convivem com o sistema igualitário e hierarquizado ao mesmo tempo e onde as várias identidades sociais, podem ser utilizadas conforme a conveniência de cada situação. Isto não poderia acontecer numa sociedade tribal, holística, onde a pessoa existe pelas suas relações sociais na totalidade, se for expulsa de sua tribo deixa de ser pessoa pois apenas as relações sociais importam, e não o indivíduo.

A saída do anonimato e utilização da(s) identidade(s) que podem realmente pertencer a quem as apresenta, ou tomadas de empréstimo de alguém correlacionado, remete DAMATTA (1990) a uma outra observação; a das relações entrecortadas entre as classes na estrutura social brasileira. Valores como *“respeito”, “intimidade”, “consideração”, “favor”* (idem, 1990:156) permitem uma relação hierarquizada ao longo de toda a estrutura social, mas ao mesmo tempo fluída em ambos os sentidos, ou seja, o inferior deve respeito e consideração ao superior que, por sua vez, pode, como favor ou consideração, estender seu poder e influência ao inferior e, desse modo, *“se o critério econômico é determinante do padrão de vida, ele não é de modo algum determinante das relações pessoais”* (idem, 1990:158).

A constante oposição entre pessoal e impessoal, público e privado, anônimo e conhecido indica que *“no sistema brasileiro é básica a distinção entre o indivíduo e a pessoa como duas formas de conceber o universo social e nele agir”* (idem, 1990:178-179).

Para DAMATTA (1990:181), apenas na sociedade ocidental moderna é que *“a idéia de indivíduo foi apropriada ideologicamente, sendo construída a ideologia do indivíduo como centro e foco do universo social”* e, desse modo, somente na sociedade ocidental *“a parte é mais importante que o todo”*.

Nas sociedades tradicionais o indivíduo é indivíduo apenas como unidade natural, sem a qual não existe sociedade mas, ao contrário da civilização ocidental, ele não é o centro e unidade suficiente da sociedade. Sua relação com os demais indivíduos é de complementaridade *“para formar uma totalidade que só pode ser constituída quando se tem todas as partes”* (idem, 1990:182).

Embora haja predominância do indivíduo nas sociedades ocidentais nela persiste, também, em algum nível, a *“pessoa”*. Do mesmo modo, nas sociedades tradicionais, holísticas o indivíduo não desapareceu

completamente. Exemplo disso são os tratamentos dados àqueles indivíduos de destaque nas sociedades modernas, tratamento VIP¹⁶. Os VIP são as “pessoas” nas sociedades de indivíduos e o renunciador é o “indivíduo” nas sociedades holísticas (Índia). Esta situação permite que

“o sistema individualista sofre uma espécie de curvatura, deixando que nele possam operar os valores das relações pessoais, o que de certo modo e dialeticamente serve como uma justificativa para os valores quotidianos e normais da igualdade e do individualismo .O simétrico inverso ocorre nos sistemas tribais...” (DAMATTA, 1990:187).

DaMatta afirma que é possível a existência das sociedades onde as duas noções são básicas, de modo que dois sistemas diversos operam simultaneamente. DaMatta acredita que no Brasil *“o indivíduo é a noção moderna superimposta a um poderoso sistema de relações pessoais”* (DAMATTA, 1990:188).

Fazendo relação à oposição de corpo e alma de Durkheim, DAMATTA (1990) considera que em países católicos como o Brasil, a alma continua sendo superior ao corpo e a “pessoa” mais importante que o indivíduo. A manutenção de uma forte segmentação social tradicional dificulta a criação voluntária de associações que são a base da sociedade civil.

Nas sociedades onde a dialética entre pessoa e indivíduo é expressa no convívio social diário verifica-se que, tanto os indivíduos do povo se utilizam das influências das pessoas para saírem do anonimato como, também, as pessoas mantêm seu poder falando em nome dos indivíduos, do povo. Assim, um pequeno grupo de pessoas comandam a vida e o destino da restante massa de indivíduos, implementando e divulgando sua ideologia.

“A quem está inserido numa rede importante de dependência pessoal , tudo; a quem está isolado e diante da sociedade sem mediações pessoais, a lei (...) somente os indivíduos freqüentam as delegacias de polícia, os tribunais, as filas, a medicina e a educação pública” (idem, 1990:193).

Na sociedade brasileira, é possível passar do universo do indivíduo para o da “pessoa”, com mais freqüência do que se possa imaginar. De modo geral, a casa é o domínio da pessoa e a rua é o domínio do indivíduo. A casa é o local das relações pessoais onde, em primeiro lugar, somos percebidos nas nossas relações sociais, somos filhos, mãe, pai, avô etc. Quando saímos à rua, sentido figurado de tudo que é estranho à casa, deixamos de estar totalmente envolvido nas relações sociais e passamos a ser

¹⁶ Sigla inglesa para *Very Important Person*, que significa pessoa muito importante.

indivíduo. No trânsito, no elevador, numa repartição pública somos indivíduos submetidos às leis que promovem a impessoalidade e igualdade entre os indivíduos e só retornamos à condição de *peçoas* quando voltamos a um ambiente onde são intensas as relações pessoais como o trabalho, a sala de aula etc. Para DAMATTA (1990), a passagem da casa para a rua torna-se mais rápida e menos dolorosa quando temos intermediadores, padrinhos, pistolões, patrões, que rapidamente ajudam a estabelecer novas relações pessoais.

Os indivíduos nas sociedades modernas ficam, portanto, sujeitos a dois tipos de regras e relações sociais, uma pessoal e outra impessoal podendo esta última ser compreendida e vivida sob dois aspetos presentes na vida moderna, quais sejam, sob independência ou sob autonomia. Ao estudar os modos de subjetivação no Brasil, FIGUEIREDO (1995) considera que Dumont não esclareceu suficientemente uma diferença importante entre “independência” e “autonomia”, ambas presentes nas sociedades modernas, mas que remetem a diferentes níveis de consciência e subjetividade. A “autonomia” seria um passo à frente da “independência” e representaria muito mais do que a independência ou liberdade física, moral e ética, seria a “*capacidade de gerar leis e viver sob o império de leis por si mesmo consagrados*” (idem, 1995:30). Tomando como base esta autonomia, ou sua ausência, ele analisa três categorias: “peçoas”, “meros indivíduos” e “sujeitos”.

Para FIGUEIREDO (1995), a categoria “peçoas”, do mesmo modo que descreveu DaMatta, está ligado ao mundo de relações pessoais e está ligada a regras do mundo tradicional. A categoria “meros indivíduos” corresponde à categoria “indivíduo” de DaMatta, mas numa condição inferior, “*ficam reduzidos à condição de uso alheio e submetidos a formas autoritárias de controle*” (idem, 1995:38). A categoria de “sujeito” é aquela que corresponde ao indivíduo já liberto do mundo da tradição, que conhece e participa na elaboração das leis que regem sua vida e a da sociedade, sendo a forma mais representativa da modernidade.

Referindo-se especificamente aos modos de subjetivação no Brasil, Figueiredo afirma que a experiência de modernidade do Brasil torna-se diversa daquela vivida na Europa.

“A posição econômica, política e cultural do país, que o torna, desde seus inícios no século XVI, ao mesmo tempo uma parte do Ocidente Moderno - individualista, racional, capitalista etc. - e uma excentricidade pré ou antimoderna - patriarcal, personalista, afetivo etc., tem sido interpretada a partir de diferentes versões de duplicidade brasileira” (FIGUEIREDO, 1995:41).

Roberto Schwartz, analisado por FIGUEIREDO (1995), verifica que a duplicidade e contradição de valores culturais do Brasil e a convivência do velho e do novo, é uma forma própria de assumir a modernidade. A importação de uma modernidade que pouco tem a ver com os interesses das classes dominantes e valores de uma sociedade de tradição como o Brasil provocou o que Schwartz chama de “idéias fora de lugar”. Apesar das idéias igualitárias importadas de outros países, em nossa sociedade continuava a existir escravos libertos e homens pobres que estavam na dependência de favores, jeitinhos, pistolões e outras formas relacionais para sobreviver. Schwartz considera que o Brasil é constituído, basicamente, por “pessoas” e por “meros indivíduos” e que *“as idéias da modernidade entraram no repertório da elite como ornamento”* (FIGUEIREDO, 1995:51). Esta elite se identificava com o que havia de mais moderno no Ocidente, em termos de gostos e padrões de consumo sofisticados, mas não renunciavam à influência política e econômica que exerciam como *pessoas* perante os *meros indivíduos*.

A importação, muitas vezes inadequada, incompleta ou mesmo atrasada das idéias modernas do ocidente provocaram uma sucessão de modismos intelectuais que foram se alternando sem poderem criar raízes e tornam o Brasil um objeto exótico aos olhos dos estrangeiros.

“A produção e uso de idéias no Brasil em grande medida era e continua sendo uma imitação servil do que se faz lá fora e algo, malgré nous, extremamente novo, comicamente diferente do que pretendíamos imitar” (FIGUEIREDO, 1995:53).

Para este autor, apesar da constituição brasileira, teoricamente, igualar todos os cidadãos perante leis, continua a haver pessoas que estão acima dos meros indivíduos que normalmente estão muito abaixo delas dependendo de suas relações pessoais. Para o autor, a cidadania, versão moderna da subjetividade e que pressupõe a existência de sujeitos, é rara fora dos discursos. Embora haja crescente número de brasileiros que estejam experimentando a posição de cidadãos, sujeitos, estes ainda são “peças fora do lugar”. Este é, talvez, o motivo pelo qual muitas ONGs brasileiras apresentam em suas propostas de trabalho a luta pela cidadania plena de seu público.

Muitos dos sujeitos a que Figueiredo chama de “peças fora do lugar” surgiram através da militância, especialmente pelos direitos políticos, durante o

regime militar. Estes militantes desligaram-se de suas relações tradicionais e passaram a lutar pela liberdade, pela igualdade e pelo cumprimento da lei. Depois de lutarem por causas trabalhistas, civis e políticas durante o regime militar, parte destes sujeitos foram, posteriormente, grandes incentivadores da criação de ONGs que lutam, até hoje, pela cidadania, igualdade e justiça social dos brasileiros que, ainda, se encontram na posição de *meros indivíduos* e que pouco se beneficiaram das transformações políticas e econômicas ocorridas nos últimos 50 anos.

As diferentes formas de subjetivação presentes na sociedade brasileira influenciaram, indiscutivelmente, o processo de desenvolvimento do Brasil que apesar de ter incorporado muitos aspectos da modernização, não promoveu a equidade do bem estar econômico e social, não garantiu a cidadania plena para seus cidadãos e provocou grandes danos ao meio ambiente. Procurar formas de desenvolvimento que promovam bem estar social geral, respeitando a diversidade cultural e os recursos naturais existentes e que, ao mesmo tempo, permita que este bem-estar prolongue-se para as gerações futuras, é o grande desafio do presente. Este equilíbrio entre a sociedade, o meio ambiente e o desenvolvimento é a nova proposta que surge no conceito de desenvolvimento sustentável

3.4. Desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável, mais do que uma simples nova forma de desenvolvimento tornou-se, para as nações modernas, um ideal a ser alcançado (EHLERS, 1996).

Para compreender este novo ideal é importante compreender as bases que lhe deram origem e sobre as quais se busca um consenso, até hoje, não alcançado entre cientistas, governos, empresas privadas e setores organizados da sociedade civil. Talvez a maior dificuldade, não só na construção da sustentabilidade mas, principalmente, em sua implementação, seja integrar valores tão diferentes num mesmo conceito pois, se a modernidade valoriza a igualdade e o individualismo, a sustentabilidade remete a valores como holismo e a submissão de interesses particulares a interesses e benefícios coletivos. Vejamos então porquê e como surgiu a preocupação com a sustentabilidade.

O conceito *desenvolvimento sustentável* teve sua origem quando os efeitos negativos da agricultura moderna, principalmente sobre o meio ambiente e os recursos naturais, começaram a ficar evidentes demais. Segundo EHLERS (1996), as discussões sobre as conseqüências negativas da agricultura moderna começaram nos anos 70, nos Estados Unidos da América, país pioneiro na implementação da agricultura moderna e, também, um dos primeiros a sentir seus efeitos negativos.

Nas décadas de 50 e 60, grupos isolados de ecologistas e acadêmicos, preocupados com a questão ambiental e o desenvolvimento agrícola, já discutiam formas alternativas à modernização da agricultura, mas suas opiniões não pesavam nas decisões sobre o desenvolvimento e eram, segundo VEIGA (1998:128), considerados grupos “alternativos” e “folclóricos” e chegaram a ser perseguidos em instituições de pesquisa e ensino. Segundo EHLERS (1996), nesta época, os grupos alternativos eram considerados “retrógrados” e “sem validade científica”. Os benefícios do crescimento da produção agrícola pareciam inquestionáveis para governos e para os cientistas.

A partir do final da década de 60 os efeitos negativos da agricultura moderna começaram a ficar mais evidentes e os danos ambientais e energéticos já não podiam ser ignorados pelos países que a aplicavam. Um dos marcos na contestação à agricultura moderna foi, segundo EHLERS (1996), o livro “Primavera Silenciosa” da bióloga marinha Rachel Carson que questionava o uso abusivo de agrotóxicos e a crescente dependência dos combustíveis fósseis.

Segundo EHLERS (1996), no fim dos anos 60 e na década de 70, a contestação às formas de agricultura moderna associaram-se ao clima de contestação contra outros aspetos da vida moderna aumentando, principalmente, na Europa e nos Estados Unidos, as discussões sobre a possibilidade de diminuir o consumo e viver de forma mais natural.

Na década de 70, a questão ambiental já não era restrita a discussões entre ecologistas radicais ou grupos alternativos da sociedade civil e passou a fazer parte das discussões oficiais de vários países e, segundo CUNHA (1996:34), trouxeram “*à tona, de roupa nova, questões muito antigas que resultam das relações homem-natureza*”. Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Humano realizada em Estocolmo, em 1972, e na Conferência de Roma, realizada em 1974, a preocupação ambiental, agravada pela crise de petróleo, passou a ganhar novos contornos políticos e diplomáticos e os representantes de vários países começaram a discutir a degradação ambiental não mais como efeito exclusivo do “subdesenvolvimento”, o qual seria responsável pela

deflorestação e desgaste dos solos mas, também, do padrão de consumo dos países desenvolvidos. EHLERS (1996) afirma que neste período novos conceitos como a idéia de *tecnologia apropriada*, utilizada por Schumaker no seu livro “Small is beautiful” que questionava o “*culto obsessivo ao crescimento econômico ilimitado*” (idem, 1996:72), o termo *agricultura regenerativa* de Robert Rodale, foram acompanhados de uma crescente preocupação de ordem social nos estudos agrônômicos.

Na década de 80 o conceito de *agro-ecologia* marcou um importante ponto de partida nessa integração e passa a considerar que as atividades agrícolas devem se adaptar ao meio e não o contrário, como apregoava a revolução verde (EHLERS, 1996). Assim, as questões técnicas começaram a se integrar com as questões sociais, culturais e econômicas e esta visão de totalidade passou a ser percebida como necessária para o futuro da humanidade.

“A agroecologia pode prover as diretrizes ecológicas para que o desenvolvimento tecnológico seja apontado na direção certa, mas, no processo, as questões tecnológicas devem assumir seu devido lugar, servindo como uma estratégia do desenvolvimento rural que incorpore os problemas sociais e econômicos” (Altieri, citado por EHLERS, 1996:77).

Começava, nos países modernos, a preocupação com a sustentabilidade. BUARQUE (1996) afirma que nessa altura, Sachs propôs uma nova forma de desenvolvimento, o ecodesenvolvimento, que colocava a submissão dos interesses econômicos aos interesses da sociedade e às condições ambientais. O ecodesenvolvimento passou, depois, a ser abordado como desenvolvimento sustentável.

Nas décadas de 80 e 90, multiplicaram-se as discussões sobre o meio ambiente, e este se tornou um “guarda-chuva” sob o qual foram discutidas as questões sociais, culturais, econômicas, tanto nas áreas urbanas quanto rurais. O termo sustentabilidade passou a fazer parte do vocabulário comum dos cientistas, políticos, acadêmicos, passou a ser divulgado e estimulado pelos meios de comunicação de massa e tornou-se, hoje, corrente na linguagem escolar, empresarial e do público em geral, possibilitando interpretações distintas para diferentes atores sociais. Desse modo, a sustentabilidade que, inicialmente, foi utilizada em relação a questões ambientais como o “*uso da terra, dos recursos bióticos, florestas e recursos pesqueiros*” (EHLERS, 1996:113), passou a ocupar lugar na visão sistêmica do desenvolvimento tanto urbano quanto rural, abarcando aspectos sociais, econômicos, culturais, tecnológicos e ecológicos no presente e no futuro.

A sustentabilidade requer uma visão holística do desenvolvimento e uma inversão na hierarquia do desenvolvimento. Se antes, a esfera econômica dominava sobre as esferas social e ecológica, agora esta dominação começa a ser questionada e revista. Segundo BUARQUE (1996:7)

“do ponto de vista teórico, o desenvolvimento sustentável se baseia numa visão holística da realidade complexa e numa abordagem sistêmica da totalidade complexa. Assim, o desenvolvimento é a resultante de uma transformação da totalidade complexa como uma unidade formada de elementos que compõe subsistemas integrados com relações de regulação e controle: economia, sociedade e ecologia são subsistemas da totalidade complexa, constituindo uma identidade integrada e organizada, cada um definindo as restrições e estrangimentos sobre os outros”.

Neste processo de transformação do desenvolvimento e busca de sustentabilidade, as Organizações Não Governamentais e outros setores da sociedade civil passaram, nos últimos 20 anos, a ter um peso fundamental mas, nem sempre foi assim. Ao analisar o processo de desenvolvimento dos países modernos nos últimos 50 anos, KISIL (1997) mostra que durante muitos anos, os governos estavam sozinhos à frente no processo de decisão sobre o desenvolvimento. Em sua análise, KISIL (1997:135-136), classificou o desenvolvimento, segundo os participantes chave, em quatro fases:

Primeira fase - Iniciada na década de 50 até meados dos anos 60, é considerado o período de desenvolvimento progressivo onde o Estado era o participante-chave. Cabia ao Estado tomar decisões sobre as políticas de desenvolvimento e eleger as regiões e áreas-tema de desenvolvimento a serem privilegiadas e para as quais haveria disponibilidade de recursos financeiros. O Estado era, igualmente, o grande responsável pelo processo de distribuição dos resultados.

Segunda fase - Desenvolvida a partir dos meados dos anos 60 até a primeira crise do petróleo em 1973, foi a chamada era do desenvolvimento integrado. O Estado ainda era o participante-chave, mas nesta época começou a se discutir que o crescimento não poderia ser apenas econômico e que deveria haver uma equidade na distribuição dos resultados do desenvolvimento pois um crescimento sem equidade era um crescimento sem desenvolvimento. Os governos e as agências de cooperação internacional iniciaram a aplicação de investimentos na área de educação e saúde, pois considerava-se que somente com pessoas cuja necessidade básica fosse satisfeita é que seria possível a sua participação. Embora já houvesse a abordagem do

desenvolvimento social, o Estado ainda era o participante-chave nos processos de decisão sobre desenvolvimento.

Terceira fase - Inicia-se a partir do início da década de 70 e vai até meados de 80. A crise do petróleo diminuiu drasticamente a capacidade do Estado em atender as necessidades do processo de desenvolvimento. Começaram, então, a aparecer economias e organizações que iniciaram atividades que antes eram de responsabilidade quase exclusiva do Estado, e as comunidades redescobriram que seriam capazes de agir de forma autônoma. A visão do desenvolvimento que era central e globalizante passou a ser local e apropriado para a comunidade e os governos e financiadores passaram a dar mais importância ao seu papel como orientadores do que diretores do desenvolvimento.

Quarta fase - É a fase atual e considera-se como a continuidade da terceira fase, mas com interferência muito menor do Estado. Novas estruturas de apoio ao desenvolvimento local foram criadas e a sociedade civil, por meio de suas organizações, como as ONGs, tornaram-se participantes-chave no processo de desenvolvimento. As ONGs, que têm uma estrutura muito mais flexível e ágil do que a burocracia estatal, passaram a dar apoio e incentivo às iniciativas locais e passaram a dar grande importância para a sustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental. As ONGs contribuíram muito para a divulgação das idéias da sustentabilidade.

KISIL (1997) chama atenção para o fato destas quatro fases terem-se mesclado, na América Latina, em momentos históricos diferentes onde governos ditatoriais, por determinado período, inibiram a participação das comunidades locais. Assim, embora no Brasil estejamos vivenciando características da quarta fase as etapas anteriores não ocorreram de forma tão linear como nos países desenvolvidos e isso afeta os resultados no presente.

Para EHLERS (1996), a partir da década de 80, a participação das ONGs e das entidades ambientalistas tornou-se uma terceira força nos processos de decisão, junto com o setor privado e o público. Esta é, também, a opinião de OFFE (1998) que chama a sociedade civil de terceiro poder.

Para ALMEIDA (1998:42), embora a sustentabilidade seja cada vez mais discutida e trabalhada é ainda uma noção “*muito genérica, difusa e pouco precisa*”. A sustentabilidade é, por sua própria natureza, impossível de ser definida e enquadrada num único conceito válido para qualquer lugar ou situação, mas há aspectos gerais que

norteiam a busca de programas, ações, modelos de desenvolvimento que promovam a sustentabilidade. O relatório BRUNDTLAND, elaborado pelas Nações Unidas em 1997, também conhecido como “Nosso futuro comum”, ajudou a disseminar o ideal de sustentabilidade e traçou algumas diretrizes sobre o conceito de desenvolvimento sustentável. Segundo ALMEIDA (1998) e EHLERS (1996) este relatório é um referencial para todos que trabalham este conceito, que é definido como sendo:

“O manejo e a conservação da base de recursos naturais e a orientação das mudanças tecnológica e institucional, de maneira a assegurar a obtenção e a satisfação contínua das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras. Tal desenvolvimento sustentável (na agricultura, na exploração florestal, na pesca) resulta na conservação do solo, da água e dos recursos genéticos animais e vegetais, além de não degradar o ambiente, ser tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente sustentável” (EHLERS, 1996:115).

Embora o desenvolvimento sustentável englobe, também, a esfera urbana, é no desenvolvimento rural e mais especificamente na agropecuária que a sustentabilidade tem tido maior número de programas e resultados. No Brasil, assim como noutros países de vocação agrária, grande parte dos técnicos e recursos das ONGs está voltado para ações de desenvolvimento rural sustentável.

A agricultura sustentável pode representar uma alternativa ao modelo modernizante, adotado com a *revolução verde* e que, em troca de um aumento na produtividade, impôs uma agricultura de alto consumo de tecnologia, insumos e implementos agrícolas. A modernização do campo provocou não só o aumento da produção mundial de alimentos, mas também, o aumento da degradação do meio ambiente e das condições de vida no campo, a salinização dos solos, diminuição da biodiversidade, contaminação de homens e das águas com os defensivos químicos, expropriação de terras, e uma redução na necessidade de mão-de-obra no campo, favorecendo o êxodo rural e a exclusão social. ALMEIDA (1998) ressalta que a agricultura moderna fez ainda aparecer um novo tipo de agricultor *“individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional”*. A agricultura moderna transformou, portanto, não só as técnicas e as tecnologias, mas também os valores centrais que orientavam as ações dos agricultores que passaram de um mundo holístico para um mundo individualista.

No Brasil, grande parte da “revolução verde” foi implementada durante o regime militar e seus efeitos negativos não foram diferentes dos restantes países, tendo favorecido, ainda mais, a concentração de renda e de terra que o passado hierárquico,

quando o poder político e econômico dominavam as relações sociais, já havia tratado de construir.

Segundo MASERA e ALTIERI (1987), embora haja dificuldade em conceituar a sustentabilidade na agricultura, o maior problema está na sua implementação, devido aos preconceitos e interesses já estabelecidos pelos arranjos institucionais, das forças do mercado, das políticas e das instituições de pesquisa. A sustentabilidade exige mudanças e *“será necessário definir novas políticas que reduzam os custos dos recursos para a promoção da sustentabilidade social e ecológica”* (idem, 1987:73). Os preconceitos referidos por Masera podem ser exemplificados pelo discurso do Secretário da Agricultura dos EUA que reflete a opinião em alguns redutos mais conservadores.

“Se necessário, podemos retroceder para a agricultura orgânica neste país [EUA], pois sabemos como praticá-la. No entanto, antes de ir nessa direção, alguém precisa decidir quais serão os cinquenta milhões de norte-americanos que morrerão de fome” (EHLERS, 1996:107).

A agricultura sustentável não é sinônimo de regresso a formas primitivas de cultivo e, por isso mesmo, exige intenso trabalho de pesquisas dos cientistas nos institutos, das empresas de produção de tecnologia e dos agricultores no campo para que, por meio de técnicas e tecnologias apropriadas, possam surgir formas de produção agrícola que garantam os atuais níveis de produção e promovam seu crescimento sempre que necessário, sem danificar ou esgotar os recursos naturais existentes e recuperando aqueles já danificados. Deve, principalmente, abarcar preocupações com os aspectos sociais, culturais e econômicos envolvidos na atividade agrícola.

“A agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e fundamentada em um conhecimento científico holístico” (Altieri citado por EHLERS, 1996:117).

Embora o desenvolvimento e a agricultura sustentáveis sejam orientados por alguns valores gerais e globais, mas cada país terá que adaptar os programas à variação de condições e necessidades específicas. Segundo ABREU e NETA (1996), a formulação de estratégias para alcançar o desenvolvimento deve considerar o funcionamento de sócio-ecossistemas de cada país e não pode, portanto, copiar modelos de sustentabilidade prontos do exterior. A história recente da sustentabilidade ainda tem um longo caminho a trilhar para começar a alcançar resultados, mas desde já, fica claro que não existe um mas muitos caminhos para a sustentabilidade e que a importação de modelos prontos, além de não ser solução, pode acabar se transformando

em graves problemas. Saber filtrar o que deve ser copiado de outras experiências e adaptar as experiências que podem ser úteis faz parte do processo de diferenciação de desenvolvimento e, neste processo, as ONGs possuem importante função.

Segundo KAIMOWITZ (1998:63), as ONGs voltadas para o desenvolvimento rural podem ter importante papel na procura de caminhos para o desenvolvimento sustentável, *“não só por meio da atuação direta junto às comunidades rurais mas, também, através da participação na discussão de políticas públicas”*. Para GRAZIANO DA SILVA (1998:109), é através da participação na discussão das políticas públicas que se pode caminhar para o desenvolvimento sustentável *“não apenas do ponto de vista ecológico e mais eqüitativo do ponto de vista social e econômico mas, principalmente sustentável do ponto de vista político”*.

A busca pelo ideal de sustentabilidade não é tarefa fácil e está apenas no começo mas, de qualquer modo, só pode ser feito por meio de um trabalho articulado em âmbito local junto às comunidades, e em âmbito estrutural, junto aos Governos, instituições acadêmicas e científicas, agências financiadoras, empresas privadas e em âmbito internacional. RIBEIRO (2000) lembra que, no Brasil, a discussão sobre desenvolvimento sustentável está muito ligada à formação do campo político das ONGs que enfatizam tanto a questão do ambientalismo, como questões sobre desigualdades sociais e políticas no país e no mundo, a democracia e a cidadania como prioridades para o desenvolvimento sustentável. Este tem sido o campo de atuação de muitas ONGs brasileiras, dentre elas o IDACO, que tem como principal programa de atuação o desenvolvimento rural sustentável.

4. O IDEAL DE DESENVOLVIMENTO PELA ÓTICA DAS ONGs

Apesar da diversidade das ONGs brasileiras quanto à sua origem, objetivos e público, elas apresentam valores ideológicos comuns, dentre os quais destaca-se o desenvolvimento sustentável. Neste sentido as ONGs prevêm a possibilidade de uma sociedade democrática, com justiça social, equidade, respeito à diversidade cultural, pleno exercício da cidadania e, fechando o círculo, uso sustentável dos recursos naturais. Para LANDIM (2000:5),

“os projetos através dos quais as ONGs concretizam sua atenção são extremamente diversificadas. No entanto, as concepções gerais através das quais definem o sentido dessas atividades guardam homogeneidade e apontam para horizontes comuns”.

De modo geral, os objetivos das ONGs ultrapassam a intenção inicial de promover mudanças materiais propostas nos projetos específicos que implantam. Pretendem, acima de tudo, despertar a consciência política e social de seu público, promover mudanças de atitudes e intensificar suas atividades na discussão e definição de políticas públicas. Para o público das ONGs, muitas vezes, o interesse e a expectativa são por resultados imediatos e concretos, com benefícios diretos, por exemplo, na renda, saúde ou educação, mas, para os membros e funcionários das ONGs, este é apenas o resultado imediato que pode abrir as portas para o trabalho na comunidade. Para muitas ONGs, os interesses e expectativas, a médio e longo prazo, consistem, principalmente, na mudança de atitudes e posicionamentos das comunidades

frente à realidade social. Esta articulação de objetivos, imediatos e a longo prazo, analisada por LANDIM (1993:379), não é tarefa fácil pois diferentes interesses estão em jogo e os resultados são de difícil avaliação.

“Essa mágica de transformar atividades de prestação de serviços pontuais a setores marginalizados da população em ação política sempre se constituiu em questão para os Centros/ONGs (...) ao deslocar a centralidade do objetivo de resultados concretos e imediatos que as fundamente - ao menos, certamente, na expectativa dos grupos beneficiados - essas iniciativas vêm-se às voltas com paradoxos difíceis de resolver.”

Quase 10 anos depois o discurso continua o mesmo e está cada vez mais reforçado como pode ser observado na entrevista com o gerente executivo do IDACO,

“um dos aspectos do IDACO é justamente isso, é ir a campo e levar algum tipo de mensagem diferenciada, uma mensagem com conteúdo, não puramente técnico, se fosse só para fazer o aspeto técnico o IDACO não existiria, nenhuma ONG existiria, mas a mensagem diferenciada é a sua posição ideológica (...) é levar um tipo de participação, no meio rural de forma que as pessoas possam, através de suas idéias e organizações poder influenciar nas decisões de políticas públicas, é o que se espera, não é? É o papel da ONG” (Entrevistas, 2001).

Avaliando os dados de Landim¹⁷, num universo de 145 ONGs filiadas à Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais (ABONG), é possível chegar a algumas considerações quanto à missão, objetivo e atividades das ONGs:

a) Quanto aos objetivos quando citados no discurso

Das ONGs pesquisadas, 70% consideraram que as palavras-chave que definem suas atividades indicam o caminho da assessoria e educação, sendo 41,2% assessoria, 14,7% educação popular, 14,1% educação para a cidadania.

Esta tendência mostra grande afinidade das ONGs para o trabalho de educação, conscientização, organização e fortalecimento das bases comunitárias, com especial ênfase nos trabalhos para o resgate da cidadania nas suas variadas manifestações de caráter político, social ou cultural.

Cidadania e democracia são valores centrais da modernidade e estão presentes nos discursos dos movimentos sociais desde o regime militar. Se, durante o regime militar a maior pressão era pela cidadania política, pelo voto direto, pela pluralidade de partidos e de expressões políticas, agora é pela cidadania social, pela educação, saúde, lazer, segurança.

¹⁷ Obtidos no texto de introdução da obra “ONGs: um perfil - cadastro das filiadas à Associação Brasileira das ONGs (ABONG), publicada em 1996, captado pela Internet em 2000.

LANDIM (2000) chama atenção para a gradual substituição do termo educação popular, muito utilizado nos anos 70 durante a luta pela redemocratização do país e a conquista dos direitos civis e políticos, por educação para a cidadania, que indica a crescente afirmação do “cidadão” como base para a construção e fortalecimento da sociedade civil. Na década de 90 o trabalho de assessoria e educação das ONGs estimulou o indivíduo a exigir o cumprimento de direitos já adquiridos e participar na definição de novos direitos nas áreas social, econômica, trabalhista, cultural, ao mesmo tempo em que crescia a responsabilidade dos cidadãos frente aos aspectos ambientais. Na pesquisa de LANDIM (2000), a palavra cidadania foi referida como principal tema de trabalho em 83,4% das ONGs pesquisadas.

O trabalho das ONGs pela cidadania é realizado simultaneamente em duas frentes: uma local, através de uma grande variedade de projetos junto às comunidades, outra regional, nacional e, até, internacional através dos meios de comunicação de massa, campanhas de denúncia, produção e divulgação de informação escrita. Segundo LANDIM (2000), 64% das ONGs publicam algum tipo de periódico, cartilha ou manual que atende não só o público dos seus projetos, mas também outros setores da população como escolas, órgãos públicos, outras ONGs e movimentos sociais, estando à disposição para consulta, a qualquer pessoa interessada. Quanto ao uso da mídia, 81,4% das ONGs afirmou já ter sido alvo de notícias na imprensa, o que segundo LANDIM (2000:7) *“pode atestar um investimento crescente em visibilidade ou mesmo em relações com a mídia”*.

b) Quanto às atividades das ONGs

As idéias e valores das ONGs transformam-se em ações através de projetos que são elaborados, aprovados, financiados e implementados utilizando uma variada gama de metodologias. Os projetos variam conforme a vocação das ONGs, pessoal e orçamento disponível, localização e aptidão geográfica e interesses e necessidades do público.

Nem sempre a assessoria e a educação são os “atos”, ou objetivos centrais explícitos dos projetos estando, muitas vezes, subjacentes a outros objetivos que funcionam como porta de entrada nas comunidades. Deste modo, projetos de cozinhas comunitárias, implantação de tecnologias agrícolas alternativas, agricultura ecológica, atendimento a vítimas de violência, cursos profissionalizantes, projetos de geração de renda, incentivos a cultivos para complementação de renda na periferia urbana ou no

campo, micro crédito, entre muitos outros projetos, são as atividades diretas e explícitas das ONGs. No entanto, estas atividades somente fazem sentido para elas na medida que *“possam contribuir para a promoção de valores e resultados como a construção da sociedade civil, a democratização, a promoção da cidadania e, cada vez mais, a interpelação do estado no nível das políticas públicas”* (LANDIM, 2000:8).

Embora a cidadania esteja quase sempre em destaque no discurso, o que sobressai durante a avaliação dos projetos são os indicadores quantitativos como renda, produção, mudas plantadas, livros distribuídos, toneladas comercializadas ou industrializadas, entre muitos outros e através dos quais se mede o sucesso ou não do projeto e muitas vezes a sua continuação ou cancelamento. Esta distância entre o discurso e a prática tem, muitas vezes, subestimado os resultados na avaliação das atividades das ONGs que, nem sempre colocam em seus relatórios aspectos qualitativos obtidos pelos projetos.

Atuando num variado leque de atividades e público mas tendo certa homogeneidade discursiva quanto ao objetivo geral, as ONGs podem ser classificadas e agrupadas sob diversas matrizes. Ao delimitar as orientações ideológicas das ONGs na trajetória Latino Americana, SCHERER-WARREN (1995) identificou quatro matrizes:

- 1) Neomarxista - presente durante o início dos serviços de assessoria popular nos anos 60 mas, atualmente, praticamente não existem. Dava às ONGs a função de facilitadora no processo de lutas de classe e na tomada de poder do Estado para uma transformação social/histórica. Nesta corrente ideológica, as ONGs não possuem destaque como sujeito ativo, cabendo este papel aos sindicatos ou aos partidos.
- 2) Neo-anarquista - concebe a transformação social a partir do reconhecimento da multiplicidade cultural e necessidades específicas dependendo das opressões sofridas por cada grupo. As mudanças dão-se na base, nas relações do cotidiano, na desalienação, rejeitando, sempre que possível, a negociação com a política institucional. Nesta corrente as ONGs são sujeito ativo e seus membros são, muitas vezes, parte dos próprios grupos de base. Mais frequentes nos anos 60 e 70 foram representativos desta corrente os grupos feministas radicais e os ecologistas das comunidades alternativas.
- 3) Teologia da Libertação - reelabora o conceito “classe dominada” da teoria marxista por “povo oprimido” e busca a mudança social por meio da

solidariedade, espírito comunitário e princípios éticos. O papel das ONGs, passa a ser o de estimular e coordenar a reflexão sobre o saber e as realidades locais no processo de conscientização que possibilitará o surgimento de uma sociedade livre de opressão. A transformação passa a ser mais interior do que exterior a as políticas institucionais não são o centro das reflexões.

4) Articulista - que é a tendência mais recente e que parte de uma nova abordagem da totalidade

“onde as esferas privilegiadas para a análise serão o Estado, o mercado e a sociedade civil. Prevê que a expansão da democracia dar-se-á a partir da organização da sociedade civil, que poderá ocorrer nas múltiplas esferas do social - comunitário, gênero, étnica, ética, etc.” (SCHERER-WARREN, 1995:169).

A diminuição do poder de intervenção do Estado requerer uma sociedade mais preparada para assumir novas funções e para isso a educação para a cidadania é fundamental. A sociedade civil passa a articular-se em redes horizontais para troca de idéias e experiências tanto no âmbito local como internacional para a busca de soluções de interesses comuns. O papel das ONGs passa a ser o de sujeito ativo na mediação entre movimentos sociais específicos e os diferentes atores políticos e econômicos.

A autora chama atenção para o fato de que *“pensamento concreto dos atores das ONGs e suas práticas discursivas e comportamentais, mesclam, na maioria das vezes, elementos de mais de uma matriz, mesmo quando causadoras de ambigüidades”* (SCHERER-WARREN, 1995:167), e que a diversidade de orientações valorativas no interior das ONGs acaba por mesclar valores antigos e princípios renovadores.

Para SCHERER-WARREN (1995), apesar da diferença nas matrizes ideológicas, todas as ONGs compartilham do ideal de uma sociedade futura diferente da atual, onde a sociedade civil terá força de intervenção e mudança social. Elas trabalham para *“a realização de uma utopia social baseada nos princípios de igualdade, da democracia, da liberdade e agora também do respeito à natureza”* (idem, 1995:174). Nesta nova sociedade a ser construída a participação dos sujeitos, livres e conscientes, é muito importante e, por isso, as ONGs, mesmo com projetos e metodologias diferentes, trabalham com tanta intensidade nos processos de educação e conscientização, ou noutra palavra, na cidadania.

Neste ponto é importante retomar o aspeto ligado à duplicidade de valores no Brasil e expor o que alguns autores pensam sobre a cidadania. PRESSBURGER (1996)¹⁸, afirma que a cidadania é, no Brasil, um assunto que ainda interessa a muito pouca gente pois, nosso passado colonial e escravocrata, diferente do passado anglo-saxão dos imigrantes estadunidenses, nunca deu ênfase aos direitos e igualdade dos cidadãos. Para este autor, a mentalidade escravocrata e hierarquizante ainda está muito presente no pensamento do povo brasileiro e da elite brasileira. O povo sonha com posições hierárquicas mais altas e muitas vezes, realizam este sonho através do carnaval: *“As fantasias de princesa que povoam as escolas de samba são o retrato presente da mentalidade escravocrata ainda cultuado na figura monárquica”* (PRESSBURGER, 1996:97). Por outro lado, a elite continua a querer usufruir de privilégios que a igualdade já não lhe confere.

“Ainda agora, na passagem do século XX para o século XXI, vive-se num país onde um coronel pode apanhar um telefone e ridicularizar o banco Central em razão de um banco de seu estado ter sofrido uma intervenção” (idem, 1996:97).

A própria constituição e manutenção de Organizações Não Governamentais torna-se difícil pela falta de hábito que o povo brasileiro tem de apoiar ou realizar associações voluntárias horizontais, onde os membros têm os mesmos direitos e lutam por interesses comuns a longo prazo. Para (ROSEMBERG, 1996), as ONGs, para além de se terem tornado um local de luta pela cidadania e justiça social são, também, uma nova fonte de empregos para milhares de pessoas, principalmente profissionais da classe média, que antes encontravam emprego no aparelho estatal. O próprio governo está financiando muitas atividades das ONGs como se fosse, quase, uma terceirização, das obrigações do Estado. Segundo LANDIM (2000), apenas 2,4% dos recursos das ONGs vem de doações individuais, o restante vem, principalmente, de Agências de Cooperação Não Governamentais, da venda de produtos e serviços das próprias ONG e de Agências de Cooperação Bilateral e Multilateral.

Este novo tipo de emprego acaba sendo responsável, em parte, também, pela disseminação dos valores e interesses destes funcionários que, apesar de afirmarem que utilizam técnicas participativas, acabam, geralmente, tendo a responsabilidade final na definição e elaboração dos projetos e na negociação de seu financiamento.

¹⁸ Thomaz Miguel Pressburger é, também, 1.º secretário do Conselho de Administração do IDACO.

Neste complexo trabalho de articulação entre interesses e idéias, dos funcionários das ONGs, dos financiadores e do público, a flexibilidade tem sido uma marca constante e crescente. As ONGs do tipo *articulista*, entre as quais poder-se-ia enquadrar o IDACO, possuem importante papel nas mudanças de relação entre as ONGs do hemisfério sul, geralmente receptoras dos financiamentos, e as ONGs e entidades financiadoras do hemisfério norte. A similitude no ideal societário das ONGs Latino-Americanas nem sempre foi compartilhado com as instituições do Norte com as quais as ONGs do Sul mantêm uma relação não só de troca de idéias e experiências mas também de dependência financeira. Fruto de um passado diferente, as instituições e ONGs doadoras, geralmente européias, canadenses ou estadunidenses, não vivenciaram processos recentes de autoritarismo, e consideram o desenvolvimento muito mais ligado a aspetos produtivos e econômicos do que à mudança de consciência. O desenvolvimento pretendido pelos doadores seguiu, durante muito tempo, a esteira do desenvolvimento industrial e econômico tradicional dos países desenvolvidos e faziam referência, principalmente, a aspectos quantitativos de produção, de consumo, de renda per capita, etc. O processo de modernização do campo, que teve forte financiamento externo é um exemplo claro desse processo.

A nova articulação e comunicação das redes de ONGs entre si e a maior difusão e rapidez dos problemas locais pelos meios de comunicação estão conseguindo criar uma maior sensibilidade junto aos doadores para as especificidades dos problemas locais que, nem sempre podem ser resolvidos com o simples aumento da produção ou da renda per capita (SCHERER-WARREN, 1995).

Melhorar a qualidade de vida das populações carentes e excluídas através do aumento da renda familiar, melhoria na saúde, acesso à educação, preservação dos recursos naturais, entre outros, são para as ONGs os resultados imediatos esperados junto às comunidades locais. No entanto, estes resultados pouco representam para as ONGs se não houver, também, uma transformação subjetiva, através da consciência dos direitos e deveres sociais, econômicos e políticos, noutra palavra, o exercício da cidadania plena de seu público. Somente deste modo as ONGs esperam poder contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, democrática, participativa e sustentável que é, segundo um dos funcionários do IDACO, o objetivo de qualquer projeto das ONGs, “*qualquer projeto que você pegue e faça a leitura sempre tem uma componente nesse sentido, econômica e uma componente no sentido de participação, da formação*

do cidadão...” (Entrevistas, 2001). Assim, a concepção de desenvolvimento do IDACO será analisada no capítulo 5, à luz das discussões teóricas precedentes.

5. A IDEOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DO IDACO

Como se viu no capítulo anterior, grande parte das ONGs brasileiras têm por objetivo geral trabalhar para a construção de uma sociedade com igualdade de oportunidades sócio-econômicas, em que haja democracia e cidadania plena, e onde as especificidades étnicas e culturais sejam respeitadas. Embora haja uma certa unanimidade quanto ao tipo de sociedade desejada, os meios para alcançar estes objetivos é muito variável e cada ONG trabalha com os instrumentos com os quais acredita poder realizar estas transformações. Diferentes interesses e valores ligados geralmente a um passado de vivência, militância, trabalho ou estudo em área(s) de atuação específica acabam influenciando as concepções de desenvolvimento e as estratégias de atuação das ONGs.

Deste modo, as experiências de vida, interesses pessoais e valores ideológicos dos membros que fundaram o IDACO e dos seus funcionários também se refletem nas ações, na escolha do público e dos parceiros, na metodologia de trabalho e na concepção geral sobre desenvolvimento desta ONG.

Considerando este conjunto de fatores que influenciam ações e concepções, propomo-nos, neste capítulo, a analisar os valores fundamentais que orientam a concepção ideológica de “desenvolvimento” e que estão presentes nos projetos e nas falas dos membros e funcionários do IDACO.

5.1. Os projetos de desenvolvimento

Os projetos são a forma final através da qual as idéias do IDACO, inicialmente discutidas e planejadas, acabam sendo financiadas, implementadas e avaliadas. Os resultados dos projetos são identificados e quantificados através de indicadores preestabelecidos e representam, quase sempre, resultados quantitativos como aumento da produção, da comercialização, de mudas plantadas, de crédito disponibilizado, da renda familiar e indicam mudanças econômicas e materiais mensuráveis. Estes indicadores apontam, no entanto, apenas parte dos resultados esperados. Outros, como a cidadania, a democracia e a força da mobilização social, são difíceis de avaliar, mas constituem os princípios de atuação do IDACO na construção de uma sociedade mais justa e menos excludente, como podemos ver na fala de um de seus funcionários.

“Claro que melhoria de vida passa por aumento de renda sim, mas também tem que haver aumento na participação na sociedade, serem reconhecidos como cidadãos (...) você caminha em duas pernas, a perna mais econômica e uma perna mais ideológica” (Entrevistas, 2001).

Analisando os documentos produzidos e disponibilizados pelo IDACO e as entrevistas realizadas foi possível identificar algumas “linhas filosóficas” que guiam a ideologia de desenvolvimento do IDACO, quais sejam, democracia, cidadania, solidariedade e sustentabilidade e que, juntamente com aspectos econômicos, formam a base sobre a qual o IDACO sustenta a esperança de uma “sociedade mais justa”.

“A gente sempre trabalha com essas grandes linhas filosóficas que é o fortalecimento da democracia, da cidadania, fortalecimento das organizações comunitárias (...) e também a componente econômica, a auto-sustentabilidade (...). Então os projetos trazem embutidos esses conceitos, as atividades são definidas de forma que elas possam suprir, atender estas linhas filosóficas” (Entrevistas, 2001).

A formação técnica agrônoma de parte de seus fundadores e a luta pela democracia, contra o regime militar, formaram, em 1988, a base de trabalho do IDACO. Em termos objetivos, para geração de renda e emprego, e subjetivos para o despertar da força e do poder transformador da cidadania plena.

5.2. Desenvolvimento como forma de alcançar melhores condições de vida e cidadania

A opção de lutar pela reforma agrária e trabalhar em assentamentos rurais veio da experiência de trabalho de vários de seus membros fundadores

que, sendo engenheiros agrônomos participaram de forma direta na realidade rural do estado do Rio de Janeiro. Deste trabalho prático veio a convicção de que a Reforma Agrária é o melhor caminho para impedir o êxodo rural e contribuir para que milhares de famílias das áreas rurais consigam seu sustento, vivam com dignidade, exerçam a cidadania e contribuam para o fortalecimento da democracia.

“O Brasil precisa da reforma agrária para acabar com o desemprego, a pobreza absoluta e adotar um modelo de desenvolvimento verdadeiramente democrático, com cidadania e alimentos para todos” (IDACO, 1994:2).

Deste modo, o acesso à terra, através da reforma agrária, e todos os aspectos técnicos ligados ao incentivo da agricultura familiar como o crédito, a introdução de novas técnicas agropecuárias, o aumento da produção, da comercialização e das receitas são instrumentos através dos quais o IDACO espera que os produtores rurais melhorem sua condições de vida e exerçam a cidadania.

A expressão “melhoria das condições de vida” e “cidadania” passam por diferentes interpretações dentro do IDACO, não havendo uma definição oficial do IDACO mas, sim, diferentes interpretações de seus membros e funcionários. Nas entrevistas, foi possível verificar que “melhorias de condições de vida” representam desde a idéia geral de “felicidade do produtor” até o direito básico à alimentação, o aumento das receitas individuais e coletivas, o acesso a bens de consumo. A cidadania inclui a conscientização da necessidade de organização social, o conhecimento de seus direitos e deveres enquanto cidadão brasileiro, a sua atuação como sujeito de mudança da sua realidade. Estes dois pontos, “cidadania” e “melhoria das condições de vida”, estão, na concepção dos funcionários e nos documentos do IDACO, intimamente articulados.

“O pessoal que está passando fome no campo ou na cidade, a partir de um certo limite, quando a carência é muito grande, perde a capacidade de reagir e se distancia de sua consciência de cidadão” (MOREIRA, s.d.:4).

“Cidadania é a participação política e ter dignidade econômica, ser ouvido e viver num ambiente democrático e ter o mínimo de condições de vida” (Entrevistas, 2001).

Para o IDACO, cidadania significa não só o conhecimento dos direitos e deveres legais de cada cidadão mas também a sua compreensão e execução

“cidadania seria ter conhecimento, saber lidar com os direitos e deveres de uma forma crítica e consciente, de fato poder tomar uma posição, dar opinião e não só executar por executar, seria um pouco isso, ser sujeito, ter consciência do que se passa...” (Entrevistas, 2001).

Analisando documentos e entrevistas realizadas no IDACO nota-se uma tendência generalizada em considerar o público como sendo pouco consciente do seu papel de cidadão, com pouca noção de seus direitos e deveres e por isso não exercem plenamente a cidadania. Esta análise baseia-se nas expressões encontradas em vários documentos e que se referem ao público como sendo: *descamisados, analfabetos, desinformado, descapitalizados, excluídos, desamparados, desassistidos, falta de conhecimentos sobre seus direitos e deveres.*

Estas expressões remetem à idéia de que este público está, nos termos definidos por FIGUEIREDO (1995), numa situação de *mero indivíduo*, espectador passivo submetido a toda forma de dominação e exploração. O IDACO trabalha na perspectiva de modificar esta situação e considera que, somente quando todos exercerem a cidadania, exigindo e garantindo seus direitos políticos, civis, econômicos e sociais será possível alcançar um *“modelo de desenvolvimento sem apartheid econômico e social”* (COORDENADOR-GERAL..., 1998:7). A forma como o IDACO trabalha para modificar esta situação é, segundo as entrevistas, através da educação e da conscientização, pois *“as pessoas só mudam de comportamento ou pela opressão ou pela educação, como a gente não trabalha com a opressão”* (Entrevistas, 2001).

Os funcionários do IDACO consideram que em todos os seus projetos está implícito o trabalho de educação, de conscientização, através de palestras, cursos, debates, seminários para que este público fique sabendo que tem direitos como o acesso à terra, ao trabalho, à alimentação, ao emprego, ao crédito, ao voto livre e que quando conseguem isso não é porque alguém lhes fez um favor mas sim porque é seu direito. Do mesmo modo espera que os deveres sejam cumpridos.

“Isso é consciência (...), é mostrar ao agricultor que um PROCERA¹⁹, um PRONAF não é uma ajuda, uma esmola que o governo está dando e sim um direito que ele tem, mostrar que ele tem um mercado para viabilizar a produção dele, que esse mercado não é um favor do governo estadual ou federal, mostrar para ele que nada do que o governo ou nós mesmos estamos levando para ele é de graça, e que ele tem um ônus que são os impostos, quer dizer, mostrar que ele tem direitos e deveres” (Entrevistas, 2001).

O trabalho de educação pela cidadania e igualdade de direitos é feito porque o IDACO acredita que alguns valores tradicionais que estão presentes na comunidade dificultam o exercício da igualdade e, por isso, devem ser alterados.

¹⁹ Programa de crédito especial para a Reforma Agrária, substituído pelo PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar).

“Não é que tudo que é tradicional é ruim, precisa ser mudado, não é isso, mas são valores que de uma forma prejudicam a participação de todos de forma igual, com os mesmos direitos, com o mesmo acesso, que pode ser observado tanto na questão do gênero como na questão do jovem e mais velhos (...) Esses são valores cristalizados mas que precisam ser mudados” (Entrevistas, 2001).

O surgimento de novos valores, típico da flexibilidade moderna promove, nos técnicos do IDACO, o desejo de substituir ou modificar valores que até pouco tempo eram gerais na sociedade. Assim, um dos objetivos do IDACO é promover a igualdade de participação de homens e mulheres, jovens e velhos para que todos possam decidir sobre seus próprios destinos. Nos indicadores, recentemente elaborados, esta participação igualitária consta como uma das formas para avaliar o campo da “participação social e política” (IDACO, 2000c:12).

Os técnicos do IDACO atribuem a falta de cidadania muito mais à desinformação, à falta de conhecimento do que a uma estrutura de relações onde a igualdade não é valor central e onde as pessoas estão expostas de forma desigual perante as responsabilidades. Quando perguntados sobre os motivos da falta de cidadania, a hierarquia e as relações pessoais não foram citadas como determinantes, no entanto, a falta de informação e conhecimento dos seus direitos foi consenso geral.

A hierarquia é interpretada pelos técnicos do IDACO como algo que remete ao totalitarismo, ditadura, principalmente por parte dos dirigentes das organizações locais e que, portanto deve ser rejeitada.

“Tem liderança que a gente não considera liderança, considera ditador (...) não tem muito uma hierarquia (...) Isso depende da pessoa, não precisa ser liderança mas que seja mais espertinha essa pessoa se torna liderança e se torna ditador” (Entrevistas, 2001).

O IDACO considera que quanto mais pessoas informadas, esclarecidas houver no assentamento menor serão as chances de algum “espertinho” se tornar ditador, daí a necessidade do trabalho de educação.

Fazendo referência ao poder local o IDACO acredita que este seja o local certo para o trabalho de educação e transformação pois *“a atual cultura faz do poder local, em grande parte das vezes, uma fonte de mecanismos ditatoriais, autoritários e clientelistas”* (GUERREIRO, 2000:3). Mais uma vez acredita que educando seu público poder-se-á evitar a sujeição à ditadura ou ao paternalismo, tornando-se agente de seu próprio destino.

Na educação para exercício da igualdade de direitos pouca referência é feita às relações familiares e pessoais, exceção encontrada apenas no projeto de educação do

Programa da Comunidade Solidária, em que os valores das relações familiares, a participação e a auto estima dos jovens são discutidos.

Para um dos fundadores do IDACO, que não tem atuação no dia-a-dia organizacional e executivo da ONG, é importante refletir sobre a idéia geral de que “*trabalhando todos poderemos ser Sílvia Santos*”, um homem de sucesso financeiro e prestígio nacional. Na realidade estas oportunidades não são tão iguais e o fato de haver poucos “Sílvia Santos” ou “Romários” deve ser debatida com mais seriedade procurando o conjunto das causas destas diferenças, não só as econômicas. Para o entrevistado, mesmo que as leis igualitárias existam no papel, a dificuldade ou facilidade de acesso a estes direitos, as capacidades e interesses individuais, as influências e as redes sociais são fatores determinantes no “sucesso” individual. Para o entrevistado, a rede de relações pessoais pode, ainda, ter muita influência na ascensão sócio-econômica do cidadão brasileiro.

5.3. Desenvolvimento como solidariedade

Para alcançar melhores condições de vida e a cidadania o IDACO espera que o público lute, principalmente, através de organizações sociais, formais ou informais e “*tome consciência da sua força e do seu poder e de que, organizados conseguem muitas mudanças políticas e econômicas*” (Entrevistas, 2001).

As formas de organização estimuladas pelo IDACO como associações, cooperativas e sindicatos pressupõem a união das pessoas em torno de objetivos comuns que resultem em benefícios práticos como o aumento da produção, melhoria na comercialização, aumento das receitas, obtenção de crédito, entre outros. Na opinião do IDACO, ao participar destas organizações os associados desfrutam da igualdade de direitos e deveres que este tipo de organização proporciona, exercendo, assim, a cidadania no âmbito local.

Trabalhar com as organizações locais não é só uma estratégia ideológica, na qual o IDACO acredita desde a sua fundação, é também uma estratégia de cunho prático, pois a ONG não possui capacidade humana e financeira para trabalhar de forma mais individualizada. Neste sentido, o IDACO valoriza muito o trabalho com as lideranças e os produtores multiplicadores²⁰. Nas comunidades, o IDACO trabalha com

²⁰ Produtores em cujas terras são montadas unidades demonstrativas que servirão de exemplo para os demais produtores.

as lideranças eleitas democraticamente porque “*se há uma liderança no meio que é eleita, você tem que de certa forma legitimar essa liderança*” (Entrevistas, 2001), mas valoriza, também, a liderança não formal. Segundo os técnicos do IDACO, as lideranças não formais são pessoas facilmente identificadas na comunidade, “*isso é muito fácil, você chega numa comunidade você consegue perceber as pessoas que estão se sobressaindo, conseguem viabilizar atividades na comunidade, isso é muito fácil de identificar*” (Entrevistas, 2001). As lideranças não formais conseguem este “estatuto” pelo respeito, credibilidade, confiança que estabelecem com os demais membros da comunidade que muitas vezes nem sequer participam das organizações formais.

“A gente tem muitas lideranças informais que não estão dispostos a assumir cargos de direção nas suas associações e nas cooperativas, não querem, dá muito trabalho, briga com todo mundo, ninguém entende...porque as pessoas também não entendem qual é o papel de uma diretoria e dizem: nós elegemos um presidente, agora ele que cuide de nossos problemas (...). É muito fácil descarregar a responsabilidade nas costas dos outros. Muitas lideranças até interessantes no meio rural estão evitando se candidatar, mas são lideranças, são reconhecidas e a gente trabalha com essas pessoas também” (Entrevistas, 2001).

Também os produtores multiplicadores²¹ têm papel de liderança e são fundamentais ao trabalho do IDACO pois “*servem de exemplo, muita gente fica indecisa e espera para ver qual é a atitude do líder, então se seu líder adotar alguma coisa essas pessoas adotam também*” (grifo meu) (Entrevistas, 2001). Estes multiplicadores geralmente são valorizados em função de possuírem determinadas características.

“O IDACO valoriza os agricultores que sejam aceitos e reconhecidos como membros das comunidades, que tenham participação na vida social e comunitária, que desempenhem papéis na estrutura formal das organizações comunitárias ou em colaboração informal com as mesmas, que residam com suas famílias nas comunidades rurais, que tenham grande número de filhos, que sejam receptivos às inovações propostas pelos técnicos e possuam liderança junto à população” (IDACO, 2000b:12).

Para o IDACO estes critérios “*apontam para a consolidação da cidadania, da autogestão e da autossustentabilidade do processo*” (IDACO, 2000b:12), sem, no entanto, especificar melhor esta interpretação.

Analisando o discurso e os documentos do IDACO verifica-se que na busca da cidadania plena, o IDACO valoriza não apenas a liderança eleita democraticamente, o que só é possível através do voto individual e do exercício da moderna cidadania, mas também os líderes informais e que, possuindo prestígio e respeito na comunidade, estão inseridos no mundo relacional da tradição. Ao interpretar DAMATTA (1990:193),

²¹ Produtores que são escolhidos pelo IDACO para serem disseminadores de novas técnicas agropecuárias, e em cujas propriedades são montadas unidades demonstrativas dessas técnicas.

verifica-se que a honra e o respeito servem entre outras coisas para estabelecer “prestígio e autoridade entre pessoas e famílias, fazendo desaparecer a igualdade”, daí essas pessoas, os líderes informais, se destacarem sem serem eleitas, sem dirigirem nenhuma associação formal e serem seguidas por parte da comunidade, voluntariamente, como exemplo.

As relações pessoais, a amizade e a confiança presentes e necessárias nas relações tradicionais são, na verdade, utilizados como porta de entrada para o trabalho do IDACO. Assim, para efetuar um trabalho que remete à igualdade e ao individualismo moderno o IDACO utiliza, primeiramente, valores presentes no mundo relacional. Não há, no entanto, nenhuma reflexão explícita por parte dos técnicos do IDACO de que essas relações pessoais possam constituir obstáculo ao trabalho de educação para a cidadania.

Segundo os técnicos do IDACO as comunidades não facilitam uma aproximação se não houver algum tipo de relação pessoal e de confiança, de preferência amizade, entre alguém conhecido na comunidade e os técnicos, consultores ou qualquer pessoa que venha em nome do IDACO,

“Acima de tudo a amizade dos técnicos com a comunidade, a gente tem que conquistar a confiança do agricultor para que ele possa mesmo se abrir, falar dos problemas (...). No momento em que você leva uma pessoa de fora numa reunião eles dizem que a comunidade está indo bem, não tem problemas, não se abrem” (Entrevistas, 2001).

“Toda a relação de parceria começa com uma relação de confiança, antes de mais nada, e uma relação de confiança é uma relação pessoal. Mesmo que venha uma pessoa que eu não conheço mas se ela vem recomendada por outro em quem eu confio, então sempre há uma relação de confiança” (Entrevistas, 2001).

Mas não é só no trabalho com o público que as relações pessoais são importantes. Também na relação com os parceiros, por vezes, as relações pessoais podem influenciar o trabalho.

“A prefeitura de Angra dos Reis é um dos parceiros importantíssimos do IDACO em vista da Prefeitura ter sido administrada pelo PT já há três sucessões municipais, pelo fato do Agostinho ser um quadro do PT, então houve uma certa facilidade” (Entrevistas, 2001).

Juntamente com a valorização e naturalização da necessidade das relações pessoais para o sucesso das atividades, o IDACO considera que a solidariedade, nesse sentido, é fundamental para o desenvolvimento das comunidades.

A solidariedade estimulada pelo IDACO apesar de ter variações na sua interpretação, é, na opinião de seu diretor coordenador, uma solidariedade “pragmática”, que proporcione resultados e benefícios individuais e coletivos, quer material,

econômico ou organizativo: “*Nossa vocação não é estimular a solidariedade religiosa ou fraternal*” (Entrevistas, 2001).

O “mutirão”, como atividade coletiva, é utilizada pelo IDACO para beneficiar a comunidade como um todo e despertar o espírito de solidariedade, pois segundo alguns técnicos do IDACO, “*aqui na região o espírito de solidariedade e de cooperação é muito precário*” (Entrevistas, 2001), que quanto mais próximo à região metropolitana do Rio de Janeiro mais difícil fica a solidariedade entre os assentados e mais individualistas vão ficando as pessoas. Segundo informação colhida em algumas entrevistas, isto se deve, principalmente, ao fato de que os assentados que vivem perto dos centros urbanos têm outras formas de sustento, como emprego ou aposentadoria, e seu interesse pela produção agrícola é secundário. A solidariedade acontece mais quando há interesse em obter um benefício material individual, “*quando há um ganho individual é altamente marcado por uma presença, (...) há uma falta de credibilidade, de solidariedade, de engajamento, e de preocupação pela coletividade*” (Entrevistas, 2001).

Dentro do projeto Chantier, o mutirão torna-se assim um trabalho de esforço conjunto que pode vir a dar resultados que beneficiem parte ou toda a comunidade mas não requer, necessariamente, a existência de relações pessoais, é realizado em ocasiões especiais, não representando uma rotina de cooperação nos assentamentos. Estimula-se, assim, a solidariedade que já existe esporadicamente nos assentamentos

“a colaboração na construção de uma casa, na colheita, no plantio, eles trocam muito esse serviço, isso é muito comum (...) mas é tudo muito pontual e muitas vezes não tem desdobramentos, eles podiam trabalhar também esse sentimento de cooperação em prol mesmo de influenciar seus instrumentos locais de políticas públicas, isso é o que a gente está tentando (Entrevistas, 2001).

O IDACO considera que o trabalho solidário é muito importante para a união do assentamento e para a conquista da cidadania pois se todos trabalham em conjunto, se todos lutam por causas comuns a comunidade inteira sairá ganhando. As agroindústrias, a casa da farinha, as estufas para produção de semente e outras atividades foram construídas em forma de mutirão. No entanto, uma vez construídas, nem todas as instalações foram aproveitadas adequadamente pela comunidade, e o caso da agro indústria de produção de doces caseiros até hoje não conseguiu organizar-se para seu funcionamento e gestão. Sob a coordenação do IDACO, foi fácil juntar pessoas para construir, mas não está sendo fácil reunir pessoas que queiram dividir tarefas, assumir responsabilidades e gerir, de forma igualitária, a indústria. Desse modo as

famílias continuam produzindo em suas casas os doces que poderiam ser industrializados na infra-estrutura já erguida, mesmo que isso traga menor retorno financeiro.

O IDACO ressalta a solidariedade, também, em torno do projeto Chantier que promove a cooperação entre franceses e brasileiros pois *“o projeto não se resume às obras materiais. A demonstração de solidariedade e a integração com a realidade do agricultor brasileiro têm sido os principais responsáveis pelo sucesso do projeto”* (DEZ..., 1997:4). O IDACO espera que esta solidariedade, catalisada anualmente com a vinda dos franceses, continue dentro da comunidade depois de sua partida.

“Há a necessidade de um mínimo de continuidade do processo de cooperação, pois, se quando os franceses forem embora o trabalho não continuar - seja para terminar o produto físico e material do projeto, seja para levar adiante o processo de crescimento/desenvolvimento que o Chantier ajudou a criar ou dinamizar - simplesmente o trabalho se diluirá com muita rapidez, perdendo todo o efeito sinérgico que a passagem do grupo produziu” (IDACO, 1999:19).

Se para os franceses que vêm participar do projeto Chantier o importante é trocar experiências, receber o calor humano das pessoas simples dos assentamentos e promover a integração entre pessoas, mesmo que estas nem falem a mesma língua, para o IDACO o objetivo é que as pessoas se organizem para obter resultados para seu desenvolvimento. Em uma entrevista com um parceiro francês do Chantier, foi possível apreender que o que os franceses admiram neste projeto é que no Brasil, a diferença econômica entre os brasileiros não remete, necessariamente, à segregação social e que pobres e ricos, analfabetos e professores universitários podem relacionar-se de forma calorosa e sem preconceito, o que na França jamais aconteceria: *“Um diretor de uma empresa jamais falaria com a faxineira”* (Entrevistas, 2001). Confronta-se, neste caso, o mundo relacional, que é característico na sociedade brasileira com o mundo individualista dos franceses onde os direitos legais, que estão garantidos a todos, acabaram promovendo restrições às relações pessoais. Para este entrevistado, são estas relações pessoais, a afetividade e a simpatia do povo brasileiro que impedem uma crise social, pois sempre é possível recorrer a um amigo, ou mesmo a um colega de trabalho para ajudar a resolver algum problema.

O IDACO espera que o Chantier e a solidariedade que ele promove, forme a base de uma cidadania que cresça em forma de rede, interligando o local, o regional e o internacional, diminuindo fronteiras, construindo a sociedade do futuro.

“Mesmo sem falarem a mesma língua, brasileiros e franceses se entendem, tornam-se amigos, falando com o coração sobre a imensa vontade de transformação da realidade brasileira e mundial (...). Um forte sentimento de parceria marca, no exercício diário

ações comuns para a melhoria da qualidade de vida e a construção de um amanhã com democracia e justiça social” (IDACO, 1999:14).

Misturando valores da tradição e modernidade o IDACO procura uma sociedade igualitária, com oportunidades econômicas para todos, por meio da “solidariedade orgânica”, mas quer, ao mesmo tempo, preservar os laços afetivos das relações pessoais, tão comuns na sociedade brasileira.

Ao desenvolvimento com cidadania e solidariedade soma-se um outro valor, muito difundido atualmente no campo ambiental mas que o IDACO transfere para o campo social, político e econômico: a sustentabilidade.

5.4. Desenvolvimento e sustentabilidade

Acreditar que a sociedade brasileira deve e pode mudar e que o atual modelo de desenvolvimento é insustentável é tônica central em todos documentos do IDACO. Assim como na grande maioria das ONGs brasileiras, a sustentabilidade procurada pelo IDACO não se restringe ao campo ambiental.

A sustentabilidade ambiental é preocupação do IDACO desde sua fundação em 1988 e, assim como em outros aspectos, acredita que somente educando as pessoas e dando alternativas para que mudem antigos hábitos que degradam o ambiente e, ao mesmo tempo, garantam sua geração de renda, é possível desenvolver atividades ambientalmente sustentáveis.

No entanto, o IDACO não é uma ONG ambientalista e analisando seus documentos verifica-se que a sustentabilidade ambiental faz parte de um trabalho por uma sustentabilidade mais geral que inclui a sustentabilidade econômica e social.

A sustentabilidade propugnada pelo IDACO está relacionada com a luta por mudanças estruturais, por uma sociedade mais justa, contra a exclusão, pela dignidade, contra as desigualdades econômicas e sociais, luta por um modelo de desenvolvimento mais humano, mais justo e sustentável.

“Já na sua origem o IDACO afirmava, em parceria com outras instituições, com absoluta firmeza, que o modelo de desenvolvimento econômico, político e social adotado pela elite brasileira, resultaria inevitavelmente em uma fatura extremamente cara para a população e a sociedade em seu conjunto” (GUERREIRO, 1999:3).

O IDACO acredita que a geração de renda, principalmente através da reforma agrária, possa contribuir para resolver, não só, problemas diretos no campo como a diminuição da fome e melhoria na saúde, mas também diminuir o êxodo rural e a

violência que prejudicam os grandes centros urbanos. Nas áreas urbanas, o IDACO vem desenvolvendo atividades que proporcionam geração de renda e trabalho, no sentido de atingir a sustentabilidade econômica do cidadão brasileiro. Assim, para que mais cidadãos possam desfrutar de sustentabilidade econômica, o IDACO considera fundamental que se modifiquem as regras de economia de mercado que *“se alimenta de desemprego, para que pessoas e empresas continuem concentrando renda, riquezas e terras às custas dos excluídos”* (GUERREIRO, 1996:1).

O IDACO acredita que, ao negar empregos e geração de renda a milhares de pessoas, este modelo econômico não proporciona a igualdade de oportunidade que seria esperado de uma sociedade democrática. Este aspecto é referido por SEN (2000), como sendo a falta de liberdade econômica, liberdade esta, fundamental para o desenvolvimento que deve ser um processo integrado de expansão das liberdades econômicas sociais e políticas. Para o IDACO, a falta de conhecimento do seu público sobre as regras do mercado e a falta de acesso aos instrumentos que permitam competir é um dos fatores que lhe tira esta liberdade econômica, pois os produtores *“carecem de orientações no planejamento da produção e obtenção de informações sobre a estrutura e o funcionamento do mercado”* (IDACO, 1992:6).

O IDACO considera que a falta de liberdade ou oportunidade econômica favorece o aparecimento de outras necessidades como saúde, moradia, alimentação, educação e gera a falta de cidadania. É por isso que, segundo informação colhida em entrevista, a luta do IDACO caminha em duas pernas, a econômica e a ideológica pois não pode haver uma sem a outra, autonomia econômica e autonomia cidadã andam juntas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forte crítica do IDACO aos modelos de desenvolvimento adotados pelo Brasil, nas últimas décadas, fundamenta-se no diagnóstico que faz sobre a sociedade brasileira, utilizando-se de categorias que remetem tanto a aspectos ideológicos como não ideológicos e que podem ser encontrados na maioria de seus projetos desde sua fundação em 1988 até 2000. Assim, seu público é caracterizado como apresentando

“limitado nível de escolaridade, desconhecimento quase absoluto dos direitos e deveres pessoais e das instituições públicas, fraco espírito de cooperação para trabalhos coletivos, pouca participação nos movimentos sociais e baixa capacidade técnica, administrativa, financeira e operacional em relação ao seu negócio e às organizações comunitárias” (IDACO, 2000a:69).

O IDACO acredita que esta situação produz um ciclo vicioso entre pobreza e falta de cidadania que precisa ser rompido (IDACO, 2000a).

Para modificar esta realidade, o IDACO contrapõe as categorias acima identificadas com aquelas que considera necessárias para a transformação da atual realidade social brasileira e que são: aumento da participação, cidadania plena, democracia, igualdade, inclusão social e econômica, confiança e solidariedade, organização comunitária, liderança, crescimento econômico, fraternidade, sustentabilidade.

Para cada aspecto negativo identificado o IDACO contrapõe a situação ideal e, através do conjunto de resultados esperados expressa o tipo de

sociedade que deseja constituir, uma sociedade moderna, constituída de “sujeitos” e não de “meros indivíduos”.

“A sustentabilidade dos projetos sócio-econômicos nas comunidades passa, necessariamente, pela capacidade de as comunidades tornarem-se sujeitos sociais e políticos que disputem o sentido das transformações na sua realidade” (IDACO, 2000c:5).

Os funcionários e membros do IDACO idealizam, para o seu público, o tipo de sociedade que desejam para si mesmo e não fazem referência a aspetos positivos que este publico possa estar vivendo nas suas comunidades, mesmo que as condições materiais, de informação, de educação ou lazer não sejam os mesmo das cidades.

Desejam que os camponeses permaneçam e se sintam felizes no campo mas que desfrutem das condições que o moderno cidadão deveria desfrutar, não só em benefícios materiais, que podem ser adquiridos se houver aumento da renda mas, também, em termos subjetivos, desfrutando da igualdade e da liberdade; o exercício pleno da cidadania. Ao ser questionado sobre a sociedade ideal um dos técnicos afirmou,

“a satisfação do homem do campo, no momento em que ele está realmente satisfeito, não que pense que está satisfeito, mas que esteja realmente satisfeito, e saber que ele não é um operário, um produtor e sim uma importante peça que se move numa sociedade, é saber isso, ele ter uma concepção de cidadania...” (Entrevistas, 2001).

Quando o IDACO dá ênfase, também, a valores materialistas, afirmando que *“o incremento das receitas familiares dos multiplicadores é o argumento mais convincente para a reprodução do modelo proposto junto ao grupo-meta”* (IDACO, 2000b:18) e assim justificar, parcialmente, seus projetos no campo, como forma para alcançar o bem estar das comunidades e garantir a cidadania, está seguindo o tipo de modernidade que já foi alcançado em países da Europa e nos Estados Unidos da América. Segundo ARAÚJO (2000:121),

“a combinação de prosperidade material e Estado de Bem Estar social que perdurou até a década de 80 teria conferido, às gerações socializadas, sentimento de segurança material nunca experimentado na história e a conseqüente disposição a acentuar a importância de valores não materiais.”

Enquanto nos países modernos, onde os cidadãos já alcançaram a estabilidade material, intensifica-se a procura por valores não materiais e a sustentabilidade ambiental, o público do IDACO está, ainda, na fase da busca

da sobrevivência, pela segurança, e bem estar individual, uma vez que este bem estar nunca foi proporcionado de modo pleno e efetivo pelo governo Brasileiro. Diferenças sociais e econômicas abriram-se cada vez mais, impossibilitando uma vida digna a milhões de brasileiros.

Assim sendo, apesar do IDACO manifestar continuamente sua preocupação com a degradação ambiental, especialmente da Mata Atlântica, sua ênfase de trabalho para o desenvolvimento está voltada , em primeiro plano, para aspetos da sustentabilidade econômica do seu público.

Analisando os programas e projetos do IDACO, verifica-se que o caminho proposto para o desenvolvimento, quase sempre, pelo aumento da receita familiar e melhorias de condição de vida, que é avaliado tendo como um dos indicadores o aumento de bens de consumo e a maior inserção no circuito econômico, o que pode sugerir que a cidadania e a participação na democracia somente se dará quando a família tiver boas condições econômicas. Se assim for, o próprio IDACO estaria reforçando um dos aspetos do desenvolvimento que quer abolir, ou seja, que estamos numa sociedade onde o poder econômico determina o prestígio social, a dignidade humana e o acesso aos direitos institucionalizados. Esta posição reforçaria o mundo característico da duplicidade de valores, onde a “igualdade moderna” se mistura à hierarquia da tradição, promovendo o que SOARES (1999:232) chama de *individualismo igualitário hierárquico*, e que funciona, quase sempre, a favor das classes dominantes, ou daqueles que detêm poder econômico.

No entanto, quando questionados sobre o tipo de sociedade que esperam ajudar a construir os funcionários e membros do IDACO, resposta diferente daquela analisada nos documentos e acima descrita. A sociedade por eles idealizada caracterizar-se-ia não pela busca da modernidade atualmente conhecida, constituída de *cidadãos* autônomos e livres movidos pela razão e dependentes das capacidades individuais, uma vez que a lei é igual para todos, e nem a manutenção das regras do mundo relacional característico das sociedades tradicionais. O que estes funcionários e membros procuram não é expresso de forma clara e consciente, mas deixa transparecer uma mistura, um equilíbrio entre cada sistema ou seja, a sociedade ideal deveria estar situada “entre o individualismo extremo e a coletividade como ditando regras. A nova sociedade deve ser regulada pelo homem e pelas relações humanas, a

sociedade deve ser central, não o Estado ou o mercado” (Entrevistas, 2001). Outros consideram que é preciso encontrar, nesta maré de individualismo, um lugar para a solidariedade e a fraternidade, e onde o econômico tenha seu lugar, mas que não seja o fundamental.

Tendo como referência as análises realizadas neste estudo pode-se apresentar algumas considerações importantes:

- IDACO, pelas idéias e projetos colocados em prática no estado do Rio de Janeiro tenta articular o desenvolvimento como sinônimo de aumento de renda com o *desenvolvimento como liberdade*, preconizado por SEN(2000). Entretanto, nessa articulação o IDACO acaba por induzir a sua concepção de desenvolvimento e liberdade, frustrando a possibilidade de as comunidades onde trabalha utilizarem-se de outros valores culturais para estabelecerem seu próprio conceito desenvolvimento;
- Ao difundir suas idéias sem o devido conhecimento dos valores culturais das comunidades, as ONGs e especialmente o IDACO, podem estar cometendo o mesmo erro que tanto criticaram nos anos 80 e 90, e que motivaram seu surgimento, ou seja, podem estar impondo suas idéias como as únicas viáveis para o desenvolvimento e utilizando-se da democracia representativa e a participação como consentimento e não como autonomia. Este aspecto fica evidenciado nas estratégias de financiamento de alguns projetos, que são apresentados às comunidades como forma de melhorar suas vidas.
- Os aspectos “não ideológicos” como o aumento da renda, da produtividade, da produção preconizados pelo IDACO, indicam contradições ideológicas de sua posição frente ao seu público, porque tais aspectos foram muito utilizados pela ideologia dominante capitalista durante a modernização da agricultura brasileira e podem estar induzindo à reprodução do sistema capitalista de produção, o foi muito criticado pelas próprias ONGs.
- A autonomia que o IDACO procura frente aos seus financiadores e parceiros é muito difícil de ser alcançada de forma integral pois a dependência financeira acaba ditando regras gerais que devem ser cumpridas. Assim, embora o IDACO procure sempre parceiros e financiadores cujos objetivos gerais sejam similares aos seus, as exigências deles acabam se refletindo na flexibilidade e perda de autonomia do IDACO.

- Esta mesma perda de autonomia do IDACO frente aos financiadores acaba se reproduzindo em relação ao seu público que recebe os projetos aprovados e financiados. Embora haja participação na identificação das necessidades e interesses do público, não é a este que cabem as decisões finais.
- Como o IDACO foi organizado por membros fundadores que tem sua origem ligada aos movimentos sociais que lutaram pela redemocratização do país, a concepção de desenvolvimento deles está fundamentada, ainda, nas estratégias de mudanças estruturais, consolidação da democracia e cidadania. Estas mudanças exigiriam transformações no âmbito dos valores culturais de seu público, de um mundo de relações personalizadas para relações individualizadas do mundo moderno.
- Ao querer alcançar a modernidade através do progresso econômico e a educação para a cidadania, o IDACO procura mudar as relações hierarquizantes presentes na sociedade brasileira e que envolvem um conjunto de valores que, se forem quebrados, poderão eliminar aspectos positivos da cultura brasileira, como as relações de amizade, afetividade, reciprocidade, e que caracterizam o jeito brasileiro de ser.
- Estes valores hierarquizantes e de fortes relações pessoais estão presentes, inclusive, dentro do IDACO, como pôde ser observado nas entrevistas e no contato direto com os membros e funcionários, e que, portanto, os caracterizaria muito mais como *peessoas* do que como *sujeitos*.
- Pensando em meus próprios valores sobre desenvolvimento, no olhar do IDACO, considero que durante minha atuação profissional em Moçambique, acabei me colocando numa posição paternalista em relação ao público com o qual trabalhei. A diferença cultural tão marcante entre mim e o público, não me possibilitou ignorar a presença dessas diferenças, no entanto havia uma pressão, por parte do financiador internacional, para modificar alguns valores das comunidades que, na opinião deles, atrasavam o desenvolvimento e a igualdade. Olhando agora para trás, considero que atribuí ao público com quem trabalhei as características de *peessoas* e não de *meros indivíduos*, e que não concordando com as transformações subjetivas desejadas pelo financiador trabalhei mais na perspectiva de contribuir para o aumento da produção e da produtividade das comunidades

do que para mudar os valores e caminhar para a autonomia do sujeito. Olhava portanto de forma paternalista para o público que eu considerava como sendo *peçoas pobres* em termos materiais, mas não como *meros indivíduos*. Não posso negar, no entanto, que compreendi que a riqueza material não era o valor principal deste público e que, portanto, acabei impondo alguns dos meus valores como sendo importantes e benéficos para eles também.

Para reflexão final e como porta entreaberta para eventuais estudos futuros fica a seguinte questão: Para o IDACO, que caracterizou seu público como “meros indivíduos”, as melhorias de condições de vida significam

“melhoria do acesso e da posse individual e coletiva de bens e recursos naturais, materiais, simbólicos e de conhecimento que permitam um maior desenvolvimento das potencialidades de cada indivíduo e das comunidades nas quais se inserem e da sociedade no seu conjunto (...) e a sustentabilidade dos meios de vida é uma referência mais importante que o mero incremento em termos de capacidade de consumo” (IDACO, 2000c:5).

Contudo, ao promover o que o IDACO considera ser *desenvolvimento e melhorias nas condições de vida*, será que este procurou saber do seu variado público o tipo de sociedade que quer construir e, em que valores se fundamenta para conseguir a produção e a sustentabilidade dos seus meios de vida?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, T.L.M., NETA, Z.F.L. Reflexões sobre a prática do desenvolvimento sustentável. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 37-48, 1996.
- ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentado. In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998. p. 33-55.
- ALVES, H.P.F. Desenvolvimento sustentável e capacidade de suporte. **Textos Didáticos**, Campinas, n. 23, p. 91-120, 1996.
- ARAÚJO, C.E.P. Entre o holismo e o individualismo: tipos morais e cultura política no Brasil. In: ARAÚJO, C.E.P. et al. (Org.). **Política e valores**. Brasília: UnB, 2000. p. 117-167.
- ARMANI, D. **Breve mapa do contexto das ONGs brasileiras**. [25 maio 2000]. (<http://www.abong.org.br/artigos/landim.htm>).
- BENDIX, R. **Construção nacional e cidadania**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BOSCHI, R.R. **A arte da associação: política de base e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.
- BUARQUE, S.C. Desenvolvimento sustentável: conceitos e desafios. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 5-15, 1996.
- CARDOSO, R. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, E. (Org.). **3.º setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 7-12.

- COMUNIDADE SOLIDÁRIA. **O que é a lei n.º 9.790**. s.n.t.
- COORDENADOR-GERAL do IDACO é eleito presidente do Clube de Engenharia. **Idaco**, Rio de Janeiro, n. 10, 1998.
- CUNHA, C. Desenvolvimento sustentável: releituras. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 34-36, 1996.
- DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.
- DEZ anos de intercâmbio França-Brasil. **Idaco**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 4, ago. 1997.
- DUMONT, L. **O individualismo: uma antropologia da idéia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- DUMONT, L. **Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações**. São Paulo: EDUSP, 1992.
- DUMONT, L. **German ideology: from France to German and back**. Chicago: University of Chicago, 1994.
- DUMONT, L. **Homo aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica**. Bauru: EDUSC, 2000.
- EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v. 1 - Uma história dos costumes.
- FERGUSON, J. **The anti-politics machine: “development”, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho**. Minneapolis: University of Minnesota, 1997.
- FERNANDES, R.C. O que é terceiro setor? In: IOSCHPE, E. (Org.). **3.º setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 24-33.
- FIGUEIREDO, L.C. **Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos**. São Paulo: Escuta, 1995.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991.
- GIDDENS, A., PIERSON, C. **Conversas com Antony Giddens: o sentido da modernidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- GOHN, M.G. **Os sem-terra, ONG’s e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social? In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a**

- agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável** 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998. p. 106-127.
- GUERREIRO, A. Por um modelo mais humano. **Idaco**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 1, jun. 1996.
- GUERREIRO, A. História do Idaco é marcada pelo investimento em trabalho, emprego e renda. **Idaco**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 3, maio 1999.
- GUERREIRO, A. O poder local e as eleições municipais. **Idaco**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3, out. 2000.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO COMUNITÁRIA - IDACO. **Ata da fundação do Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária**. Rio de Janeiro, 1988.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO COMUNITÁRIA - IDACO. **Programa de atividades 1991-1994**. Rio de Janeiro, 1991.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO COMUNITÁRIA - IDACO. **Projeto de apoio à comercialização dos pequenos produtores no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1992.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO COMUNITÁRIA - IDACO. **1988/1993 cinco anos de história; a luta por mudanças estruturais no dia-a-dia da realidade brasileira**. Rio de Janeiro: EspalhaFATO Comunicação, 1994.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO COMUNITÁRIA - IDACO. **Chantier; França e Brasil plantam solidariedade**. Rio de Janeiro: EspalhaFATO Comunicação, 1999.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO COMUNITÁRIA - IDACO. **Projeto trienal de apoio à comercialização da produção agrícola familiar no Estado do Rio de Janeiro, 2001-2003**. Rio de Janeiro, 2000a.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO COMUNITÁRIA - IDACO. **Projeto trienal para o desenvolvimento de comunidades rurais no estado do Rio de Janeiro, 2000-2002**. Rio de Janeiro, 2000b.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO COMUNITÁRIA - IDACO. **Sistema de indicadores para acompanhamento e avaliação**. Rio de Janeiro, 2000c. (Documento preliminar).
- KAIMOWITZ, D. O avanço da agricultura sustentável na América Latina. In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável** 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998. p. 56-71.

- KISIL, M. Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária. In: IOSCHPE, E. (Org.). **3.º setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 131-155.
- LANDIM, L.A. **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. 398 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.
- LANDIM, L.A. **Notas para um perfil das ONGs**. [25 maio 2000]. (<http://www.abong.org.br/artigos/landim.htm>).
- LOWY, M. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1985.
- MARX, K., ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MASERA, O., ALTIERI, M.A. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 1987. p. 72-105.
- MEDEIROS, L.S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MENESCAL, A.K. História e gênese das organizações não governamentais. In: GONÇALVES, H.S. (Org.). **Organizações não governamentais: solução ou problema?** São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 21-38.
- MOREIRA, F. Os dois lados da moeda. **Idaco**, Rio de Janeiro, p. 4, s.d.
- OFFE, C. O novo poder. **Revista Tempo**, Maputo, n. 1400, p. 34-37, 1998.
- PRESSBURGER, T.M. ONGs e cidadania In: GONÇALVES, H.S. (Org.). **Organizações não governamentais: solução ou problema?** São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 93-101.
- RIBEIRO, G.L. **Cultura e política no mundo contemporâneo**. Brasília: UnB, 2000. p. 131-169.
- RODRIGUES, L.M. **Partidos e sindicatos; escritos de sociologia política**. São Paulo: Ática, 1990. p. 46-76.
- ROSEMBERG, F. Sociedade civil como parceria do Estado na prestação de serviços. In: GONÇALVES, H.S. (Org.). **Organizações não governamentais: solução ou problema?** São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 103-110.
- SADER, E. **Quando novos atores entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- SCHERER-WARREN, I. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In: VIOLA, E.D. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 161-180.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, P.P. Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 16-25, 1996.
- SOARES, L.E. A duplicidade da cultura brasileira. In: SOUZA, J. (Org.). **O malandro e o protestante: a tese Weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília: UnB, 1999.
- SOGGE, D. O sector civil. In: SOGGE, D. (Ed.). **Perspectivas sobre a ajuda e o sector civil em Moçambique**. Amsterdam: GOM, 1997.
- SOUZA, J. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. In: SOUZA, J. (Org.). **O malandro e o protestante: a tese Weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília: UnB, 1999.
- THIAN, M.L. The role of African NGOs in Africa's sustainable development. In: **Voices from Africa: sustainable development**. Genève: NGLS, 1996. v. 6, p. 23-26.
- THOMPSON, A.A. Do compromisso à eficiência: os caminhos do terceiro setor na América Latina. In: IOSCHPE, E.B. (Org.). **3.º setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 41- 48.
- TILLY, C. **Big structures, large processes, huge comparisons**. New York: Russel Stage Foundation, 1984.
- TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- VEIGA, J.E. A transição agroambiental nos Estados Unidos. In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998. p. 128-148.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE PERGUNTAS DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

1. Sobre a instituição

Quanto à organização institucional

- Por que você começou a trabalhar no Idaco? Você já conhecia a proposta de trabalho do Idaco?
- Conte a história do Idaco na sua percepção.
- Os funcionários participam nas decisões do Idaco? Qual o nível desta participação e qual é a metodologia utilizada pelo Idaco?
- Como o Idaco identifica os financiadores e colaboradores?
- Quais os critérios para o estabelecimento de cooperação?
- Existem contratos formais entre as entidades?
- Como vocês identificam o comprometimento das agências financiadoras frente à concepção de desenvolvimento?
- Tem havido dificuldade em encontrar financiadores para os projetos que o Idaco pretende implementar? Por quê?
- Que tipo de independência e autonomia o Idaco procura manter frente aos parceiros, Estado e movimentos sociais?
- O Idaco tem conseguido manter esta autonomia?
- Você acha que o Idaco tem passado por fases distintas de organização interna, público, projetos? Por quê?

- Na sua opinião quais foram os motivos que levaram o Idaco, em 1990, a ampliar o leque de atividades, perpassando os aspetos sindicais?
- Por que o Idaco está realizando uma consultoria para reavaliação dos indicadores de acompanhamento e avaliação?
- Por que esta consultoria está sendo feita por agentes externos?
- Algum funcionário atual do Idaco é também membro, por quê?

Quanto aos objetivos gerais

- Nos seus documentos, o Idaco faz muita referência à consciência do seu público alvo, isto significa que é necessário mudar idéias e atitudes?
- Que tipo de mudanças são priorizadas?
- Quem e como é identificada a necessidade de mudança?
- Qual é a definição de cidadania e exclusão social?
- Quais são os critérios adotados pelo Idaco para incluir ou excluir o público nestas categorias?
- O que o Idaco quer dizer com democracia e desenvolvimento numa perspectiva socialista?
- Que critérios são utilizados para definir e avaliar *melhores condições de vida*?
- Que critérios são necessários para se possuir consciência política e democrática?

2. Sobre o público do Idaco

- É possível caracterizar o público em apenas algumas categorias? Há semelhanças básicas entre os assentados assistidos pelo Idaco? Quais (existe ou não semelhança)?
- Como vocês definiriam a situação sócio-econômica-cultural dos produtores dos assentamentos?. Houve transformações nesta situação durante o período de trabalho do Idaco? Qual e por quê?
- Os produtores rurais são protegidos por ou tutelados por alguma instituição?
- Vocês consideram que existe paternalismo em relação aos produtores por parte da EMATER, prefeitura, MST, Idaco ou alguma outra instituição governamental ou não?
- Quais as características necessárias para que uma pessoa seja considerada liderança pelo Idaco?

- Com que tipo de lideranças o Idaco tem trabalhado com mais frequência, dentro e fora dos assentamentos?
- As lideranças com as quais o Idaco trabalha são sempre as lideranças formais dos assentamentos? Por quê?
- Qual é a função das lideranças nos assentamentos e qual tem sido a relação destes com a restante comunidade e com os técnicos do Idaco?
- Quais os critérios utilizados para identificar os produtores modelo e por quê?
- Idaco fala muito em processos de participação. Neste contexto quem participa nas discussões sobre os projetos do Idaco nos assentamentos? Como são realizadas estas discussões?
- Idaco utiliza alguma metodologia específica no trabalho com o público? Qual? Como é utilizada?
- Os documentos do Idaco fazem muita referência à cidadania, participação, solidariedade, fraternidade, crescimento econômico, bem estar... Qual é a situação idealizada pelo Idaco para o seu público?
- Nos assentamentos existem normas que regem as relações de cooperação entre os produtores, quer nos aspectos pessoais como de trabalho?
- Estas normas são formais ou informais?
- De que modo os assentados tomam conhecimento destas normas?
- Em relação às organizações comunitárias, o que o Idaco considera ser participação?
- Quais as razões que levam os produtores e suas famílias a participar ou não?
- Qual é a forma de trabalho preferida pelos produtores (só com a família, com os amigos ou parentes, em outras formas comunitárias? Por quê?
- Qual é a importância da documentação escrita (jornal, manuais...) para o bom andamento dos projetos do Idaco e porquê? Os assentados realmente utilizam a informação escrita divulgada pelo Idaco? Como esta informação é repassada para as pessoas analfabetas?

3. Sobre os projetos

- Como são identificados os projetos a serem realizados pelo Idaco?
- Como e quem participa na definição dos projetos que irão ser submetidos a financiamento?
- Que tipos de projetos têm conseguido alcançar melhores resultados para alcançar as mudanças estruturais pretendidas pelo Idaco? Por quê?

- Parece que o Idaco dá grande importância da produção agrícola voltada para o mercado, por quê?

APÊNDICE B

Tabela 1B - Projetos* do IDACO

Projeto/Ano	Subprojetos	Objetivo geral	Parcerias
Capacitação profissional de jovens (1999)	Avicultura caipira	Capacitar jovens e adolescentes assentados, em avicultura caipira, possibilitando a adequação de tecnologias à realidade, proporcionando melhorias na qualidade de vida mediante comercialização da produção.	Comunidade solidária e prefeituras locais
	Viveiricultura	Capacitar jovens e adolescentes em viveiricultura, possibilitando a adequação de tecnologia à realidade, proporcionando melhorias de qualidade de vida mediante comercialização e consumo da produção.	
Desenvolvimento de comunidades rurais no Estado do Rio de Janeiro (1999-2001)	Diversificação de cultivos da propriedade familiar (39)	Diminuir os efeitos da falta de uma política pública que planeje a médio e longo prazo a produção agrícola. Apoiar o agricultor na escolha da produção que garanta melhor retorno econômico.	NOVIB, EMATER, prefeituras, MST e FETAG, Universidade Federal do Rio de Janeiro
	Insumos agropecuários na produção familiar	Quebrar a inércia tecnológica e recuperar a fertilidade dos solos.	
	Incentivo à infra-estrutura comunitária (40)	Intervir de forma a apoiar: – Infra-estrutura de produção e comercialização. – Infra-estrutura de apoio à conservação do solo e da água.	
	Fortalecimento das estruturas de organização comunitária (40-41)	Promoção de uma ampla e abrangente série de capacitações técnicas esclarecedoras dos papéis e funções dos diretores executivos das organizações comunitárias incluindo as mulheres.	
	Comunicação	Repassar informação técnica para o público, divulgar resultados para os demais parceiros.	

Tabela 1B, Cont.

Projeto/Ano	Subprojetos	Objetivo geral	Parcerias
Desenvolvimento de comunidades rurais no Estado do Rio de Janeiro 2000-2001(43)		<ul style="list-style-type: none"> - Quebrar a inércia produtiva em que se encontram 1166 famílias, que tem sofrido as conseqüências de uma baixa fertilidade do solo, chegando até a perder suas terras e engrossando o cordão dos excluídos sociais. - O projeto pretende ser um instrumento de transformação do meio físico e social de parte da realidade constatada no campo fluminense. <p>Espera-se que através do projeto ocorra um aumento sustentado de hortaliças e será beneficiada a ampliação do processo de participação feminina nas respectivas associações de produtores. (53)</p>	Agro Ação Alemã
Apoio à comercialização da produção agrícola familiar no Estado do Rio de Janeiro (2001-2003)		<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da produção agrícola anual, individual e coletiva - Promoção do equilíbrio ambiental nas comunidades - Crescimento da renda média - Participação organizada das mulheres nas estruturas locais de organização comunitária - Aumento da participação dos agricultores nas estruturas de organização local - Melhoria na qualidade de vida familiar e comunitária - Redução no nível de dependência de recursos financeiros - Diminuição do êxodo rural - Fortalecimento do modelo de produção ambientalmente sustentável 	NOVIB, Prefeituras locais, Associações e cooperativas de produtores, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Projeto de apoio à comercialização dos pequenos produtores no Estado do Rio de Janeiro (1991-1994)		<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar as organizações dos pequenos produtores nas suas experiências de comercialização, que já se encontram em curso, e gerar novas alternativas (98) 	
Evento internacional sobre trabalho infantil na agricultura brasileira: Fotos, vídeos e mesas redondas		<p>Analisar em profundidade os diversos aspetos relacionados à infância no campo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aproximar a opinião pública urbana dessa problemática. 	
Apoio aos pequenos produtores rurais do interior do RJ (1991-1994)		Apoiar e assessorar a busca de uma melhor qualidade de vida e de trabalho dos produtores e suas famílias; fortalecer a organização; suas iniciativas; alianças; independência; através de reflexão crítica que lhes dêem condições efetivas de participação, autogestão e conquista da cidadania.	
Chantier		Realizar intercâmbio técnico, cultural entre franceses e brasileiros e, através de ações solidariedade, realizar atividades concretas de construção de infra-estruturas nos assentamentos rurais e áreas urbanas.	Instituto Beville; Prefeituras e organizações comunitárias locais.
Jornal do Idaco (1992-1999) e material técnico informativo		Divulgar informações sobre atividades desenvolvidas pelo IDACO, discutir e divulgar assuntos de interesse nas áreas de intervenção do IDACO. Instrumentalizar os produtores com informações técnicas de seu interesse para o aumento da produção, eficiência da gestão e transporte, proteção do meio ambiente entre outros assuntos.	

* Informações colhidas em diversos relatórios e propostas de projetos.

APÊNDICE C

RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS E MEMBROS DO IDACO, ENTREVISTADOS DURANTE A REALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO, EM JANEIRO E JULHO DE 2001

1. CARMEM OLIVEIRA FRADE

Formada em Economia Doméstica, Mestrado em Sociedade e Agricultura pelo CPDA-UFRRJ. Responsável pelo setor de capacitação. Iniciou seu trabalho no IDACO em 1996.

Entrevista realizada no dia 4 de janeiro 2001. A entrevistada, inicialmente, não conhecia o trabalho do IDACO. Em 1996, tomou conhecimento, através da Universidade, da existência de uma vaga para trabalhar com ONG e candidatou-se. A vaga era para trabalhar em comunidades urbanas e a entrevistada disse ter sempre tido vontade de trabalhar com comunidades carentes e poder apoiar, acompanhar atividades de organização, estruturação e administração de organizações locais da comunidade, para que elas fossem auto sustentáveis e trouxessem benefícios às comunidades. Assim iniciou suas atividades e atualmente coordena toda as atividades de formação e treinamento do público-alvo.

2. CLÁUDIA COLARES

Estudante do 8.º período em Comunicação Social. Responsável pelo setor de comunicação. Iniciou seu trabalho no IDACO em março de 2000.

Entrevista realizada no dia 4 de janeiro de 2001. A entrevista não foi gravada. Começou a trabalhar no IDACO porque estava procurando um estágio e porque o IDACO tem o perfil que se adequava à ideologia do PT, seu partido. Sempre trabalhou em atividades comunitárias, ajudava nos trabalhos da igreja e queria continuar sua atividade profissional num lugar que tivesse a oportunidade de ter um trabalho participativo e direto na comunidade.

3. FLAVIANO LEAL DE SOUZA

Técnico Agrícola e estudante de Biologia. Integrante da equipe técnica do setor de desenvolvimento rural do Idaco. Iniciou seu trabalho no IDACO em 1994 e demitiu-se no início de fevereiro de 2001 para ser o responsável pelo setor de produção de leite de três fazendas do grupo GERDAU.

Entrevista realizada no dia 5 de janeiro de 2001. Filho de proprietário rural e líder de uma associação local, conheceu o trabalho do IDACO através da atuação de seus técnicos. na região em que morava. Em 1994, por exigência curricular da Escola Agrícola que freqüentava, realizou estágio no IDACO. O período dedicado aos trabalhos no IDACO foram se intensivando em 1995 e 1996 até que, em 1997, foi efetivado na equipe técnica.

4. MARCOS MOISÉS

Responsável pelo projeto de micro crédito urbano. Iniciou seu trabalho no IDACO em março de 1999.

Entrevista realizada no dia 5 de janeiro de 2001. Conheceu o IDACO quando trabalhava em um outro projeto no Morro do Santa Marta, RJ. O IDACO interessou-se pelo projeto por ele acompanhado e elaborou proposta de projeto semelhante. Marcos Moisés foi convidado a desenvolver o projeto de micro crédito do IDACO, devido a sua experiência anterior em comunidades carentes da área urbana do Rio de Janeiro.

5. MARCUS VINÍCIOS CARRASQUEIRA

Engenheiro-agrônomo. Gerente executivo de desenvolvimento rural do IDACO. Iniciou seu trabalho no IDACO, de modo efetivo, em maio de 1997, mas já havia colaborado no início dos anos 90.

Entrevista realizada no dia 6 de janeiro de 2001. Formado em 1980, começou a militar na Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Rio de Janeiro, onde conheceu Agostinho Guerreiro que era o vice-presidente da Associação. Acompanhou a criação do IDACO, mas não é membro fundador. No início da década de 1990, trabalhou para o IDACO, mas logo desligou-se e trabalhou em outro lugar. Em 1997 retornou de modo definitivo ao IDACO por acreditar haver uma grande identidade ideológica e por convicções político-ideológicas através de um trabalho junto a um público, um grupo de excluídos sociais.

6. JOSÉ ROBERTO NOVAES

Engenheiro-agrônomo, membro fundador do IDACO, responsável pelo Projeto “trabalho infantil”. Atualmente não possui ligação com questões ligadas ao planejamento, gestão e execução das atividades cotidianas do IDACO, participando, apenas, das Assembléias Gerais do Conselho de administração.

Entrevista realizada no dia 11 de julho de 2001. Responsável pelo projeto de exposição itinerante “*Crianças no campo: Educação, Direito e Trabalho*”, realizado em parceria com o IDACO e envolvendo 120 organizações, denunciando as condições de vida e o trabalho infantil em diversas atividades rurais do país.

Teve ligação política com AP em São Paulo de 1970 a 1972, altura em que conheceu e morou com Agostinho Guerreiro, coordenador geral do IDACO. Foi morar no Chile e voltou ao Brasil em 1974. Teve sempre a preocupação de trabalhar ligado a três frentes, a academia, os sindicatos e as Organizações Não Governamentais, estando atualmente ligado à UFRJ, à CUT e ao IDACO.

7. AGOSTINHO GUERREIRO

Engenheiro-agrônomo. Diretor coordenador geral do IDACO desde sua criação em 1988, é responsável pela negociação com os financiadores, e pela coordenação geral de todas as atividades do IDACO.

Entrevista realizada no dia 12 de julho de 2001. Segundo suas palavras um dos elos que ligava todos os membros fundadores do IDACO era a militância ou simpatia pela luta contra a ditadura militar. Um de seus objetivos ao entrar para o Sindicato dos

Engenheiros do Rio de Janeiro, em finais da década de 70, era o de redemocratizar a instituição. Membro do Partido dos Trabalhadores, luta pela causa da reforma agrária, desde sua atuação como diretor regional do INCRA em 1985. A redemocratização do país, a reforma agrária e o fortalecimento dos movimentos sindicais, foram os temas que uniram as pessoas que, juntamente com Agostinho Guerreiro, fundaram o IDACO.

8. JÚLIO FONSECA AMARAL

Economista e estudante de Direito. É coordenador administrativo, responsável pelo andamento cotidiano das atividades do IDACO, em aspetos logísticos, financeiros e administrativos. Iniciou suas atividades como coordenador administrativo em 1999. Conheceu e colaborou com o IDACO quando trabalhava, juntamente com Marcos Moisés, no projeto no Morro do Santa Marta.

Entrevista realizada no dia 13 de julho de 2001.

9. GILLES MARECHAL

Mestre em Economia. Colaborador francês com o IDACO desde sua fundação em 1988, é membro fundador da AMAR, ONG francesa responsável pelo projeto Chantier na França. Conheceu Agostinho Guerreiro antes mesmo da fundação do IDACO, quando trabalhava para o Ministério da Agricultura da França e criou fortes laços de amizade com Agostinho Guerreiro e de cooperação entre a AMAR e o IDACO.

Entrevista não gravada, realizada no dia 13 de julho de 2001.

APÊNDICE D

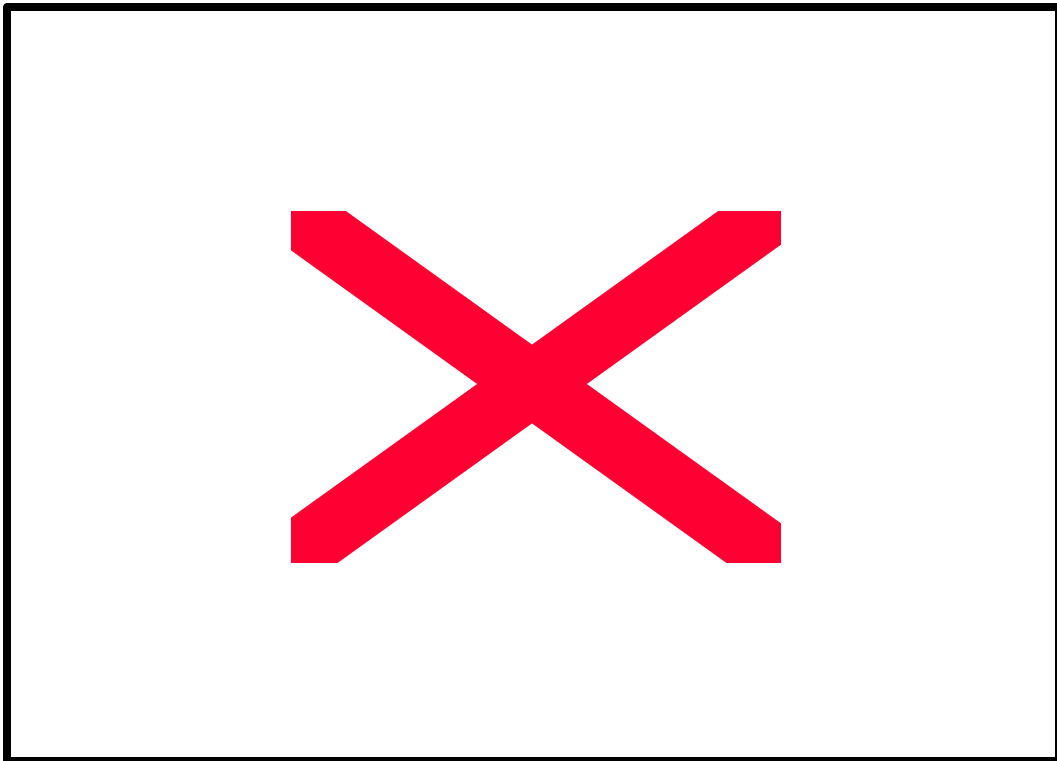


Figura 1D - Localização geográfica da atuação do IDACO.